UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

VICTOR BARÃO FREIRE VIEIRA

Um estudo sobre o percurso formativo das *Escolas de Perdão e Reconciliação*
(ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa

São Paulo
2014

VICTOR BARÃO FREIRE VIEIRA

Um estudo sobre o percurso formativo das *Escolas de Perdão e Reconciliação*
(ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa

(Versão original)

**Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Mestre em Psicologia**

**Área de Concentração:
Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
Humano**

**Orientador:
Prof. Dr. Paulo César Endo**

**São Paulo
2014**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Vieira, Victor Barão Freire.

Um estudo sobre o percurso formativo das Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa / Victor Barão Freire Vieira; orientador Paulo Cesar Endo. -- São Paulo, 2014.

171 f.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Justiça restaurativa 2. Perdão 3. Reconciliação 4. Educação para a cidadania I. Título.

K970

NOME: VIEIRA, Victor Barão Freire

Título: Um estudo sobre o percurso formativo das *Escolas de Perdão e Reconciliação* (ESPERE) e os fundamentos para uma Justiça Restaurativa

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

*Em memória de Eglantina Caldas Barão
que não abandonou sua ternura jamais.*

AGRADECIMENTOS

Aos queridos amigos e irmãos que tanto se empenharam em me ajudar nesta pesquisa e em me fazer acreditar nesta conclusão. Meus irmãos Lucas e Lívia e amigos de saúde integral Márcio Bandeira, Danilo Faizibaioff, Pedro Lagatta, Vanessa Passareli, Érica Martineli, Mayra Donini.

Ao Prof. Dr. Paulo Cesar Endo pela oportunidade da orientação e aos membros do grupo que me acolheram e colaboraram com sua leitura: Anna Turriani, Gabriela Costardi, Cristiane Nakagawa, Luis Moreno, Rita, Luiz Henrique, Marcus...

Aos meus amigos especiais Davi Mamblona, Juliano Watanabe, Paulo Cabral, Chris Haritçalde, João Vitor, José Parra, Paula Furlan, Yuri Moriyama, Maju Barbosa, Rafael Lima, Nelson (Marcinho), Andrea Mataresi,

Aos queridos amigos de corredor e biblioteca do Instituto de Psicologia: Rogério, Shirley, Tânia, Heliana, Adriana, Wanderley, Jairo, Antônio, Carlão, Gustavo, Paulo e Luiz.

Aos companheiros e companheiras do CDHEP com especial gratidão: Andrea Arruda, Martina Gonzalez, Joana Blaney, Petronella Boonen, Fernanda Laendner, Mariana Pascoal, Milena Mateuzi, Marcos da Silva, Joana Felix, Sara, Carlos, Fátima, Dennys Knowles, Daniela Embon e Cleber Lopes.

Aos meus amigos Gê Eisenlohr, Renato Luz, Ana Paula Pires e Alexandre Maduenho por terem me proporcionado momentos de restauração psíquica.

Aos meus pais Sílvia e João pelo apoio emocional e financeiro durante esses anos todos.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro, que permitiu a concretização deste trabalho.

*Eu me sinto...
feliz em achar que isto possa vir a ser importante.*

RESUMO

VIEIRA, Victor Barão Freire. Um estudo sobre o percurso formativo das Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) e suas fundações para uma Justiça Restaurativa. São Paulo, 2014, 170 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

O foco analítico deste trabalho se dá sob o olhar de um psicólogo inserido num programa de formação de facilitadores em práticas restaurativas. Diferentemente de formações dessa natureza e finalidade, a formação das *Escolas de Perdão e Reconciliação* convidam o educando a cumprir um deslocamento subjetivo por meio da prática do perdão, apoiando-o através de um espaço grupal acolhedor, catártico, linguageiro e reflexivo. Compreendendo o humano em suas quatro dimensões (comportamental, emocional, cognitiva e espiritual), as ESPERE provocam um espaço de tensão política ao aproximar a teoria e a prática do perdão à experiência de justiça. Com base na Educação Popular, a pedagogia do curso investe esforços no autocontrole e no apoio das relações humanas através de atividades plásticas, jogos e dinâmicas de grupo, fazendo com que as pessoas tenham, ao final, podido restaurar-se de um episódio violento de seu passado, experimentar essa nova relação com ele e querer multiplicá-la em sua prática como facilitador. Com a ajuda do outro, o participante do curso ainda promove a desconstrução de antigas verdades, reflete sobre as relações de poder dos conflitos, questiona-se quanto ao papel da vingança e da punição na sociedade e alfabetiza-se emocionalmente para se comunicar de modo assertivo. Isto cumpre consolidar práticas restaurativas informais para que possam seguir em direção à formalidade. Os capítulos do trabalho foram divididos da seguinte maneira: (1º) é feita uma explanação sobre as práticas restaurativas, seus valores e princípios, para levarmos em conta a hipótese destas estarem vinculadas a dois polos fundamentais que se apoiam: a exigência de uma *repactuação social* conseguida na *radicalização do protagonismo* dos envolvidos; (2º) fazemos um levantamento histórico-institucional do *Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo* (CDHEP) para que possamos situar as ESPERE dentro de um projeto de sociedade que a ONG empreende até os dias de hoje; (3º) abordamos a chegada das ESPERE no CDHEP como ponte fundamental para possibilitar a construção de uma Justiça Restaurativa independente e popular; (4º) reservado à descrição da formação das ESPERE e apontamentos para reflexão; (5º) são colocadas algumas contribuições e reflexões que articulam nossas experiências como educadores, retomando a hipótese e os apontamentos a fim de caracterizarmos as mudanças fundamentais da Justiça Restaurativa no que tange seus resultados, pressupostos, entendimentos e ética.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Perdão; Reconciliação; Educação para a cidadania.

ABSTRACT

VIEIRA, Victor Barão Freire. A study about the Schools of Forgiveness and Reconciliation (ESPERE) and the foundation for a Restorative Justice. São Paulo, 2014, 170 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

This research is based on the outlook of a psychologist in a training program for facilitators in restorative practices. As opposed to other programs of this nature, the training programs of the Schools of Forgiveness and Reconciliation invite the students to create a subjective dislocation through the practice of forgiveness, supporting them in a welcoming, cathartic and reflexive group context. Understanding the human being in its four dimensions (behavioral, emotional, cognitive and spiritual), the ESPERE schools create a context of political tension by uniting the theory and practice of forgiveness to the experience of justice. With its basis in Popular Education, the training's theory is based in self-control and the support in human relations through artistic activities, games and group dynamics, in such a way that permits the participants to, in the end, restore themselves regarding a violent episode from their past, experience a new relationship with it, and pass this on as a facilitator. With the help of others, the participants achieve deconstruction of old truths, reflect about the power relations in conflicts, question themselves about the role of revenge and punishment in society and build an emotional basis to communicate assertively. This consolidates informal restorative practices, in order to later move on to a formal approach. The chapters of this dissertation were divided as follows: (1st) an explanation about restorative practices, their values and principles, considering that these practices are linked to two main ideas, which support one another: a demand for *social repactuation* achieved by the *radicalization of the empowerment* of those involved. (2nd) The second chapter is a historical account of the institution *Center for Human Rights and Popular Education of Campo Limpo* (CDHEP), placing the ESPERE in the context of a project of society that the NGO continues to carry out to this day; (3rd) The third chapter addresses the arrival of the ESPERE at CDHEP as a fundamental bridge for the construction of an independent and popular Restorative Justice; (4th) The fourth chapter is reserved for the description of the ESPERE training program and notes for reflection; (5th) In the fifth chapter contributions and reflections are put forth, which articulate our experiences as educators, and resume our hypothesis characterizing the main changes in Restorative Justice regarding results, assumptions, understandings and ethics.

Keywords: Restorative Justice, Forgiveness, Reconciliation, Education for citizenship.

Sumário

Apresentação	12
Introdução	17
Pensando um movimento restaurativo	20
Linhas básicas – recompondo significados.....	21
Como funciona o processo?	26
Dos objetivos	26
Dos mecanismos comuns.....	27
Com vítima e ofensor.....	27
Apenas com a vítima	28
Apenas com o ofensor	28
No círculo restaurativo	28
Tipos de Círculos	29
Aberturas.....	30
Cerimônia	30
Combinados ou orientações	30
Bastão de fala ou perguntas abertas	31
Facilitador ou guardião	31
A importância de contar histórias	32
Dos fundamentos	33
Uma visão estrutural da Justiça Restaurativa	33
Dos valores restaurativos	37
Sobre os acordos restaurativos.....	38
Justiça Restaurativa e sua relação com a Justiça Retributiva	40
Capítulo 1	49
1.1- Sobre a História da JR na Nova Zelândia.....	49
1.2- A JR no Brasil - percurso histórico.....	55
Capítulo 2	60
História do CDHEP	60
Capítulo 3	75
Entre o CDHEP e a JR.....	75
3.1- História da ESPERE com o CDHEP	77

3.2- Da ESPERE no desenvolvimento infantil	79
Capítulo 4	83
O curso ESPERE	83
Introdução	83
4.1- Primeiro Encontro - Por uma Cultura de Paz, Perdão e Justiça	86
4.2- Segundo encontro - vou da escuridão à luz	98
4.3- Terceiro Encontro - Consequências da raiva em nossa vida. Perdão como um caminho de transformação.....	104
4.4- Quarto Encontro - vejo com novos olhos	110
4.5- Quinto encontro - compreendo meu ofensor, limpo a dor.....	116
4.6- Sexto Encontro - As lógicas da verdade e a punição	118
4.7- Sétimo encontro - ética do cuidado e Justiça Restaurativa	126
4.8- Oitavo Encontro - Conflito.....	130
4.9- Nono Encontro - Habilidades Emocionais e Comunicação Assertiva.....	135
4.10- Décimo Encontro - Justiça Restaurativa, avaliação e encerramento.....	140
Capítulo 5	142
5.1- Punições e consequências para a JR.....	142
5.2- Pensamentos sobre a pena	144
5.3- Repactuação social, reconciliação e conciliação de classes	149
5.4- Botcharova como centro das ESPERE.....	150
5.4.1- Botcharova.....	150
5.4.2- Sobre o destino da dor	151
5.4.3- Sobre a vergonha	152
5.5- Contra um sintoma auto-imune, o poder da voluntariedade.....	153
5.6- A alternativa se escolhe por seu fracasso.....	155
5.7- Uma história e uma consideração.....	158
5.8- Para pensarmos em ideias.....	159
Considerações finais	163
Referências	166
Anexos.....	169

Apresentação

Este é um texto sobre direitos humanos, mesmo que não o trate de maneira direta. O termo mesmo será utilizado poucas vezes. Costas Douzinas em *O fim dos Direitos Humanos* (2007) nos aponta para os lugares onde estariam as melhores condições de operatividade crítica e conquista dos direitos humanos. Em função do entendimento de que estes só teriam a nos oferecer paradoxos, para Douzinas os Direitos Humanos cumprem verdadeira realização nas pequenas instituições periféricas, observatórios e em comunidades onde os conflitos e o contato com a violência exibem o limite de nossa precariedade humana. É na linha de frente da batalha por cidadania e onde a miséria encontra lugar seguro é que são feitas diuturnamente as tarefas de cuidado coletivo, de laços sociais resistentes à perdas cotidianas. Conquistar direitos humanos nas periferias é algo mais do que ocupar terrenos, educar pessoas, mobilizar coletivos e cobrar o poder público. Nos locais onde a palavra vulnerabilidade provém das mais diversas e inesperadas origens e direções, a partida da cidadania é a resistência e a utopia é o mais forte motor para a construção efetiva dos direitos humanos.

Ser na precariedade das mínimas condições de segurança é estar em contato direto e corriqueiro com a morte. Sua frequência faz a vida ser mais estranha, perigosa e, por isso, mais carente de cuidado. É onde a justiça se expressa em pequenos gestos contra a redução a condições mínimas de vida. Encontrar os direitos humanos na justiça é antes incluir direitos entre aqueles que os tiveram excluídos e, se possível, por aqueles que os retiraram. Como afirmou o Prof. André Koerner, construir a justiça é, antes, instaurar o direito, para depois instaurar o justo (BOONEN, 2011, p. 114). Nesta perspectiva, queremos pensar essa forma radical de se entender a produção do justo no seio de uma instituição situada no extremo sul da zona sul de São Paulo, o Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, o CDHEP.

Após 25 anos de história, o CDHEP passou a utilizar uma formação voltada à população e aos profissionais que trabalhavam na região nas áreas da saúde, educação e em equipamentos públicos ligados ao sistema de garantia de direitos, como conselhos tutelares, serviços de medida socioeducativa para adolescentes infratores, abrigos, Centros de Criança e Adolescentes, Centros de Juventude e outros centros da rede de Assistência Social. Essa formação, originária da Colômbia e certificada pela *Fundación para la Reconciliación* é

assim descrita e apresentada por eles:

As Escolas de Perdão e Reconciliação -ESPERE- são espaços comunitários de encontro renovador e lúdico onde se cultiva a palavra e a memória, onde as versões oficiais dos acontecimentos individuais e coletivos são reconstruídas na perspectiva do reencontro, da verdade, da justiça e da reparação.

É pertinente reelaborar uma escrita e uma nova linguagem: a linguagem do perdão e da reconciliação que apenas começamos a aprender. As narrativas de uma memória ingrata do passado são transformadas pelos próprios participantes em narrativas de futuro. Esta é uma proposta de esperança para dar lugar a uma memória grata.

Com uma nova metodologia e redes de apoio, as vítimas resignificam o dano e reconstróem seu projeto de vida nos campos cognitivo, comportamental, emocional e social. Quando a dor do passado vivido enrijece o caminhar também se dificulta o futuro, por isso é necessário reinterpretar o passado para aprender as lições da história e superar os perigos da memória que, sem recursos, convida a retaliação, a vingança e a morte.¹

Criada em 2003 pelo viés da educação popular, as *Escuelas de Perdón y Reconciliación* colombianas foram trazidas para o CDHEP em 2006, quando a primeira formação foi dada pela equipe. Mantendo-se o método, o avanço das práticas formativas fez com que a instituição montasse o seu curso ESPERE, com algumas alterações próprias a fim de potencializá-lo. Estas alterações se fizeram sensíveis tanto pelo compromisso histórico da instituição com as populações das periferias quanto pelas contribuições dos educadores em especializações e pós-graduações. No mais, um antigo sonho pareceu chegar mais perto: a partir da história política da ONG, *a ESPERE se transforma na mais bem acabada ponte do CDHEP dirigida à fundação de uma Justiça Restaurativa própria, singular e independente das influências do poder judiciário.*

Os caminhos atravessados no desenvolvimento desta pesquisa foram muitos até que chegássemos ao que se apresenta aqui. Antes de tudo gostaríamos de nos situar ao lado de muitas das referências que abordam nosso tema da seguinte maneira: a *Justiça Restaurativa* (JR)² conduz a uma mudança radical no trato de conflitos e violência, por muitos entendida como paradigmática, *mas ainda em caráter inacabado*³. Significa dizer que, tal como estes autores, insistiremos no percurso que ainda se abre no aprofundamento desta temática. Temos em mente, no entanto, que isto não nos fará encontrar um conjunto sistemático de procedimentos que, quando bem aplicados e observados, nos sirva de receita para toda espécie de conflitos.

¹ www.fundacionparalareconciliacion.org/escuelas.php

² A grande maioria dos autores fazem essa referência com o uso abreviado 'JR', inclusive em inglês (Restorative Justice - RJ). Também a usaremos a partir daqui.

³ Boonen, 2011, Socrates, 2005, Pinto, Zehr, Scuro Neto.

Olhar para os fundamentos do conviver em sociedade se mostra uma tarefa virtuosa para os danos físicos ou psíquicos; significa dizer que há ganhos na atividade de cuidado e atenção aos lugares seguros para que a própria vida, individual e coletiva, tenha reduzida suas chances de se ferir. Não há benefícios em se falar em limites de suporte para a vida, mas atentar para as emergências de excessos, eventos em que um indivíduo enquanto humano é colocado ou se coloca a frente de estímulos de intensidade tal que não consegue se estabilizar novamente sem ajuda. Grosso modo, sabemos que excessos de determinados elementos conduzem uma pessoa a um desequilíbrio, tornando-a vítima daquele elemento.

Por nossa experiência, a tarefa de cuidado com a firmeza e estabilidade do terreno por onde transitamos enquanto seres pulsionais e a limpeza deste ambiente é nossa matéria de atenção. A organização e saúde dos espaços humanos se faz, portanto, necessária para a própria saúde humana.

Para mantermos esta segurança devemos encontrar os locais onde uma simples desagregação e rompimento provocariam o alastramento dos danos mais graves e mais rápidos por entre as redes de sustentação de um equilíbrio social. Podemos afirmá-lo serem estruturas fundamentais e de sustentação de toda a estrutura que acima dela se apoia e é construída pela cultura, nossos pontos de apoio. Sem dúvida estes apoios se fazem mais fortes no plano corporal, uma vez que este é o lugar por meio do qual se constrói a subjetividade e a própria cultura. De outro modo é dizer, o melhor que podemos fazer em matéria de segurança é estabelecermos atenção aos lugares e corpos que vivem as experiências humanas mais instáveis e extremas de violação de sua saúde de modo global.

Não consideramos aqui excetuar as experiências de nos machucarmos, longe dessa *impossibilidade*, mas abordar um movimento de mudanças que tem rompido uma repetição e problematizado a forma com que nós humanos lidamos com nossa própria segurança, com atenção especial aos pontos de falha dos alicerces que nos sustentam através das experiências e cumprem recobrar a segurança onde ela é rompida. Repetindo de outro modo, a tarefa de revisitar e recompor os locais de sustentação coletiva do tecido social que nos sustenta e nos adapta às mudanças culturais que se fazem pela história, temos, enquanto instituição pública privilegiada e normativa, a função judiciária para fazê-lo. No entanto, é a ação desta instituição que tem sido cada vez mais criticada em sua capacidade de equilibrar coletiva e individualmente experiências disruptivas entre pessoas, de quebras estruturais das fundações sociais providas pelas próprias pessoas. A JR surge como resposta a estas repetidas falhas.

Contudo e, como veremos, o movimento de mudanças feitas pela Justiça Restaurativa tem se mostrado ambivalente em propor tanto uma nova sistemática de justiça e, portanto, superar a atual, quanto, de outro lado, se aliado às estruturas, critérios, culturas e não ditos do sistema tradicional, encontrando, assim, caminhos mais céleres de implementação.

Por nossa vez, entendemos que a pesquisa em psicologia se debruça sobre os costumes humanos e, esta especificamente, sobre as repetições que temos visto através da história. Konzen (2008) nos faz notar como o poder judiciário, cristalizado pela lógica da culpabilização e punição, apresenta uma história de cooptações às alternativas que se abrem em direção a um pensamento mais humanizado, mas que assim se submetem ao seu poder. No entanto, como veremos, propostas restaurativas que excetuem a aplicabilidade da punição também tem encontrado resistências, sendo vistas mais como distantes utopias.

Nos situamos, com as ressalvas e críticas que aqui são possíveis, mais próximos do primeiro grupo, que encontra na JR uma fundamental mudança cultural. Da mesma forma, pensaremos as formas possíveis de escapar da visão utópica da proposta por constatar que “em qualquer lugar onde há a relação humana, isto é, onde exista a experiência da diferença e assim do conflito, é possível falar em Justiça Restaurativa”⁴.

A mudança de olhar para as estruturas da justiça que a JR tem provocado críticas aos seus fundamentos. O que queremos tentar levantar aqui é a hipótese de que, mais do que isso, estas críticas concorrem àquilo que a sustenta e a mantém em pé. Trata-se, portanto, da hipótese de uma mudança de fato paradigmática.

Nossa pergunta pode ser recortada da seguinte maneira: vindo de uma instituição comprometida com a educação popular e pela consolidação efetiva dos direitos humanos, como entender as *Escolas de perdão e reconciliação* (ESPERE) ser etapa fundamental para se formar um facilitador em Justiça Restaurativa? Como entendemos esta formação? Que experiência restaurativa se quer construir e qual surge a partir de uma instituição com o percurso desta ONG que há três décadas resiste inserida na periferia da cidade de São Paulo? Se com efeito damos crédito às observações de Costas Douzinas quanto ao papel fundamental de instituições como esta, qual o diferencial prático deste Centro? Este trabalho cumpre avançar criticamente sobre os fundamentos da JR, expor suas características inovadoras e fazê-las dialogar com o pano de fundo de nossas experiências.

Não nos avançaremos por estes caminhos do paradigma, mas queremos dar-lhe elementos de

⁴ CDHEP, *Cartilha projeto Tecendo Redes*, 2013.

Para chegarmos ao local onde se insere nosso objeto de pesquisa, introduziremos a temática de nosso trabalho no primeiro capítulo: a *Justiça Restaurativa* ou, como viremos a chamá-la daqui em diante, *JR*.

Para sintetizar nossos objetivos de maneira mais central, abordaremos os fundamentos da Justiça Restaurativa ao redor dois pilares centrais, i.e., queremos demonstrar que a prática restaurativa se arvora na exigência afirmativa de (1) uma *repactuação social* que é fruto da (2) *radicalidade do protagonismo* dos envolvidos em conflitos, crimes e outras situações problemáticas dessa natureza. Iremos partir destes dois eixos fundamentais para dirigir todos e cada um dos princípios, valores, procedimentos e acordos que possam distinguir o que sejam práticas de natureza restaurativa. Trabalharemos com a hipótese de que esta redução conduza sentido ao nosso estudo, além de estabelecer um marco que possa ser tensionado no futuro.

No resultado deste trabalho queremos contribuir com o delicado debate atual entorno da importância em se afirmar que a relação entre Justiça Restaurativa e Justiça tradicional é, no limite, heterogênea. Tais como as propriedades moleculares da água e do óleo impedem sua mistura, onde a punição entra pela porta da frente, responsabilização e restauração saem pela porta dos fundos.

Mas antes de falarmos sobre tudo isso, abrirei nossa introdução com uma história pessoal que, de alguma maneira, pode ter me conduzido a este início e já pode nos indicar o caminho da experiência como construtora de realidade diferente, que nega a via fácil do recalque da verdade e da responsabilidade.

Introdução

Escolhi para o início desse trabalho uma pequena história ocorrida na cidade de Valinhos, distante 80 km da capital São Paulo e o lugar onde passei a maior parte da minha infância e adolescência. Em 1997, um colega da escola me vendeu uma arma de brinquedo, uma pistola de pressão que disparava uma esfera rígida de plástico. Por algum tempo ela permaneceu escondida dos meus pais, usada apenas para ocasionais tiros ao alvo em bulbos de lâmpadas queimadas. Recordo que mesmo brinquedos que simulassem armas não eram permitidos em casa.

Numa noite do ano seguinte, 1998, eu, ainda com 14 anos, um amigo do bairro e meu irmão fomos flagrados vandalizando uma residência da mesma região; estávamos atirando contra um lustre da garagem de uma casa de esquina com a pistola. Fizemos vários furos na cúpula de vidro que recobria a lâmpada.

Por ouvir o barulho do lado de fora da casa uma senhora abriu um portão que ficava ao lado da garagem. Apesar de assustados com o súbito aparecimento da moradora da casa a “quase” nos flagrar, fomos embora, bastante cinicamente, em direção à rua transversal. Não imaginávamos que a senhora, ainda que percebesse o ato de vandalismo, pudesse nos ameaçar. Nossa confiança tornou-se medo quando, nessa rua transversal, um veículo ao nosso lado surgiu numa forte freada “– Entra no carro!”, bradou uma voz vinda de dentro.

Fiquei paralisado num primeiro momento, mas, ao ver meu assustado amigo começando a correr, não pensei uma segunda vez e corri muito. Depois de ultrapassá-lo, ao virar a esquina de uma rua, meu descuidado amigo desacelerou, sem notar que era seguido de perto pelo motorista que havia deixado seu veículo. Sem tempo de retomar o pinote, foi derrubado e pego. Ainda que hoje seja engraçado pensar que os moradores em suas espreguiçadeiras nas calçadas daquela rua me viram correr feito marginal com uma arma na mão, poucas coisas até então tinham me assustado tanto: ver um amigo cair e gritar, mas não poder ajudá-lo. O dono da casa devia estar enfurecido para ter ido atrás de nós.

Desnortado, mas longe do alcance das vítimas, permaneci um tempo escondido no bairro. Estava muito assustado para conseguir pensar em meio àquela reação e sem saber nem mesmo o que acontecera com meu irmão. Até aquele momento, só o que me ocorria era a cena do meu amigo sendo abandonado à própria sorte, derrubado e apanhado pelo rapaz do carro. Ao lembrar dos moradores daquela rua, conclui que alguém chamaria a polícia.

No entanto, inúmeros poderiam ter sido os desfechos desta história, e acredito que, dentre tantos, aquele que se sucedeu dificilmente poderia ser superado em se tratando de benefícios aos envolvidos. Este é o ponto que quero destacar desta história: essa talvez tenha sido a primeira semente dessa pesquisa, um processo restaurativo em minha infância.

Pois, ao chegar em casa, vi meu irmão a salvo. Ele havia fugido para o outro lado da rua, sem ser perseguido. Disse que havia chegado em casa e atendido uma ligação do nosso amigo, afirmando que, depois de pego, havia sido colocado dentro daquele veículo e ameaçado pelas vítimas ser levado à delegacia se não confessasse onde morava. Acabou por fim denunciado aos seus familiares em frente a sua própria casa. As vítimas, a senhora dona da casa e seu filho, ameaçaram-no, falaram em “denúncias à polícia” e, ainda que isso tenha tido poucos efeitos práticos, bem serviu para amedrontá-lo⁵.

De volta à minha casa, passamos meu irmão e eu a planejar como nos livraríamos do problema⁶. A situação, contudo, era desfavorável: se nosso amigo, que já havia sido pego, informasse onde morávamos, estaríamos perdidos. Percebemos que era questão de tempo até sermos também denunciados. Chamamos nossa mãe até nosso quarto e contamos a história, e ela nos disse: “Então vamos amanhã à casa dessas pessoas, para mostrar a eles que vocês tem família. Vocês vão pedir desculpas e pagar pelo que quebraram, com o dinheiro de vocês”.

No dia seguinte, acompanhados de nossa mãe, fomos àquela mesma casa nos desculpar pelo que havíamos feito. A dona da casa, mãe do rapaz que nos havia perseguido nos recebeu no portão e, após ouvir nossas desculpas, contou ter se assustado com o barulho de vidro quebrando, vindo de dentro de sua casa, e imaginou se tratar de um roubo. A conversa continuou por pouco tempo até que, para minha surpresa, a partir de uma iniciativa de minha mãe em pagar e fazer com que trocássemos o lustre, a senhora negou a necessidade de que trocássemos ou pagássemos por ele.

Ainda assim me lembro de ter sido muito embaraçoso para mim encarar aquela pessoa, mesmo que por um período de poucos minutos, na frente da minha mãe; tudo me envergonhava. Tudo isso para além da surpresa que foi a senhora ter se mostrado satisfeita com o pedido de desculpas. Fomos embora e o assunto não foi mais tratado em casa.

⁵ Conversando com este mesmo amigo há tempos atrás, ele diz não se lembrar direito da história.

⁶ Ver ato análogo a este em caso exposto na nota seguinte.

Partindo desta história, quero apresentar alguns pensamentos. O primeiro diz respeito à grande reviravolta e benefícios advindos do envolvimento de nossa mãe. Por que evitamos envolvê-la e por que sua participação foi tão essencial?⁷ Parece correto afirmar que as forças restaurativas atuantes não estavam diretamente ligadas às pessoas envolvidas e presentes no momento do conflito, nós os adolescentes e a família daquela casa. Foi necessário um elemento externo, “de fora”. E o que se passou com a família daquela casa naquela noite? Acredito que o tom de ameaça do rapaz que nos perseguiu possa sinalizar uma resposta; sentimento de ameaça, medo, frustração, raiva e rancor são, de todo modo, sentimentos próximos àqueles que todas as vítimas e ofensores num conflito relatam experienciar.

É curioso como o aspecto banal, corriqueiro e divertido da ofensa por parte dos ofensores – quando colocados lado a lado com a passionalidade da reação dos ofendidos – são inseridos de forma imediata num contexto mais amplo da ofensa e de uma exigência por parte destes de que algo (alguma *reparação*) se faça. Este percurso de restauração parece vir de encontro à experiência onde medra o ódio, as paixões, o medo e a violência.

Se nos voltarmos ao exemplo vemos que, objetivamente, tratava-se de uma pequena cúpula de vidro danificada, um lustre de pequeno custo, mas sabemos também que jamais o conflito tratou-se apenas disso, de um mero objeto. Aquela ofensa, mesmo que pequena do ponto de vista objetivo, havia desencadeado uma perseguição, ameaças, medo, frustração e humilhações que estavam para além dela. Isso indica que a *ofensa* nunca esteve restrita ao objeto físico cúpula, mas que dele emanou a partir do momento em que o tratamos com nossa indiferença; o tratamos como se não fosse de alguém ou possuísse um significado para alguém. A cúpula funcionou como metonímia da casa.

Contrariamente à nossa analogia, o freamento da reação violenta em nosso caso foi catalizado pela *reaproximação* dos envolvidos, e não por seu afastamento. O fato dos moradores terem aberto mão da reparação do objeto só vem corroborar com a tese de que parte significativa da ofensa residia *simbolicamente* sobre a cúpula. O lustre quebrado

⁷ A expectativa punitiva causa inevitável medo e, por não preservar ou assistir o ofensor, agrava sua exclusão e desespero de se livrar de provas a qualquer custo. Em caso recente, bastante chocante e de franco desespero, um jovem estudante de psicologia mutilou um ciclista num atropelamento na Av. Paulista em São Paulo num domingo, 10 de março de 2013. Um dos membros do rapaz ficou preso junto à porta do carro e poderia ter sido reimplantado não fosse o motorista tê-lo lançado num córrego, a 7km do local. O motorista se apresentou a polícia no mesmo dia. Seu advogado afirmou que ele não voltou para prestar socorro por temer uma reação violenta das pessoas. Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/03/ciclista-e-atropelado-na-avenida-paulista.html>

continua iluminando e sinalizando uma fratura visível, mas que não poderá e nem precisará ser restituída porque esta se apresentou substituída, se realizou em outro plano. A intenção de reparação e o pedido de desculpas lograram estancamento e aplacamento da raiva e da indignação que se abateu sobre toda a casa. Foi o *reconhecimento* dos ofensores que conteve o crescimento concreto e fantasmático da violência, sem o qual a paz não seria possível, fazendo com que a ideia e a disposição para o conflito tendesse a se esparramar naquele pequeno bairro de uma cidade do interior paulista.

Pensando um movimento restaurativo

Antes de realizar um estudo propriamente dito da formação de profissionais capazes de conduzir processos restaurativos através das ESPERE, o primeiro objetivo deverá situar aqueles que pouco conhecem do presente assunto. Para tanto, promoveremos o estudo do movimento político ao qual está inserido, e que chamaremos de *movimento restaurativo*. Isso nos ajuda na compreensão feita por alguns autores quanto ao caráter inacabado da Justiça Restaurativa, afirmando que há muito a se aprender com as experiências, mas que muito do potencial da JR ainda está para ser descoberto⁸.

Começaremos aqui com algumas distinções relativas ao desenvolvimento da JR. Este pode ser distinto em três primeiros cortes: o primeiro visa tratar das relações entre os atores, instituições e programas aos quais se propõe empenhar a tarefa de formar outros atores, instituições e núcleos que conduzam seus próprios processos restaurativos. O segundo aborda a importante diferença existente quanto às contingências políticas, ao tempo e à cultura histórica do local onde o movimento se insere. A terceira distinção (e que talvez seja a mais relevante neste trabalho) atenta para a relação entre um particular movimento restaurativo e os princípios e valores que o embasam, i.e., quanto o movimento está disposto a radicalizar o que entende por *fundamentos* da JR. Para a finalidade destas distinções partiremos do campo das vivências experienciadas enquanto educando e educador nos cursos que dão conta de um programa de formação em JR disponíveis hoje no Brasil.

Dito isto, queremos trazer para o leitor a compreensão de que o nosso trabalho produz uma visão pontual e particular inserida nesse percurso histórico da JR que, desde 2005, tem frequentado diversos espaços e debates ao redor das temáticas jurídicas que lidam com

⁸ Boonen, 2011; Brancher, 2008; Bianchini, 2012; Konzen, 2008; Zehr, 1990.

crimes⁹. No que tange a necessidade de pensarmos uma justiça que trate os conflitos humanos para um porvir mais justo, com contribuições diversas, iremos nos restringir à uma experiência brasileira, inspirada em outras internacionais e que nos forneceu um quadro de movimento restaurativo próprio a partir da relação estabelecida entre: os fundamentos da JR, sua evolução no tempo e no espaço urbano e institucional, apropriados pelo conjunto de profissionais e educadores do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo, ONG localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo¹⁰.

Linhas básicas – recompondo significados

Para falarmos de Justiça Restaurativa, o melhor seria identificar o mais citado teórico deste movimento, Howard Zehr¹¹. Para ele, a Justiça Restaurativa surge como uma nova lente para se abordar conflitos humanos e, como tal, produzir novos “filmes” da vida social. Essa metáfora por ele utilizada como análoga ao campo da fotografia – por nós mais próxima ao campo do cinema –, propõe, em grande medida, uma mudança cultural¹², mais do que apenas alterações de perspectiva, enquadre ou foco, pois a própria “captura” da realidade feita pela JR pretende transformá-la.

Para restringir o primeiro *locus* de partida dessa proposta, devemos lembrar que a 'imagem' a ser registrada dessa nova maneira é o que se entende por crime, ofensa ou, ainda, conflitos entre pessoas. De modo mais simples, faremos uma comparação de naturezas de entendimento do que é 'crime' para a Justiça Restaurativa, colocando-a ao lado da prática de justiça conhecida como *retributiva*, esta a qual estamos, por enquanto, inseridos. Assim, de acordo com Zehr, para a Justiça *Retributiva* “o crime é uma violação contra o Estado, definida pela desobediência à lei e pela culpa. A justiça determina a culpa e inflige dor no contexto de uma disputa entre ofensor e Estado, regida por regras sistemáticas”, enquanto que para a Justiça Restaurativa “o crime é uma violação de pessoas e relacionamentos. Ele cria obrigação de corrigir erros. A justiça envolve a vítima, o ofensor e a comunidade na busca de soluções que promovam reparação, reconciliação e segurança”.¹³

⁹ Numa rápida busca pela internet é possível encontrar centenas de atualizações de conteúdo que, numa única semana, citaram “Justiça Restaurativa”. Para “Restorative Justice” os resultados mostram 11.400 menções internacionais para o mesmo período. Busca realizada em jan/2014.

¹⁰ cf. www.cdhep.org.br

¹¹ Zehr, 1990.

¹² BRANCHER, L., AGUINSKY, B. 2008, *Juventude, crime & justiça: uma promessa impagável?*

¹³ *ibid*, p.170-1.

Portanto, nossa primeira distinção de escopo se dará sobre a palavra 'crime'. Como pudemos observar, conflitos que levam à violação de pessoas e relacionamentos podem ser entendidos também fora do conjunto daqueles enquadrados criminalmente. Todo um conjunto de ofensas pode causar danos às pessoas e criar obrigações de corrigir erros, tal como nos diz o autor.

Na tentativa desta ampliação de campo das possíveis “violações de pessoas e relacionamentos”, ele nos sugere que, apesar de bastante abrangente, a palavra 'conflito' conteria um efeito minimizador de muitos danos que podem ser vistos em ofensas graves, os quais os 'crimes' previstos no código penal circunscrevem. Referindo-se a outro autor¹⁴, sugere ainda 'situações problemáticas', mas encontra o mesmo problema, terminando por desistir de adequar significados de 'crime' para o entendimento de ofensa da JR.

Por nossa vez, tentaremos observar os efeitos da utilização do substantivo “machucado”, que, como tal, admite uma visualização mental de um dano mais concreto, podendo também ser usado como uma imagem genérica que o vincula aos sentidos das obrigações a que se refere Zehr. Ou seja, para a JR, uma pessoa ou relação machucada exige ou demanda cuidados. “Elas precisam saber que algo foi feito para corrigir o mal e reduzir as chances de uma nova ocorrência. Querem ouvir os outros reconhecendo sua dor e legitimando sua experiência” (Zehr, op. Cit, p. 180). No mais, ainda temos um terceiro ganho com a variação verbal e reflexiva “se machucar” que pode nos ajudar a compreender um dos caminhos de cura para alguém que *se machuca*.

A reparação simbólica, tal como vimos a partir de nosso exemplo introdutório, é fundamental para a concretização da experiência do justo. Tal forma de definição conceitual guarda implicações concretas na prática: pensar uma nova prática requer pensar um novo conceito, o que fazemos aqui a partir do entendimento de crime. As mesmas alterações terão efeito para os significados de responsabilidade, benefícios, necessidades, tempo (passado e futuro), pacto social, culpa e justiça.

A partir dos ferimentos (machucados) decorrentes de um conflito, a JR entende que as obrigações alcançam quatro dimensões de impacto as quais caberá restaurar, i.e., todo seu entendimento metodológico se altera para alcançar a justiça através da restauração: ofertar segurança, reconhecer, reparar e responsabilizar:

¹⁴ Louk Hulsman, criminologista e advogado holandês.

- a vítima
- os relacionamentos
- o ofensor
- a comunidade¹⁵

É verdade que as três primeiras dimensões afetadas pelo conflito pertencem ou dizem respeito, em sua totalidade, à quarta. No entanto e em contraposição ao modo retributivo de olhar para os conflitos com o foco sobre a violação da lei com eixo nesta quarta dimensão, a prática restaurativa entende que uma ofensa ou crime é, primeiramente, um atentado contra pessoas, e delas partirão as estratégias de sua abordagem.

Ao distanciar-se da definição de crime que o critério do ordenamento jurídico proporciona, a JR encontra danos para além daqueles, muitas vezes ligados a efeitos de ordem simbólica, emocional e social de cada uma das dimensões ofendidas, tal como vimos em nosso exemplo citado na introdução. Desse modo, a JR se abre à multiplicidade de prejuízos passíveis de queixa que vítimas, ofensores, comunidades e relacionamentos possam apresentar a fim de serem cuidados.

Vemos, ademais, que será relativizada a figuração criminal, abandonando-se a figura estereotipada e estigmatizante do criminoso¹⁶. Isso altera o entendimento do crime, modificando também o que vem a ser *justiça*, pois deixará de buscar 'o que deve ser feito com' ou 'o que merece' o ofensor, para *o que podemos fazer com os danos, machucados e feridas reais?*

Para fazer frente a esta multiplicidade e aparente falta de objetividade na lide dos danos a serem cuidados, a JR se foca nas necessidades das vítimas e, a partir delas, se abre para a esteira dos muitos danos que uma ofensa pode proporcionar à comunidade envolvida, ultrapassando aqueles inscritos em 'crime'. Assim, se a JR recorta não um, mas diversos efeitos envolvidos num só conflito a partir da vítima, ela entende também como ofensas não criminais levam a ofensas criminalizadas, ou, mais simples, como uma ofensa leva a outra ofensa, não havendo mais sentido em se fazer cortes de julgamento e sentenciamento para se alcançar algo que se entenda por *justo*.

Isso também decorre da saída do Estado do papel de protagonista do processo de resolução para um outro, diferente deste que é atualmente o de resguardar e restabelecer a lei.

¹⁵ op.cit. p.173

¹⁶ BRANCHER, L., AGUINSKY, B. 2006, *Juventude, crime & justiça: uma promessa impagável?*

A reorganização dessa posição propõe que o Estado deixe de ser o agente detentor do conflito para ser o mais forte agente *empoderador do processo*. A posição estatal assim se desloca de uma ação centrífuga – que produz efeitos de dentro do conflito para a sociedade situada entorno dele – para uma ação centrípeta. De outro modo, o Estado, representado por suas autoridades, não “tira” o conflito das pessoas envolvidas, mas vem subsidiá-las no processo restaurativo, agindo em função das resoluções ali alcançadas em consenso, os chamados *acordos restaurativos*¹⁷. A peculiaridade desta característica será ampliada nos capítulos seguintes.

Gabrielle Maxwell (2007) entende que a Justiça Retributiva contrasta com a Restaurativa em muitos aspectos. Para o Direito Penal, o operador da justiça tradicional, a primazia se vale pelos interesses do Estado, seus profissionais se encontram destacados do conflito e mantém com ele relação impessoal; há forte prevalência da punição como método de aferir crimes e compensá-los, de modo que seu primeiro passo repousa na determinação de culpados através de um julgamento, seguido de um sentenciamento (2º passo) de penas apropriadas. Além disso, num recorte temporal, o Estado toma pouca responsabilidade pelo passado e pelo futuro do agressor.

Para tratar do alcance consensual e ampliando que Zehr descreve como 'obrigações' criadas pelo 'crime', é possível que se fale das *necessidades* das pessoas (incluindo também dos ofensores) vistas a partir dos danos encontrados no processo. Estas necessidades estarão conectadas às quatro dimensões acima descritas de modo contíguo, de tal forma que, ao identificar suas articulações e pontos de contato, se perceba também o caminho para seu reparo.

Vemos que a recomposição de significados é uma das tarefas empenhadas para se expor a JR àqueles que dela nunca ouviram falar. No entanto, como dissemos, queremos nos dedicar a uma análise menos corrente e mais voltada a novos objetivos, a saber, como tem sido a implementação dessas diferenças na prática. As exposições a respeito das diferenças entre os diversos entendimentos de significados para as duas justiças, tradicional e restaurativa, já foram feitas por diversos autores que nos antecedem e nos embasam. Abaixo, temos um dos quadros comparativos possíveis de serem recortados para demonstrá-las e, em nosso setor de *anexos*, colocamos outras que podem ser úteis à guisa de introdução

¹⁷ “O que se pode constatar é que o Estado, no modo do proceder acusatório, desapropriou das pessoas em conflito, notadamente nos delitos de relações, a possibilidade de contribuir com a busca da solução” (KONZEN, 2008, p. 12).

comparativa.

Tab. 1 – Formas de ver o crime¹⁸.

Justiça Retributiva	Justiça Restaurativa
1. O crime é definido pela violação da lei	1. O crime é definido pelo dano à pessoa e ao relacionamento (violação do relacionamento)
2. Os danos são definidos em abstrato	2. Os danos são definidos concretamente
3. O crime está numa categoria distinta dos outros danos	3. O crime está reconhecidamente ligado a outros danos e conflitos
4. O Estado é a vítima	4. As pessoas e os relacionamentos são as vítimas
5. O Estado e o ofensor são as partes no processo	5. A vítima e o ofensor são as partes no processo
6. As necessidades e direitos das vítimas são ignorados	6. As necessidades e direitos das vítimas são a preocupação central
7. As dimensões interpessoais são irrelevantes	7. As dimensões interpessoais são centrais
8. A natureza conflituosa do crime é velada	8. A natureza conflituosa do crime é reconhecida
9. O dano causado ao ofensor é periférico	9. O dano causado ao ofensor é importante
10. A ofensa é definida em termos técnicos, jurídicos	10. A ofensa é compreendida em seu contexto total: ético, social, econômico e político

Portanto, seguiremos mais diretamente à nossa tarefa, que será menos de comparação explicativa e mais de explanação e análise dos modos como uma formação em *fundamentos de Justiça Restaurativa* tem buscado um deslocamento subjetivo para que tais entendimentos fundamentais não sejam somente fruto de estudos, leituras e construções, mas também de desconstruções anteriores. Abordaremos adiante apenas mais uma questão quanto às nomenclaturas, linguagens e significados que nos mostram de maneira mais direta a alteração fundamental proposta pela JR¹⁹. Por agora, vamos indicar de modo sucinto as características mais centrais das práticas restaurativas.²⁰

¹⁸ Zehr, op.cit., p. 174-5.

¹⁹ Ver item sobre linguagem a p. 47

²⁰ Esta descrição seguinte é fundamentada pelos textos de Pranis (2010) e pela apostila de formação em práticas de Justiça Restaurativa (CDHEP, 2012), formação certificada também pelo IIRJ. cf. em <http://www.iirp.edu/>

Como funciona o processo?

Entende-se por práticas restaurativas recursos comunicativos e de abordagem do conflito que levem em conta a singularidade dos atores e sua comunidade de afeto. Por meio de habilidades emocionais e comunicativas, uma pessoa ajuda a criar um espaço seguro para que outra(s) pessoa(s), que esteja(m) impedida(s) de se expressar por sua delicada condição emocional, se disponha(m) a tal, dando prioridade a encontrar estes sentimentos. Tal abertura de campo para a fala dos afetos conduz ao conhecimento das demandas que cada um dos sujeitos envolvidos apresenta. Desta iniciativa surge a matéria do que é necessário alterar, acrescentar, retirar, recompor, apoiar, restringir, financiar, sustentar, e assim por diante, de modo que, em suma, o importante é que estes sentimentos emergjam e que necessidades ligadas a eles se expressem ou se apresentem comunicativamente.

Os círculos se valem de uma estrutura para criar possibilidades de liberdade: liberdade para expressar a verdade pessoal, para deixar de lado as máscaras e defesas, para estar presente como um ser humano inteiro, para revelar nossas aspirações mais profundas, para conseguir reconhecer erros e temores e para agir segundo nossos valores mais fundamentais. (PRANIS, 2010, p. 25)

Processos restaurativos são fundamentalmente eventos que cumprem objetivos restaurativos. São reuniões entre um grupo de pessoas pessoas dispostas a restaurar o malfeito. Os protagonistas são as próprias pessoas em conflito: vítimas e ofensores, somados de pessoas afetivamente próximas a eles e que lhe ofereçam apoio, pessoas da comunidade que possam colaborar na construção do acordo restaurativo, autoridades ou representantes do poder público e um facilitador (ou *guardião do círculo*), que, assessorado por um co-facilitador, irá coordenar os trabalhos. O co-facilitador cumpre a tarefa de registrar o encontro e colaborar com o facilitador, ajudando-o no que for necessário.

Dos objetivos

Por nosso entendimento, a finalidade mais imediata do processo restaurativo é reconhecer, responsabilizar e reparar danos o quanto for possível. Por baixo da concretude destes objetivos repousam uma série de expectativas que os sustentam e apoiam, tal como sustentáculos estruturais que direcionam a prática no crédito de sua *potencialidade*, i.e., uma construção orientada pela visão de um horizonte restaurado. Reconhecer significa partilhar de um conhecimento comum. Isto será alcançado pelo relato dos participantes por meio de perguntas feitas pelo facilitador, como veremos adiante.

Dos mecanismos comuns

Alguns procedimentos são tidos como etapas e outros pertencentes ao ritual das reuniões ou encontros restaurativos. As reuniões são chamadas de *círculos restaurativos* constituídos de três tempos:

- pré-círculos
- círculos
- pós-círculos

O pré-círculo é a primeira etapa de um processo restaurativo formal²¹ e cumpre preparar os envolvidos a participar do *círculo*, uma tarefa trabalhosa por ter que lidar com a multiplicidade de primeiras reações por parte dos envolvidos quanto ao que é, para eles, algo inédito e aflitivo. Encontrar-se com pessoas com as quais se teve um conflito violento exige um preparo e habilidade do facilitador para alcançar determinados objetivos que construam um ambiente seguro desde o início, usando perguntas abertas e escuta ativa para identificar as necessidades. Também é importante dizer que a meta é a construção de um acordo restaurativo voltado à reparação dos danos.

O ofensor deve reconhecer o malfeito, assumir sua responsabilidade e ter vontade de restaurar o dano. A vítima deve querer encontrar-se com o ofensor para entender melhor o por que e para que o fato aconteceu, saber se vai acontecer de novo e ter restaurado seu dano.

Com vítima e ofensor

- Esclarecer o conceito de JR e o processo e os procedimentos do círculo restaurativo (objetivo, como funciona).
- Colher o resumo dos fatos, o que acontece? Como se sentiu? O que pensa e sente neste momento?
- Explicar os princípios de confidencialidade, voluntariedade e quem participa do círculo.
- Identificar aqueles que podem fazer parte do círculo como apoio e suporte, pessoas significativas e por quem sentem admiração;
- Indicar expectativas do círculo (diálogo, respeito, confidencialidade e escuta)

²¹ Cf. Capítulo 3 e 4.

- perguntar se querem fazer parte do processo restaurativo

Apenas com a vítima

- Apresentar os benefícios e informar que os círculos previnem uma revitimização;
- Deixar claro que as necessidades dela serão ouvidas e consideradas no círculo e que no encontro não haverá debate sobre a culpa do agressor.
- Identificar o que a vítima quer ver resolvido no círculo.
- Dar a preferência pela escolha da data e horário do círculo.

Apenas com o ofensor

- Apresentar os benefícios do processo, um momento para encontrar e falar com a vítima sobre o ocorrido, admitir responsabilidade e tentar reparar os danos;²²

Ainda que não exista uma receita infalível para preparar os participantes para finalmente se encontrarem no círculo, a sensibilidade e experiência dos facilitadores contam para que ele tome a decisão de avançar a etapa dos pré-círculos para o círculo.

No círculo restaurativo

Neste, o facilitador inicia com a preparação do ambiente, acolhe as pessoas, faz uma rodada de apresentações das pessoas no círculo e dá as primeiras instruções. Relembra os objetivos e a intenção do círculo, bem como os valores deste, que podem ser definidos ou construídos, dependendo do tipo de círculo. Quando são construídos, costuma-se orientar compreensão mútua, responsabilização, atender necessidades dos participantes (no momento do ocorrido e neste momento) e fazer acordos juntos²³.

O facilitador costuma por em prática um roteiro de perguntas que permitem uma fala de narrativas livres: o que aconteceu? Que sentimentos estiveram presentes naquele momento? E em seguida? O que você sente atualmente? Qual foi a parte mais difícil disso tudo? Como as pessoas reagiram quando souberam do acontecido? Quem mais foi afetado por isso? Do que escutou hoje, o que acha que foi mais importante? Você quer falar alguma coisa nesse momento? O que pode ser feito para reparar isso? O que você pensa sobre essa

²² CDHEP, Apostila de Formação em Práticas de Justiça Restaurativa, 2012b, p. 12-4.

²³ Ibid., p.14

reparação?

No momento do acordo costuma-se abrir para falas mais espontâneas que façam proposições no sentido de lidar com as necessidades levantadas, com a reparação dos danos, e para que o fato não se repita. Mesmo para facilitadores mais experientes, um planejamento de círculo restaurativo lhe dá maior tranquilidade e desprendimento para também poder pensar em perguntas que possam dar novos caminhos durante o círculo. Assim, é aconselhável que um roteiro contemple a totalidade das etapas do círculo, mas que não impeça a experiência do facilitador também poder propor perguntas não roteirizadas, desde que frutos de uma condução restaurativa mais sensível e atenta de sua parte.

Tipos de Círculos

Apesar da multiplicidade de dispositivos restaurativos, estando entre estes os *círculos restaurativos*, aqui trataremos apenas daqueles os quais o CDHEP se propõe a trabalhar: os *Círculos de Paz* (CdP)²⁴ e os *Círculos Vítima, Ofensor e Comunidade* (Círculos VOC). Basicamente a diferença se dá pela multiplicidade de conflitos e interesses que podem estar envolvidos num CdP, por ser mais genérico e suportar um grau de imprecisão quanto aos papéis de vítimas e ofensores, algo que não ocorre em Círculo VOC. Nestes, é possível trabalhar com conflitos isolados e/ou que culminaram em danos mais graves. Podendo-se identificar claramente quem é a vítima e quem é o ofensor, ele é melhor indicado nos casos em que esta distinção tende a ser consenso.²⁵

Visualmente ambos os círculos são quase indistintos. É disposta uma roda (perímetro) de cadeiras onde se sentam de maneira equânime e equilibrados os facilitadores e os participantes. As diferenças se fazem por exigência da prática. Em Círculos VOC é aconselhável que o facilitador já tenha preparada uma sugestão de lugares, atentando especialmente a não deixar lado a lado vítima e ofensor, mas separá-los pelos facilitadores, comunidade de afeto e comunidade comum, de modo que fiquem mais seguros com a

²⁴ Existem subcategorias de Círculos de Paz, indicados cada um deles para um determinado objetivo específico quanto à tarefa; a maioria deles é descrita por Pranis (2010). Dos mais comuns ela destaca os círculos de diálogo, compreensão, restabelecimento, sentenciamento, apoio, construção de senso comunitário, resolução de conflitos reintegração e celebração. (op.cit., p. 28)

²⁵ As *Reuniões de Grupo Familiar* (FGC) também são práticas bastante utilizadas em outros países, especialmente para aqueles que optaram pela tradição neozelandesa e australiana. Desse formato restaurativo não trataremos aqui, mas é possível encontrá-lo através da MEDIATIVA, instituto que mantém formações de JR voltadas a essa metodologia de encontros e que em 2011 esteve envolvida no Projeto *Novas Metodologias de Justiça Restaurativa*.

distância, mas igualmente próximos do facilitador responsável pela condução.²⁶

Aberturas

Nos momentos de abertura dos círculos o facilitador recebe os convidados após toda a preparação do ambiente, materiais, lanches, etc. Costuma-se iniciar com uma rodada de fala para que todos se apresentem e, eventualmente, como nos Círculos VOC, apontem suas relações de parentesco ou apoio dos protagonistas.

Cerimônia

Ela faz parte de dois tempos dos círculos: a abertura e o fechamento. Ela vem instalar celebrativamente um ambiente diferenciado dos outros, através dos convites feitos à participação de seus membros, convidando-os a partilharem valores e se verem como partes ligadas entre si. Os encerramentos também celebram a participação de todos, agradecem o empenho pelo trabalho concluído e preparam os membros para o retorno a suas rotinas.

Combinados ou orientações

Estes valores costumam ser estabelecidos pelos próprios participantes por meio de perguntas feitas pelo facilitador, tal como “neste círculo, como vocês querem ser tratados e ouvidos? Quais valores podem guiar este encontro?”. Vemos por experiência que essa pergunta exerce grande pressão de coerência entre *fala* e *ato*. Havendo consenso de que *respeito* é um valor a ser assegurado por todos, este será regulado por todos. Assim, os quereres são contemplados pelas ações projetadas na fala, graduados a uma dosimetria entre *vontade* e *possibilidade*. Ou seja, haverá um prognóstico e sua comprovação prática. Havendo rupturas de valor, retoma-se o valor rompido na discussão. Em nosso exemplo, se alguém no círculo se sentir desrespeitado, por um momento a tarefa de todos será repensar este valor e fazer as alterações, reparações ou novos consensos.

Isto garante que combinados orientem a conduta dos trabalhos. A meta é atingir uma qualidade participativa das pessoas regulada por valores que estas creditam a si mesmas. Fala, escuta respeitosa e alguma forma de confidencialidade estão sempre presentes nos acordos estabelecidos. Apesar de não serem formulados como regras rígidas, os combinados em consenso são favorecidos pela igualdade de posições e determinados pelos ideais valorativos

²⁶ CDHEP, 2012b, p. 14, PRANIS, op.cit., p. 28-31.

dos participantes. Assim, eles mesmos se empenham e se políam para garantir estabilidade ao enquadre que foi construído por todos e cada um.

Bastão de fala ou perguntas abertas

Um instrumento utilizado nos CdP é o 'bastão' ou 'peça de fala'. É um objeto especial, muitas vezes ornado ou que possui um significado pro grupo, de respeito, partilha, comunhão e interesse. Ele serve para organizar as falas de maneira igualitária entre os participantes e favorece a disposição circular e equânime do grupo. Com todos dispostos em círculo, na mesma altura, e com iguais oportunidades de fala, não há como monopolizar a peça. Só aquele com a peça tem a vez da fala; os outros devem ouvi-lo respeitosamente e de acordo com os combinados. A peça, no entanto, não obriga de modo algum a pessoa a falar, ela o faz se quiser, podendo segurá-la por um tempo em silêncio, pensar se quer falar algo ou, ainda, passá-la adiante e esperar outra oportunidade.

Com uma pergunta feita pelo facilitador, a peça pode ser disparada por ele ou colocada no centro para que algum participante a apanhe e, livremente, dê início a suas considerações. Este termina, e então a peça então vai passando de mão em mão para que todos possam falar. Essa ordem evita que pessoas em conflito no círculo entrem num embate mais direto e polarizado. “Andando” pelo círculo, a peça os faz esperar e pensar por mais tempo no que vão dizer, enquanto outros vão dando suas contribuições e alterando o conteúdo exposto no círculo. Essa dinâmica obriga as pessoas a lidar com suas ansiedades e favorece a ampliação de versões sobre um mesmo assunto. Com mais informações, os participantes tendem a repensar seus sentimentos e encontrar meios mais elaborados, colaborativos e sinceros de contribuir com o círculo.

Facilitador ou guardião

Este é o responsável por coordenar o círculo e organizar suas etapas, perguntas, cerimônias e demais arranjos necessários para um desenvolvimento saudável do círculo. Por sua experiência e responsabilidade de organizador, ele pode fazer intervenções sem que tenha a peça de fala em mãos, mas raramente o faz. Ele também faz parte do círculo, como os outros integrantes, e costuma também contribuir com falas e respostas pessoais.

Nos Círculos VOC sua presença é mais incisiva, fazendo perguntas direcionadas a cada participante de acordo com sua estratégia e sensibilidade, mas dando sempre

oportunidade para que todos se expressem. Outra diferença é que, aqui, ele não se coloca pessoalmente

A importância de contar histórias

A grande preocupação da JR em proporcionar um espaço diferenciado para se trazer as histórias das pessoas através de seus relatos pessoais e vivências (em contraponto às falas explicadas ou racionalizadas) nos parece ser a relação entre *vulnerabilidade* e *confiança*. Pranis (2010) é quem mais argumenta em favor das vantagens de se utilizar metade do tempo disponível nos *CdP*²⁷ para que se possa contar histórias que não tratem diretamente do conflito em questão, mas para fortalecer os laços de pertencimento comunitário e de partilha de valores comuns que garantem a todos sua segurança individual.

Queremos ilustrar o que se passa na cabeça de um participante de círculo restaurativo, como o círculo de paz, por exemplo. O ato de contar histórias pessoais submete o participante ouvinte a uma narrativa na qual aquele que conta a história é o protagonista, o personagem principal. Diferentemente de quando ouve uma aula, palestra, discurso, pronunciamento ou discussão, um participante se coloca em posição de identificação com o protagonista da narrativa na medida em que partilha daqueles mesmos sentimentos relatados. A JR entende que as necessidades humanas não diferem muito de pessoa para pessoa. Basicamente, seus desejos de pertencimento, respeito, voz e segurança repousam sobre todos e podem ser agrupadas em anseios comuns.

Dessa forma, é inevitável que a expressão de sentimentos de perda, dor, tristeza e raiva encontrem repercussão no círculo. Os participantes de círculos não têm de se preocupar em concordar ou não com uma história, pois ela não busca concordância, mas coerência entre sentimentos, pensamentos, ações e crenças, sobrando apenas a possibilidade ou não de identificação com o que se passa com o outro.

Assim, o ato de contar histórias conduz à construção de uma empatia tão mais inevitável quanto maior for a profundidade dos sentimentos retratados ali. É possível se pensar que é dessa forma que a JR consegue lidar tanto com conflitos leves quanto graves: pelo conflito ligar a todos sob um mesmo tecido rompido, a profundidade dos sentimentos expressos convida a todos àquele ponto de identificação ao encontro do tecido rompido, lá

²⁷ Círculos VOC são orientados diretamente para tratar do conflito, contando com intenso trabalho de pré-círculo, com valores básicos sancionados por todos seguido de apresentação e direta abordagem do conflito.

onde ele está. A combinação e execução coordenadas dos procedimentos somada ao treinamento, experiência e sensibilidade do facilitador para as questões mais graves colaboram para que o grupo sinta-se seguro a ir mais longe na tarefa restaurativa.

Dos fundamentos

Queremos neste terceiro item dar destaque aos elementos que podem ser entendidos como fundantes da experiência restaurativa. Para tal recorte decidimos trazer os autores que se concentraram sobre esse debate e tentar mostrar como os pilares descritos por nós podem servir como eixos dos valores e princípios que fundam a proposta restaurativa como um todo.

Uma visão estrutural da Justiça Restaurativa

Sob o olhar da psicologia, quais frutos podem ser colhidos de uma análise crítica sobre a estruturação da Justiça Restaurativa? Queremos com este item abordar os elementos fundamentais que fazem operar a Justiça Restaurativa em sua prática. Pretendemos nos dirigir à construção teórica que circunscreva a prática em seus pontos centrais, podendo organizar uma topologia que ilustre seu funcionamento e que, posteriormente, nos forneça os elementos de sua dinâmica. Se com sucesso pudermos descrever seu diferencial teremos mais ferramentas para pensar o percurso formativo do CDHEP.

Para esta finalidade nos servimos dos trabalhos de Edgar H. Bianchini (2012) quando este descreve os fundamentos do funcionamento da justiça retributiva tradicional e deles destaca aqueles próprios à prática da JR. Este destaque particular feito pelo autor, como vimos, apesar de inevitáveis, nos ajudam a formar uma referência a título de entendimento não só das práticas, mas daquilo que as norteiam e a destacam enquanto método.

O edifício da JR parte de um *locus* e sua escolha estará intimamente ligada ao equilíbrio da estrutura, não só do ponto de vista de suas exigências internas como também de sua relação com as dimensões que anteriormente tratamos sob o desígnio de *movimento restaurativo*. Neste ponto a JR não difere tanto da justiça retributiva pois também irá lidar com pessoas em conflito, com a correlação de forças ali envolvidas e com o melhor interesse em transformar o conflito de alguma maneira, interagindo e se valendo dessas forças para alcançar algo que se possa chamar de justo. Boonen (2011, p. 114) irá afirmar que o justo precisa da tensão, da dinâmica e da disputa e será com respeito a esta prerrogativa do que é

justo que se desenhará o prédio restaurativo.

Bianchini, em seu trabalho de 2012, diferencia os princípios que norteiam a atuação do Direito Penal daqueles da JR. A escolha do termo *princípio* serve para situar topologicamente as estruturas de justiça, diferenciá-las e criticá-las. O autor parte da ideia de que na Justiça:

“O Direito Penal é o ramo de Direito Público responsável pela proteção aos bens mais caros da sociedade frente às agressões mais graves. Essa atuação pauta-se em princípios para execução desta proteção, primando pela proteção humana daqueles envolvidos e baseando a sua atuação na dignidade do ser humano.

Assim, enquadra-se a Justiça Restaurativa no âmbito do Direito Penal, e tem-se uma série de princípios que influenciam esta abordagem do crime e sua forma de atuação.”²⁸

O autor dirá que alguns destes princípios norteadores das práticas de justiça são comuns a ambos os sistemas, restaurativo e retributivo, e, para iniciar sua análise, trata o *princípio da humanidade*. Descrevendo-o, ele afirma que o poder punitivo não deve aplicar sanções que afetem a dignidade humana, sendo apresentado antes como proteção contra os abusos da pena e um norte para seu aperfeiçoamento. Este se dá através da limitação fundamental em relação à qualidade e quantidade da pena, respaldando rechaço irreduzível à pena de morte, penas corporais, penas infames, penas perpétuas ou privativas de liberdade excessivamente extensas²⁹. O movimento em direção contrária às penas é reforçado pelo trabalho de Ney Moura Teles que se apresenta radical por entender que a própria pena de prisão deveria ser abandonada³⁰.

O segundo princípio descrito por Bianchini é o da *intervenção mínima*, que diz respeito a uma ação que se limita ao que é indispensável para a manutenção da ordem. Aproximando-se da visão de Konzen³¹, dirá que a atuação do Direito Penal deve pautar-se como último recurso aos bens mais importantes e às agressões mais graves. Isto significa que Bianchini, apesar de citar autores solidários a ideais abolicionistas, aloca discursivamente a JR dentro do Direito Penal e assim a situa topologicamente.

O terceiro princípio partilhado entre as duas 'justiças' é o de *adequação social*, que visa considerar os valores sociais históricos envolvidos no conflito. O autor, com razão, enquadra a JR neste princípio, observando como ele opera uma necessidade de harmonia e equilíbrio social buscado pela prática jurídica.

²⁸ ibid, p. 111.

²⁹ Bianchini refere-se aqui à obra de Rogério Grecco, *Curso de Direito Penal: Parte Geral*. 10 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2008.

³⁰ Ney Moura Teles, *Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120*, volume 1. São Paulo: Atlas, 2004.

³¹ Konzen, *Justiça Restaurativa e Alteridade*. 2008

Os dois últimos princípios abordados são o de proporcionalidade e razoabilidade. O primeiro busca “atentar para o fato e para o objetivo, buscando alcançar um parâmetro de 'sanção' condizente a todas as partes”³², de modo a articular crime e pena, no caso retributivo, e dano e reparação, no caso restaurativo. O princípio de razoabilidade, por seu lado, conduziria a proporcionalidade aos objetivos que propõe, sendo, no caso restaurativo, a própria restauração.

A punição não é necessariamente colocada de lado em práticas ditas restaurativas. Existem muitas formas de JR e esta, a qual mantém vivas possibilidades de punição entendemos como as mais conservadoras. Nos perguntamos se a JR tal como entendemos fundamentalmente veria tais princípios de modo diferente, se seu posicionamento fosse mais independente. Ao contrário do autor, talvez seja possível que os princípios referidos ao direito penal não sejam abandonados ao excluirmos a possibilidade da pena, mas, pelo contrário, radicalizados.

Pode-se dizer que excluir ao máximo a possibilidade de haver uma punição para ofensores não conduz menos poder à vítima mas mais poder à voluntariedade e, conseqüentemente, à consensualidade. Garantindo a integridade do ofensor, o processo conduz coerentemente a exigência de sua contrapartida reparadora e responsável. Seria esquizofrênico pedir ao ofensor que confiasse num processo que lhe abriria as portas dos seus direitos, como o de todos, quando outros pudessem ser a qualquer momento ameaçados. Que tipo de liberdade seria essa e a que necessidade visaria atender?

A punição, por fim, vai contra o princípio da consensualidade, da adaptabilidade e voluntariedade, e vemos que Bianchini também o afirma nestas passagens: “O importante é que as partes tenham pleno domínio de suas decisões”; e “No processo convencional pune-se pelo que se fez exclusivamente, e não é levado em consideração o que pode ser feito para se reparar a lesão”³³. Ora, se a punição atenta exclusivamente ao ato, mas este pode ser reparado sem danos para o ofensor, punição e reparação não poderiam dividir terreno.

Ao não levar em consideração o que pode ser feito para reparar o dano, o processo convencional interditaria como princípio as formas de restauração a partir da emergência de verdades puníveis, aquelas que podem ser assumidas pelo ofensor, alimentando um

³² ibid., p. 115.

³³ op.cit. p. 120.

sentimento de dano irreparável. Na aplicação da pena não sobra espaço para elementos que tencionem o irreparável, pois este é tratado como algo irreversível *objetivamente*, afastando possibilidades de perdão. Entendido por diversos autores como “o fechamento de outro dos procedimentos de JR” (BOONEN, 2011, p.135) o perdão posto de lado seria efeito de um poder de controle vindo de fora e que estrangularia um fundamento da JR: o protagonismo dos envolvidos³⁴.

Quanto à voluntariedade, outro perigo da miscigenação de pena e responsabilização e reparação é flagrada pelo convite ao ofensor para que, consensual e voluntariamente, se prostre a um sofrimento desvinculado de sentido de alteridade ou de atendimento às necessidades que deve apresentar aos demais. O autor deixa ambíguo se o ofensor é capaz de participar do processo e se responsabilizar pelos danos, vez que jamais encontraria benefícios para si mesmo com a decisão da pena. Ou seja, que consensualidade e voluntariedade podem existir na punição?

Num caso restaurativo acompanhado numa escola, durante os acordos, a diretora pediu para que o ofensor fosse acompanhado por um psicólogo, pois isso lhe traria inegáveis benefícios. Tempos depois, na retomada dos acordos (pós-círculos), viu-se que alguns acordos não havia sido cumpridos. Na discussão, a facilitadora notou que o pedido por atendimento psicológico não havia sido discutido o suficiente e que o adolescente não havia exposto uma necessidade de atendimento, mas que esta *estratégia* buscava atender necessidades da diretora, desvinculadas às necessidades do adolescente. Ou seja, é possível que não haja maior importância na intenção da estratégia, mas que ela vincule as necessidades de seus responsáveis.

Levantamos a hipótese de que, ao mesclar princípios, a manutenção da possibilidade de punição *dentro do processo restaurativo* só atenda às necessidades dos atores políticos e protagonistas atuais que, de uma maneira ou de outra, têm evitado ver os princípios restaurativos como perigosamente mais transformadores que os tradicionais. Isso manteria a subserviência da JR à justiça tradicional a fim de garantir um poder de controle sobre o empoderamento que a radicalidade do protagonismo transforma em níveis sociais. Afinal, se os princípios da justiça tradicional fossem englobados e radicalizados pela prática restaurativa, não excluiríamos o espírito da justiça tradicional como esta exclui a possibilidade de restauração e reconciliação após um crime, mas problematizaríamos o poder hegemônico e

³⁴ AGUIISKY, BRANCHER. *Projeto Justiça Para o Século 21*, 2008, p. 03.

repressor de responsabilidades veladas que ela esconde de si mesma.

Dos valores restaurativos

“Durante o processo penal, a vida do réu está a mercê da sociedade, invertendo-se os papéis dominantes, passando o infrator da condição de dominante, anteriormente exercida durante o delito, para o caráter de dominado pelo sistema judicial. E é nesse momento que a sociedade deve responder com os valores que ela representa.” (Bianchini, 2012, p. 79)

Essa citação nos informa da importância de se discutir em maior escala o papel dos *valores* no exercício judicial. A fim de reabilitar e devolver ao ofensor sua liberdade e autodeterminação suspensas pelo tempo de sua pena, passa a ser tarefa da sociedade, instrumentalizada pelo Estado, oferecer/possibilitar uma transformação de conduta que favoreça e reforce uma alteração subjetiva no sujeito e que exerça força sobre ele sem que para isso se necessite da vigilância de outras pessoas. Para que isso fique claro, é necessário também que se esclareça o que se quer do ofensor, função determinante da repactuação social alcançada através do acordo restaurativo.

Mas significa dizer, antes, que a sociedade deve saber e ser o mais clara possível para se fazer entender quando imprime sua escala de valores a serem protegidos; e que o preço a ser pago por essa falha é sua reparação³⁵. A dupla reparação - *valor sob ameaça* deve ser, assim, muito cuidada, do ponto de vista dos objetivos de uma reabilitação. Zehr sintetiza numa frase o que a sociedade pode dizer ao ofensor:

“Você errou ao lesar alguém. Você tem a obrigação de corrigir os seus erros. Você pode fazer isso voluntariamente, e permitiremos que você participe do processo para descobrir como fazê-lo. Se você não quiser aceitar essa responsabilidade, nós decidiremos por você o que precisa ser feito e exigiremos que você o faça.”(Zehr, op.cit., p.187)

Não sabemos se é por conta da tradução ou se Zehr não deixa claro o que entende por “Pode-se pedir ao ofensor que aceite a obrigação de corrigir o mal”, mas, pouco a frente: “Contudo, não se pode e não se deve obrigá-lo a isso”³⁶. Não sabemos a que “isso” ele se refere. A verdade é que em algumas passagens de seu trabalho vemos fortes indícios de um posicionamento confuso. Algumas passagens para exemplificá-lo: “Frequentemente os

³⁵ Zehr, 1990, p. 187.

³⁶ Ibidem.

ofensores precisam de forte incentivo ou mesmo coerção para aceitar suas obrigações”. Vê-se que “forte incentivo” é um termo vago, mas que, usado junto com “coerção”, adquire o sentido de dominação. De um jeito ou de outro, não se fala mais em JR, uma vez que a voluntariedade deste participante já estaria fora da prática³⁷.

Entendemos que a própria lógica de atuação da justiça por uso da dominação e imposição de castigos como pedra angular irá valorar toda a prática como sombra dessa ação. Aqui a dominação passa para condição de escalar a graduação dos valores. O frágil estabelecimento valorativo ligado por sobre os laços comunitários se esgarçam ainda mais na medida em que a disputa pelo domínio do conflito entra em cena, enquanto, na verdade, tratava-se de restabelecer valores rompidos no seio do tecido social.

Significa dizer também que a sociedade tem em cada ofensa a possibilidade de estabelecer um novo pacto social, anteriormente rompido, na medida em que sobre ele repousam as negociações dos valores, aquilo que no debate do conflito se quer transmitir como algo que não deve mais vigorar. Assim como no caso que pudemos ilustrar na introdução deste trabalho, poderíamos ter estacionado nossas atenções sobre as necessidades mais imediatas (medo, vergonha, mas também diversão e prazer) e não ter visto que as consequências de nossos atos criavam necessidades também naquelas pessoas ofendidas.

Neste quesito, pensamos que a JR considera o conflito como oportunidade para se estabelecer, repensar e debater valores fundamentais para o retorno do convívio social rompidos temporariamente, e essa será condição para que as necessidades surjam e possam ser negociadas: a clareza quanto aos valores que serão preservados na partilha das necessidades não atendidas no conflito.

Sobre os acordos restaurativos

Esta parte é a mais importante do processo restaurativo por se tratar de uma finalidade que, ao nosso ver, é a que melhor caracteriza a JR, a repactuação social. Veremos um exemplo de acordo restaurativo para ilustrá-lo logo abaixo.

Se pudermos comparar os tempos finais dos dois procedimentos de justiça, a sentença judicial e o acordo restaurativo, veremos que o sistema penal se mostra ausente no campo das idiossincrasias que por ventura venham a operar sob o contexto subjetivo e social onde em grande parte operam os conflitos. A aferição da pena ao réu considerado culpado é análoga ao

³⁷ Retomaremos este raciocínio com outras passagens e reflexões a elas articuladas no capítulo 5.

momento final do processo restaurativo propriamente dito, o acordo lido e assumido em consenso. Para buscarmos os fundamentos do cálculo da pena a ser estipulada pelo juiz devemos nos dirigir a ao código penal. Significa dizer que a atualidade decisória no juiz está, em última instância, submetida a determinações normativas e previstas no código e, como tais, não se destinam a buscar as contingências específicas de cada crime e de cada ofensor em sua história. A dimensionalização do conflito para além das responsabilidades penais é deixada de lado pelo sistema retributivo como vimos em nosso exemplo³⁸, pois, se se apresentasse, forneceria um quadro paradoxal de violações e responsabilidades, muitas vezes de coletividades e de instituições como o próprio Estado, impossíveis de se responsabilizarem penalmente³⁹. O papel secundário dado às vítimas no andamento do processo penal reafirma e agrava a predisposição em voltar mais esforços às evidências que aos danos, num esforço em mutilar o conflito a ponto de ser possível e necessário fusionar condutor e conduta criminosa.

Podemos então concluir que esta precondition do exercício da justiça por meio da primazia do código penal possui menores condições de considerar as particularidades e a história do ofensor do que aquelas dispostas pela prática restaurativa. Se observarmos apenas esta etapa final dos dois sistemas, lado a lado, veremos grandes diferenças no tratamento dispensado aos envolvidos. Enquanto que, por um lado, um juiz sentencia uma medida punitiva, baseada na lógica da dominação, do outro lado o acordo restaurativo testemunhado pelo facilitador é sempre elaborado pelos presentes no círculo, atribuindo a cada um dos participantes a parte que lhe cabe em tarefas relacionadas às necessidades surgidas no decorrer do encontro, sejam elas para seu benefício direto ou não. Isso torna a Justiça Restaurativa capaz de *dosar* tarefas de cada participante de acordo com sua responsabilidade mais precisamente. Assim, coincide o fundamento radical do direito penal de humanidade, tal como nos disse Bianchini anteriormente, o de favorecer a reconquista do direito de viver em sociedade⁴⁰, que é alcançada na oportuna exclusão da pena. Seu benefício reside tanto no sentido de colher uma diversidade de informações e agir sobre este conhecimento como promover a vinculação coletiva com a memória da ofensa.

³⁸ cf. Pensamentos sobre a pena, p. 142.

³⁹ Essa ampliação dimensional do conflito é descrita mais propriamente no tópico “curva do conflito”, na parte final do curso da ESPERE.

⁴⁰ Pedro Scuro Neto, *Por uma Justiça Restaurativa 'real e possível'*. Seminário internacional “Justiça Restaurativa. Um caminho para os Direitos Humanos?” Instituto de Acesso à Justiça. Porto Alegre, 29–30 de out. 2004. disponível em [[link](#)]

É por trabalhar com mais de uma verdade que a JR amplia sua capacidade diagnóstica e passa a operar com contradições a favor do processo. A verdade perde em detalhamento objetivo e ganha em multiplicidade subjetiva. Como o foco é deslocado da verdade a ser descoberta para os danos que decorreram do conflito, as muitas verdades subjetivas podem ser protegidas da expectativa punitiva, podendo se apresentar com força suficiente para alterar umas às outras. Como resultado, não raro, papéis e posições antes cristalizadas, como a de vítima e ofensor, são postos em movimento, destacando os sujeitos a construírem novos papéis. Se entendemos a meta restaurativa como repactuação social a fim de que seja tecida em melhores condições, essa reconfiguração de papéis pelo laço social rompido deve compor verdades, não antagonizá-las. Para isso, é necessário conhecer mecanismos que possam evidenciar e desobstruí-las para que se liguem como amarras, quão fortes for possível.

Assim notamos ser imperativo afirmar que o sistema retributivo não é e jamais será capaz de considerar os “ganchos” subjetivos do ofensor onde é possível religá-lo ao tecido social, haja vista sua prática excludente e estigmatizante. Neste sentido, o Direito Penal é heterogêneo à Justiça Restaurativa, pois não entende o conflito e o processo de promoção de justiça como composição de versões, reordenação e reparação das verdades subjetividades atingidas pelo conflito.

Justiça Restaurativa e sua relação com a Justiça Retributiva

Howard Zehr (1990) talvez seja o pesquisador mais conhecido quando se fala em JR. No trabalho de referência ele nos levará a uma breve história do desenvolvimento do modo retributivo de justiça, algo que pode nos auxiliar quando pensarmos nas razões de utilizarmos o modus retributivo quando se trata de fazer justiça frente um crime⁴¹.

Ele afirma que uma das grandes diferenciações promovidas pela consolidação do modo retributivo de justiça se deu na esfera pública, em contraposição à esfera da “justiça privada”. Esta, hoje em dia, é tomada como forma de vingança pessoal, comumente desorganizada e ligada ao modo reativo e emocional que a provoca, ao passo em que o modo retributivo se propõe a um processo mais controlado, equilibrado, humano e punitivo. A imaginação certamente nos levaria ao desenvolvimento de prisões bem diferentes daquelas que de fato temos hoje, desordenadas, torturantes e pouco equilibradas. Além disso, há

⁴¹ Esta parte estará toda embasada no trabalho de Zehr, 1990.

também um grande desajuste de olhar quando se dicotomiza teoria/prática com relação à justiça privada, pois, historicamente, esta não era necessariamente privada, como também nem sempre envolvia vinganças, ao menos não da forma como a designamos hoje. Na verdade, enquanto a justiça pública limitava bastante seu resultado à medidas punitivas contra um ofensor assim julgado, a vingança era uma dentre muitas formas de resultado da justiça privada, que certamente apresentava problemas, mas de longe era o que se supõe hoje.⁴²

O autor diz que até a Idade Moderna o crime era visto como ruptura de uma relação interpessoal e que criava obrigações e dívidas para com aquele que havia sido prejudicado efetivamente. Desta forma, os acordos entre as pessoas eram típicos resultados daquilo que se poderia experienciar como justiça, conduzida muitas vezes por um processo de mediação. O papel da Igreja através dos eclesiásticos neste período era fundamental. Essa justiça, que Zehr denomina como “justiça comunitária”, favorecia o poder dos familiares afetados pelo crime, dando-lhes condições de se envolverem significativamente na resolução do conflito. A justiça comunitária se embasava no formato extrajudicial negociado e indenizações eram com frequência frutos do processo. Somente quando os esforços de negociação fracassavam é que se buscava alternativas.

Uma destas era a vingança. Era utilizada com menos frequência do que se imagina, fundamentalmente porque a resposta violenta já provocava grande desagregação em comunidades pequenas, onde os laços e relacionamentos são fundamentais para a saúde do grupo e onde acordos e indenizações eram mais seguros para todos. Além disso, existiam instrumentos que reduziam ainda mais a possibilidade da resposta violenta. Um desses instrumentos eram as casas ou mansões chamadas “asilos”, espaços análogos a autarquias ou embaixadas em que um criminoso poderia se abrigar até que a raiva de suas vítimas pudesse passar e a sede de vingança pudesse dar lugar a possibilidade de negociações e acordos. Alguns asilos estabeleciam regras para o tempo de permanência desses agressores, mas garantiam a estes grande segurança contra reações violentas ao seu crime. Registros do período medieval mostram que invasões de asilos cometidas com o intuito de se chegar a um agressor eram consideradas violação de asilo.⁴³

Ainda neste período, as lutas entre pessoas em conflito eram legítimas apenas se todas as formas de negociação tivessem sido esgotadas, havendo uma relação entre “lei e costume”

⁴² ibid, p. 93-4.

⁴³ Apesar disso, infelizmente Zehr não menciona quais consequências poderiam advir a violadores de asilo.

que conduzia a fórmula do antigo testamento “olho por olho” a um código e formalizava seus procedimentos como mandamentos. Estes diziam: “Faça isto, e somente isto e não mais”, evitando uma escalada da violência decorrente do conflito⁴⁴.

Existia a necessidade de se equiparar os poderes que haviam sido desequilibrados com o crime, e a vingança era uma forma aceitável de se conseguir isso, como no caso de diferenças numéricas entre tribos ou clãs. Contudo, o que se percebia é que, como nos dias de hoje, as vítimas sentiam a necessidade de serem vindicadas moral e publicamente e a ameaça da retaliação servia como meio de se alcançar essa necessidade, para além de ser um fim em si mesma. Assim, “o sistema repousava primordialmente na necessidade de compensar a perda das vítimas e reparar relacionamentos”⁴⁵.

A segunda alternativa (ou terceira via) era a *opção judicial*, apesar de sua expansão só tomar corpo na Idade Moderna, num período em que a justiça comunitária era forma predominante de resolução de conflitos. Elemento histórico deste período – e que o diferencia de seu herdeiro – era o limite do processo, ou seja, este permanecia ligado às necessidades das vítimas e a elas devia sustentação. Em certa medida, uma grande revolução jurídica se inicia quando o processo se desvincula dos interesses das pessoas em conflito e passa a se auto-regular.

A opção judicial era feita com grande relutância e ativada somente quando falhavam outros mecanismos. As atribuições de condução desse processo eram conferidas a autoridades eclesiásticas, regionais ou senhoriais, mas ainda assim tendiam a operar segundo princípios da justiça comunitária. Os próprios tribunais não eram acionados sem o pedido das vítimas. Com a inexistência de procuradores públicos e a falta de embasamento legal para uma condução independente, sem o acusador não havia processo, salvo aqueles em que a própria coroa era parte lesada.

Ainda assim, ao se iniciar um processo, o interesse da corte e do Estado era o de promover a cooperação das partes, servindo como árbitro e regulador de relações de poder para que as partes chegassem a um acordo, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade ou mesmo base legal para prosseguir com o processo por conta própria. Por esta razão, era raro um processo se iniciar por esta via, sendo o resultado também o conjunto de múltiplos fatores envolvidos.

⁴⁴ ibid, p.98-9.

⁴⁵ ibid, p.99.

Os *acordos negociados comunitariamente* eram um destes fatores. Outro era a resistência local à autoridade central. Os custos financeiros do processo também apareciam como importantes, somando-se a isso as cobranças feitas sobre multas ou indenizações sentenciadas, recolhidas aos cofres da família real mantenedora da corte. Além do mais, havia um risco bastante ameaçador ao acusador de, ao não convencer a corte quanto à culpa do acusado, deparar-se com o ônus do processo, que voltar-se-ia àquele, o que deve ter por muito tempo desencorajado acusadores e acusados devido ao grande risco envolvido para que algum benefício pudesse ser gozado do processo.

Como dito anteriormente, a justiça comunitária apresentava defeitos, métodos arbitrários e imprecisos na aferição de culpa, agravados pela insuficiência de salvaguardas ao agressor. Essa justiça ainda funcionava bem entre iguais, mas era sumária e brutal se o ofensor era um subordinado. O ônus às vítimas era também elevado já que o processo era feito por sua iniciativa e recursos. Ainda assim, era preterida pelas populações por focar conceitos tradicionais e bastante objetivos de justiça, de que uma pessoa havia sofrido um dano, que as pessoas deveriam ser foco do processo de indenização e que o fundamental era que as relações entre elas fossem restabelecidas, os laços reparados e as pessoas reconciliadas.

Foi nos séculos XI e XII que se iniciou um processo de mudanças nos fundamentos e significados de crime e justiça, um movimento que sofreu resistência por muitos durante muito tempo. Nestes, muitas autoridades políticas começaram a moldar a “lei” de acordo com princípios e práticas consuetudinários. O fim da Idade Média foi significativo para a transformação dessas leis por novos princípios, abandonando muitos dos primeiros.

Até que o conjunto legislativo passasse a tratar certos conflitos e danos como crimes no século XVIII, muito já havia sido feito para que ele fosse cada vez mais utilizado. O Estado passou gradativamente a colher evidências, a fazer parte ativa de certos tipos processuais e, então, a iniciar acusações. Os resultados começaram a mudar quando o Estado, então, passou rapidamente do papel acusatório para o inquisitório, preterindo a punição ante os acordos e substituindo as indenizações por multas que seriam pagas à coroa. A tortura passa a ser instrumento aceitável para se descobrir a verdade e cada vez mais os interesses das vítimas dentro das comunidades vão sendo relegados. Como exemplo, a lei francesa já previa em 1498 que o rei ou seu procurador seriam parte interessada em todos os julgamentos e, “alegando inicialmente ter o direito de participar dos processos, o Estado por fim reivindicou

a propriedade [d]o mesmo”⁴⁶.

O processo ainda era disparado pelas vítimas e seus familiares, mas outros mecanismos passam a ser considerados como “extraordinários”, como denúncias, flagrantes ou quando vítima e ofensor eram conhecidos de todos. “Como acontece muitas vezes, a longo prazo procedimentos extraordinários vão se tornando ordinários: (...) a coroa passou a impor sua pretensão de guardiã da paz. Bastou mais um pequeno passo para alegar que, quando a paz fosse violada, o Estado era a vítima”⁴⁷.

O percurso que acabamos de trilhar pretendeu exhibir um pequeno histórico da passagem do período em que a justiça comunitária operava em várias partes do ocidente europeu, incluindo a Grã-Bretanha, e aos poucos foi perdendo espaço para o formato judicial.

Quando um indivíduo é ofendido, são criadas obrigações para que não haja uma escalada de violência rumo ao justicamento por parte da comunidade. Estas obrigações incluem formas de reparação do dano, compensações, indenizações e responsabilização dos envolvidos, a fim de pacificar as vítimas e tornar público o caráter inadmissível de determinados atos. Mas essa condenação do grupo a uma parte de si mesmo (um indivíduo ou um sub-grupo) só são possíveis quando há uma coesão prévia entre seus membros, uma inter-subjetividade que os organiza e reconhece como membros de uma coletividade ao redor de uma identidade, algo que cumpra uma vinculação entre todos. Não algo que previamente já esteja estabelecido, dada a vastidão de causas para um conflito se desencadear.

Numa comunidade de maior porte, onde a vinculação entre cidadãos é garantida pelo constructo de um Estado soberano regido pela lei, esta se configura como o elemento mais seguro e de estável ligação entre ofensores e vítimas. A aposta na segurança proporcionada pela lei a que se submetem os cidadãos servirá como substituta da vinculação até então fundamentada no convívio comunitário.

Para dizer de outra forma, o crescimento das cidades criou obrigações aos Estados Nacionais para mediar e tratar de conflitos que antes eram mais facilmente solucionados entre os próprios envolvidos, com a condição de que pertencessem a uma mesma comunidade. Com o enfraquecimento dos laços comunitários o modo de justiça promovida pelo Estado foi ganhando força, pois era o que melhor respondia à necessidade de um mecanismo que englobasse e subordinasse a todos. Este é um diferencial da criação de Constituições e Cartas

⁴⁶ op.cit., p.104

⁴⁷ op.cit., p.105

Magnas: circunscrever e proteger diversas idiossincrasias sob um acordo imparcial, coerente, logicamente estruturado, legislado e operado por agentes públicos investidos de um poder.

Assim, o moderno ordenamento jurídico penal trouxe avanços na contenção da escalada da violência por cumprir um papel de imparcialidade, de razão positiva e igualitária no tratamento criminal. Em sociedades maiores e mais complexas a multiplicidade de organizações, grupos e coletividades acentuava encontros de potencial conflitivo. Mesmo entre cidadãos falantes da mesma língua pequenas diferenças quanto origem, cultura, etnia, classe, idade e território já proporcionavam entrave suficiente para que os envolvidos num conflito tomassem o outro como o negativo de si, de modo que a afirmação de si passava a lograr sucesso pela negação do outro.

Poderes de ordem econômica, intelectual, física, territorial, material cada vez mais eram entrave ao estabelecimento de vínculos. Como os vínculos comunitários são mais difíceis de se sustentar num contexto civil onde o número de cidadãos é muito grande, o Estado passou a cumprir esta tarefa, de lembrar a todos de estarem sob o mesmo ordenamento.

Zehr (1990) e Liu (2005) argumentam que, após o término da Segunda Guerra Mundial, no entanto, os mecanismos administrativos da justiça criminal chegaram a um limite. Citado por Liu, Braithwaite (1989) argumenta que muitos dos Estados nacionais ocidentais no pós-guerra não souberam evitar o colapso moral subsequente em suas comunidades. Formalismos legais proporcionaram um desmonte do tradicional papel comunitário que até então propiciava aos ofensores admitirem seus atos, confrontar sua comunidade, sentirem remorso, terem consciência do dano causado, propor reparações e serem reintegrados a sociedade. Em estudo comparativo, ainda no pós-guerra, observou-se que um ofensor norte-americano tinha além de vinte vezes mais chances de ser encarcerado que um japonês, cultura que havia então adotado o modelo da família extensa (*family model writ large*) que consistia num esforço conjunto de se reintegrar o ofensor a sua comunidade, ao invés de expulsá-lo ou isolá-lo.

Não há como não esperar frutos do combate que a Justiça Restaurativa propõe à circularidade das produções violentas pelo direito penal. Os ganhos obtidos dirigem-se à

gradual superação dos ciclos de violência a tratar os consequentes buracos na rede de sociabilidade como potenciais e abandonados focos desagregadores das relações sociais. A JR tem cumprido papel paradigmático em países onde ela tem sido implementada, cuidando sistematicamente das formas corrosivas da violência e levando-a a campos onde se possa abertamente problematizar a função da justiça.

Haja vista os dispositivos jurídicos presentes em nossa legislação, insuficientes para que um programa em esfera pública alastre a proposta, o percurso da JR no Brasil ainda é bastante incipiente, desconhecido para muitos e de alto ônus do ponto de vista político, se rapidamente voltarmos para o debate que é feito em torno do tema da segurança pública e justiça dos últimos anos. Em seu trabalho realizado durante a década de 90, Teresa Caldeira (2000) faz menção ao discurso publicado em mídias de ampla audiência que promovem o que ela chama de “a fala do crime” e a tendência a rechaçar argumentos que possam se fazer por meio dos direitos humanos enquanto resposta à crescente criminalidade vista nos anos subsequentes ao término da ditadura. Enquanto as necessidades de justiça no país se agravavam, o debate político que era publicado nos meios de comunicação de massa se dirigia em sentido oposto, com a emergência de propostas de ampliação do poder punitivo aos limites da pena de morte e tortura.

Mesmo que de lá para cá pouco se tenha encaminhado em matéria legislativa neste sentido, outras propostas cumpriram com o sólido avanço do encarceramento em massa observado nos últimos anos. Os dados assombram: em 20 anos a população carcerária brasileira disparou em 480%, o maior crescimento do mundo no período. De acordo com Rodolfo Valente, advogado membro da *Rede 2 de outubro* e da *Pastoral Carcerária*, e Orlando Zaccone, delegado de polícia do Rio de Janeiro, apesar de haver centenas de tipificações penais representadas na legislação brasileira, apenas três destas compõe 80% dos mais de 500 mil presos do país: roubo, furto e tráfico de drogas. Valente e Zaccone vão além: o fato de o sistema não infletir da mesma maneira sobre todos os outros crimes tipificados demonstra como a sociedade convive com autores destas outras condutas sem grandes impactos ao convívio social ou ao sistema.

Os impactos gerados por meio deste convívio criminal no seio da normalidade social não são sentidos pela apenas pela institucionalidade jurídica, mas também por outras. Saúde, assistência social, educação e instituições informais como família, igrejas, associações e coletivos, todos cumprem um papel marginalizado em funções informais de justiça no papel

de sanar os efeitos deletérios daquilo que escapa ao sistema penal. Valente ainda afirma que o sistema penal não só não resolve a maioria dos conflitos, como não resolve conflito algum.

Em extenso trabalho sobre a questão do jornalismo policial, programas que figuram entre os cinco de maior audiência de algumas emissoras de televisão aberta⁴⁸, Romão (2013) exhibe como que passada mais de uma década o debate pouco avançou em questionar os mecanismos de promoção de justiça e do uso sistemático e monocórdico do poder punitivo:

“Vemos, assim, que neste gênero jornalístico impera o anseio por um maior controle social, mais vigilância, mais punição às infrações. O quadro maniqueísta e moralizante criado impede que outras respostas sejam elencadas, como a defesa da melhoria da educação ou das condições gerais de vida.

(...)

No entanto, o simples pedido por mais controle não parece encerrar a questão, pois a forma desses pedidos deixa clara a raiva e o consequente desejo de agressão que se tem pelos bandidos. Como os constantes apelos à pena de morte deixam claro, não basta punir e isolar o malfeitor, é preciso destruí-lo, fazê-lo sofrer, torturá-lo. Nesse sentido, ficam claras também as críticas ferrenhas contra os “intelectuais” defensores dos direitos humanos.” (ROMÃO, 2013, p.173)

Concordamos com Caldeira (2000) e Romão (2013) que ao se tratar um discurso que parte para a proteção das leis, rapidamente este recai e escapa para a exposição de desejos e anseios punitivos que cumprem extrapolar a lei a pretensos fins de garanti-la, um paradoxo evidente mas bastante evocado em programas analisados por Romão (op.cit., p.52-3) e explorados a exaustão por Douzinas (2007). Neste cenário vemos como o poder punitivo através da dominação é entendido como garantidor da lei, mas que por ela não está incluído, antes, a inclui. Este ideário punitivo está para além da lei tornando-a fraca, inaplicada, frágil e produtora de impunidades quando e se comparada aos anseios e desejos de retribuição que perpassam o imaginário de uma cultura retributiva. O próprio uso da palavra impunidade ultrapassa o espectro jurídico e se investe como sinônimo de injustiça, fazendo punição e justiça partilharem significados. Não sem motivo, Konzen (2008) afirma sobre a Justiça tradicional:

“Move-se por um terreno tão arcaico como o entendimento de que o simples jogo de palavras, no caso, ato infracional no lugar de crime, medida socioeducativa no lugar de pena, estabelecimento educacional em vez de estabelecimento penal, internação no lugar de reclusão, e assim por diante, possa mudar o sentido de realidade para os destinatários de tais substantivações ou

⁴⁸ Romão, 2013, p. 13.

adjetivações.”⁴⁹

No livro *Língua e realidade* de Vilém Flusser (2007) vemos como a única forma de operarmos e apreendermos a realidade é através da linguagem, organizada e estruturada ontologicamente pelo conjunto de línguas; ou seja, para ele, não há realidade que não aquela atrelada por significados propostos por um conjunto de palavras que se autorreferem a fim de aproximar-se de um inapreensível, i.e., alçar um campo que flutue sobre a realidade e possa, ele próprio, ser alterado. A criação de um código organiza o mundo por certas referências, tornando este passivo de ser partilhado, mas também alterado. A tarefa do tradutor opera este campo, tornar partilhável aquilo que era *impartilhável*. Portanto, não somos só herdeiros de uma língua que nos precede, mas com ela podemos jogar novos moldes, desde que possam ser também partilhados e não conflitam com o resto dos significados. Porquanto nos interesse, o prefácio de Gustavo Bernardo nos resume:

Digamos, então, que a realidade está próxima do intelecto, mas não próxima o suficiente. O intelecto dispõe de uma coleção de óculos – as diversas línguas – para observar a realidade. Toda vez que troca de óculos, porém, a realidade difere, o que provoca perturbação: uma ontologia que opere com sistemas substituíveis de realidade afigura-se intolerável. Como Vilém resolve o problema? Ele abandona o conceito de realidade como conjunto de dados brutos, optando por entender que os dados brutos se realizam quando articulados em palavras: não são de fato realidade, mas sim *potencialidade*.⁵⁰

Assim, o trabalho de Vilém Flusser vai ao encontro do que propõe a JR no uso da linguagem: mantendo o foco do trabalho coletivo sobre a tarefa de cura das relações, os fundamentos restaurativos propõe a criação de espaços potenciais onde a linguagem radicalizada dos protagonistas do conflito seja matéria de transformação de uma realidade machucada. O problema é que, neste quadro de uma única língua, a penalista, como fazer ouvir e entrar todo um novo conjunto de tratamento de justiça quando o próprio debate é permeado pela chave punitiva? Uma resposta parece ter sido dada pelo próprio sistema: tentar fazer com que punição e restauração dividam palco.

⁴⁹ op.cit., p. 07

⁵⁰ Prefácio de Gustavo Bernardo *in* Flusser, op.cit. p. 21.

Capítulo 1.

1. 1 Sobre a História da JR na Nova Zelândia

Apesar de ser fruto de duas décadas anteriores de embates, pesquisas e luta de setores da sociedade civil, a história da JR se inicia propriamente na Nova Zelândia em 1989 com a promulgação de um novo código processual dirigido à infância e juventude. Nele se estabelecia que as práticas de Justiça Restaurativa seriam privilegiadas com o trato delitivo voltado à juventude,

Em artigo publicado em 2005, corroborado por Boehm⁵¹, James Liu afirma que as ideias retributivas e punitivas são bastante antigas, mas não mais antigas que os ideais de reparação. Com o ressurgimento da estratégia restaurativa em nosso tempo poderemos compreender que não há uma linearidade temporal própria aos sistemas de justiça e que não seria correto um apelo ao argumento de uma evolução dos mecanismos sociais para lidar com conflitos ou depositar sobre a JR o formato último de resolução dos conflitos humanos. Destronar todo tipo de estratégia do lugar de forma acabada de justiça nos permite desidealizar nossos objetos de estudo desta dimensão. É certo, entretanto, que as esperanças se renovam no vislumbre das políticas restaurativas, mas sem esquecer que até mesmo os povos aborígenes que inspiraram a lógica restaurativa sofrem de muitos dos males resultantes dos conflitos humanos justamente por estarem em guerra quase a todo o momento⁵².

Uma das fortes características que nos permite diferenciar a JR frente às populações que a inspiram é sua tendência a complementariedade com o sistema retributivo. O sistema criminal punitivo é um dos mais básicos sistemas de justiça existentes e, por isso, afirma Liu, ele deve vir acompanhado de mecanismos mais abrangentes que previnam que os conflitos entrem em escalada ascendente a ponto de ser necessária intervenção oficial. Podemos observar que são muitas as experiências, inclusive brasileiras, que alocam a JR como via *alternativa* de resolução de conflitos, e este é um dos problemas enfrentados por parte dos teóricos: a JR conduz a uma mudança de paradigma ou deve ser reservada como alternativa penal?

Ao que nos interessa, em estudos feitos por Maxwell & Haynes⁵³ e Consedine⁵⁴, assim

⁵¹ Boehm, C (1999) *Hierarchy in the Forest: The evolution of egalitarian behavior*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

⁵² LIU, J. H., 2007.

⁵³ Maxwell, G. M., and H. Haynes (2006) 'Restorative justice: developments in the Pacific region: a comprehensive survey' *Contemporary Justice Review* 9 (2), pp. 127-154, *apud* Liu, op.cit., p. 30.

como entre outras tribos, os Maori neozelandeses aplicam grandes esforços a fim de reparar as relações rompidas, mas, na impossibilidade de balancear as tensões, apelam para a sentença de morte e para exílios, indicando que mesmo o procedimento restaurativo mais tradicional apresenta limites. Em tribos, no entanto, e devemos ressaltar, penas de morte e exílio são sempre secundárias como opção; além disso, nestas culturas não há recursos suficientes e tampouco intenções de se encarcerar alguém.

Nestas culturas, como a intimidade dos ofensores com a comunidade é muito grande, o poder moral desta já costuma ser o bastante para lidar com o transgressor. Liu lembra a percepção de Boehm ao notar que as mais fortes sanções da comunidade tribal se voltam para aqueles que com mais veemência resistem aos anseios e à vontade da maioria. A comunidade lança mão de ridicularizações, evitações e críticas de efeitos diretamente proporcionais à persistência do ofensor em não reconhecer uma conduta inaceitável pelo grupo. Best⁵⁵ diz ainda que este tipo de pressão pública nos é inconcebível por ter um efeito esmagador sobre o indisciplinado (*recalcitrant*)⁵⁶. Mais ainda, que esse notável poder de persuasão garante a preservação da lei e da ordem tanto quanto se comparados àqueles que estamos inseridos.

James Liu afirma que o sistema legal nas sociedades modernas era o último de uma longa série de invenções destinadas a prevenir um banho de sangue sempre que a orientação restaurativa falhava, por despersonalizar o conflito submetendo-o a uma autoridade maior. Talvez os maiores exemplos dessa limitação do processo restaurativo sejam os casos de homicídio, ofensas realmente irreparáveis e que exigiam a atuação de um sistema impessoal que contivesse mais rapidamente a escalada de violência e retaliação.

Uma outra característica da justiça neo-zelandesa atual é a força e apoio que recebe a JR quando se trata de um ofensor jovem se comparado a um ofensor adulto, refletindo uma percepção de que o jovem ofensor é mais um produto de uma condição social pobre que propriamente inclinações pessoais violentas.

Até a década de 60 os Maoris subsistiram de modo tradicional, trabalhando a terra. A partir de então é iniciada uma migração interna de descendentes Maori para as novas

⁵⁴ Consedine, J. (1999) *Restorative Justice: Healing the effects of crime* Lyttleton: Ploughshare Publications, *apud* Liu, 2005, p.30

⁵⁵ Best, E. (1952) *The Maori as He Was* 3rd edition, Wellington: R. E. Owen and Government Printer, p.97, *apud* Liu, 2005, p. 30.

⁵⁶ Apesar de suas diferenças, cremos que pressão social a que a vítima de bullying é submetida é capaz de provocar efeitos tão devastadores e não menores que estes descritos por Liu. Para a relação do bullying com a JR, ver Brenda Morrison, *op.cit.* 2006.

indústrias neozelandesas, interessados em participar das novas tecnologias de consumo advindos do pós-guerra. Neste período o país viveu um estado livre de criminalidade e de ampliação da população de alta renda.

Já a década de 70 viu esse quadro ruir com a estagnação econômica, o crescimento da inflação e a crise do petróleo. O liberalismo econômico norte-americano e inglês foi seguido de perto pelos neozelandeses, uma escolha política que colheu doces e amargos frutos. O reaquecimento econômico promoveu a globalização da exploração do trabalho, a procura de mão de obra mais barata em países subdesenvolvidos. A refundação econômica baseada no livre mercado substituiu o planejamento central anterior do Estado enquanto bens e serviços passavam a se tornar acessíveis àqueles que podiam pagar. O lado negro desse 'avanço' foi o desemprego estrutural e a criação de uma classe baixa que trabalhava duro, mas era incapaz de concorrer com o baixo custo e oferta de mão de obra em outros países. Comunidades rurais coesas, especialmente Maori, foram devastadas e um novo quadro demográfico surgiu.⁵⁷

Acostumados ao caráter preventivo da JR, ressocializadora ao invés de punitiva, que odeia o pecado e não o pecador, os grupos Maori neozelandeses observaram que quando olhada para sua origem, ela guarda ainda as limitações ligadas à gravidade de ofensa a que culturas tribais estão dispostas a tolerar, o que nos faz pensar se tratar de uma questão de poderes.

A segunda limitação apontada por Liu à JR diz respeito a esse poder e abrangência das comunidades em sociedades tão mais complexas e fragmentadas como a nossa. Em sociedades mais numerosas cada pessoa não está moralmente obrigada a tratar outros com justiça, uma vez que nem sempre estão vinculadas por um laço social possível de ser reparado quando um conflito emerge. É neste contexto que se insere o sistema de justiça tradicional, quando as diferenças entre os litigantes não supõe alterar a imparcialidade do procedimento judicial.

Liu e Zehr reiteram a importância de se ter estabelecido durante a história um código de inspiração romana que concentrasse um grande poder sobre o Estado a partir de uma lei comum e que pudesse ser seguido e cumprido por todos, independentemente de seu poder individual. A *common law* inglesa expandiu o papel da justiça civil a fim de conter o poder de déspotas e oficiais ao colocá-los sob a mesma lei. A expansão desse sistema parecia não ter limites diante do aumento das comunidades e suas complexidades com o passar do século

⁵⁷ Hobsbawm, E. (1994) *Age of Extremes*. New York, Penguin, *apud* Liu, 2005, p. 34

XIX e início do XX. No entanto, a justiça criminal parece tê-los encontrado a partir da Segunda Guerra, quando, de acordo com a leitura de Liu⁵⁸ apoiado em Braithwaite, houve um forte abalo moral em sociedades ocidentalizadas. Em sua visão, a expansão do poder da justiça criminal reduziu e então tomou o lugar e a influência das antigas comunidades, que até então exerciam seu poder convencendo ofensores a encararem seus pares, sentirem-se envergonhados, conhecendo o mal feito e restituir a perda, exigências feitas para que estes fossem aceitos de volta à sociedade. Braithwaite aponta conclusivamente que, para gerenciar uma justiça restaurativa moderna, seja necessário *reempoderar* as comunidades.

Com embasamento empírico, Braithwaite argumenta sobre uma imensa necessidade de se promover práticas restaurativas por conta do atual perfil dos ofensores e sua correlação com o enfraquecimento dos laços comunitários em boa parte dos países ocidentais: em sua maioria os ofensores são homens, jovens entre 15 a 25 anos, solteiros, vivendo em grandes cidades, com alta mobilidade residencial e baixo acesso a recursos de urbanidade básicas de atendimento em saúde, empregabilidade e cultura. Este nos parece um perfil próximo dos ofensores brasileiro se acrescentarmos que, no Brasil e em grande medida, esta população é também afrodescendente⁵⁹. Nessa linha, o pesquisador observou que estes jovens ofensores abandonaram a escola, tem baixas aspirações educacionais, formativas e ocupacionais e estão menos vinculados à família que jovens não ofensores. De modo geral, possuem frágil vínculo com a comunidade a qual pertencem.

Uma outra diferença fundamental quanto aos efeitos subjetivos da prática restaurativa neozelandesa é sobre o papel da vergonha como um sentimento potencialmente emergente em situações de confrontação do ofensor com seu ato do passado. Liu e Braithwaite contrapõe duas formas de vergonha a qualificar os processos de justiça retributiva e restaurativa. Enquanto a primeira potencializa a emergência de uma *vergonha estigmatizante*, a JR potencializa uma *vergonha reintegrativa*, que assegura a vinculação do ofensor a sua comunidade ao mesmo tempo em que conduz ciência de que certos crimes não são tolerados e moralmente errados. Os autores afirmam que a combinação da vergonha reintegrativa e apoio fortalece o poder simbólico da comunidade e conduz seus membros a um maior entendimento. O modelo de Braithwaite entende que a maioria dos ofensores necessita de

⁵⁸ Braithwaite, J., (1989), *Crime, Shame and Reintegration*. p.44-50 *apud* Liu, 2005, p. 32

⁵⁹ SINASE, op.cit., 2006.

contato com a comunidade para que um comportamento correto seja internalizado⁶⁰

No modelo de Braithwaite os ofensores precisam lidar com algum nível de relação comunitária para que o comportamento correto seja internalizado. Aqui se diferencia o papel da vergonha estigmatizante. Ela culpabiliza, rotula, machuca o ofensor, alterando muito pouco seu comportamento e ainda coloca em risco os poucos vínculos e laços existentes entre ele e outras pessoas da comunidade.

Em outra pesquisa citada por Liu, Strang⁶¹, observando a perspectiva das vítimas, viu reforçados alguns princípios engajados pela JR. Enumerando, notou que as vítimas queriam: 1. Um processo menos formal onde sua visão fosse levada em conta; 2. Maiores informações a respeito do processo e dos resultados de seus casos. 3. Maior participação em seus casos. 4. Serem tratadas com respeito e de forma justa. 5. Reparações materiais e 6. Restauração emocional, com destaque para pedidos de desculpa⁶². Essa lista exhibe o potencial dos círculos e respalda nossa hipótese quanto à radicalidade do protagonismo e sua articulação do foco sobre as vítimas, de tal como que a linguagem é tornada comum e partilhada, favorecendo a emergência de versões a informar diferentes aspectos do conflito, o que propulsiona a participatividade para que um malfeito não fique sem reparação, a começar pelo papel do ofensor.

O exame empírico de Strang com as *conferências restaurativas familiares*⁶³ produziram expectativas de reincidência menores, aumento do sentimento de auto respeito, confiança e dignidade. Strang também chama atenção para um aumento dos casos de perdão quando comparados aos casos que passaram pelo processo de justiça tradicional, ainda que entre as vítimas de ofensas mais graves estes números tenham sido menores.

Com o crescimento das desigualdades e da pobreza decorrentes da política neoliberal, em especial entre os países de língua inglesa a partir da década de 80, à esteira das políticas internacionais de Ronald Regan e Margareth Thatcher, os neo-zelandeses viram o crescimento do medo do crime. A prática do encarceramento voltou-se prioritariamente àqueles que não conseguiam ascender socialmente e obter o sucesso econômico prometido pelo mercado

⁶⁰ Liu, 2007, p.33.

⁶¹ Strang, H., (2000) *Repair or Revenge: Victims and Restorative Justice*, Oxford: Clarendon, *apud* Liu, 2007, p. 33

⁶² Esses dados também foram encontrados pelo trabalho de Aginsky et. al. (2008)

⁶³ Family Group Conference, formato de prática restaurativa que dispõe de reuniões restaurativas com as famílias dos ofensores para que possam assumir responsabilidade pelo que fizeram, podendo ainda contar com a presença das vítimas para que também exponham seus sentimentos e perdas com o conflito. Reparações materiais e emocionais são também frutos esperados deste formato.

liberal. As vagas do sistema carcerário destes países, alinhados com a nova política de mercado foram sendo preenchidas. O presidente democrata norte-americano Bill Clinton privatizou parte de seu sistema prisional na tentativa de lidar com a escalada da criminalidade, tornando o processo de ressocialização penitenciária um nicho lucrativo para empresas que dispunham da gerência de prisões aos moldes do mercado. Em termos comparativos e por sua vez, o Brasil sob o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não observou total independência desse crescimento do poder punitivo. Dados do Departamento Penitenciário Nacional informam que, de 1995 a 2005, a população carcerária saltou de pouco mais de 148 mil presos para 361.402, um aumento de 143,91% em 10 anos.⁶⁴

Os trabalhos de Liu afirmam que os movimentos migratórios na Nova Zelândia contaram com um novo equilíbrio do tecido social neozelandês no que diz respeito aos valores envolvidos num conflito. Apesar dos vínculos familiares próximos terem sido preservados com o deslocamento demográfico dos Maoris, os conflitos sociais e de pertencimento social não puderam encontrar a base onde antes podiam ser disparados processos menos formais de resolução. Foi nesse contexto que as práticas restaurativas precisaram ser fomentadas a encontrar uma brecha de transformação dessa relação, de restauração dos danos e de criação de novos entendimentos valorativos que pudessem ensejar o trato com a ofensa, algo que foi possível quando do primeiro encontro entre europeus e Maoris. Para se ter uma última clareza do quadro representacional do crescimento carcerário neo-zelandês no decorrer século XX faremos mais esta breve retomada histórica.

O Tratado de Waitangi assinado em 1840 entre as tribos Maori e a Coroa inglesa, visava proteger os primeiros dos abusos quanto à posse de terra, mas por meio século não pôde impedir desonestas aquisições comerciais de terras indígenas por parte dos colonos. No entanto e, até hoje, governantes do país alinhados tanto à esquerda quanto à direita têm se desculpado pela posse ilegal de terras indígenas, de ações ilegais realizadas durante o período colonial e oferecido restituições por essas injustiças. No entanto e paradoxalmente, como atesta Braithwaite (1989), o ressurgimento da cultura Maori foi acompanhada pelo crescimento do encarceramento dessa população.

Até meados do século XX os Maori permaneceram em áreas rurais onde o iwi (tribo), hapū (sub-tribo) e whānau (família extensa) lidavam com os conflitos através do poder

⁶⁴ Dados do Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Dados subsequentes constataram a continuidade desse aumento, sob a hipótese da nova lei de drogas de 2006 ter penalmente equiparado a crime hediondo o crime de tráfico, cuja pena mínima é de cinco anos.

tradicional de suas lideranças, no pano de fundo da coesão moral e social da comunidade. Quando os Maoris passaram a se deslocar para as cidades essas formas tradicionais perderam muito de sua força. Contudo, os prejuízos quanto ao bem estar social garantido no período econômico favorável e de pleno emprego foi abaixo com o colapso da política keynesiana dos anos 1970. Neste mesmo tempo, os Maori passaram a sobre representar as classes baixas da população, enquanto no início dos anos 1920 os Maori representavam apenas 4% da população carcerária e 15% nos anos 1940. Entre 1950 e 1990 esse número disparou em sete vezes, cerca de 4 vezes se comparada ao número de não Maoris presos.

Os Maori têm sido os protagonistas na luta pelo retorno do uso de procedimentos comunitários de justiça na Nova Zelândia, mesmo que às vezes tenham dúvidas quanto a sua eficácia quando inseridos no contexto do sistema tradicional de justiça.⁶⁵ Conclusivamente, o autor acredita que o processo restaurativo implantado na legislação do país a partir da década de 1990 devolveu o poder à comunidade, pois fez com que ofensores pudessem responder melhor à ofensa cometida a partir de sua comunidade moral se comparados àqueles inseridos num sistema punitivo e impessoal, que gera culpa e vergonha estigmatizante. Esta perspectiva parte da premissa de que todo indivíduo, também aqueles que cometem uma ofensa, respondem a uma comunidade de afeto, mas que para alcançá-la é fundamental que haja um esforço público no sentido de reempoderá-las.

Em continuidade ao pensamento a respeito do procedimento restaurativo devemos notar as contribuições dadas por Howard Zehr (1990) e James Liu (2005) em trabalhos distintos mas em diálogo a respeito da evolução do tratamento do crime durante a história das sociedades industriais arregimentadas pelo estabelecimento dos Estados nacionais. Liu lembra que a formulação da universalidade do ordenamento jurídico firmou grande passo em direção ao controle social contra a escalada da violência. Por sua vez, Zehr afirma que, contrariamente, esta construção de conglomerados urbanos fez esgarçar os laços das comunidades que antes davam condição para o tratamento da ofensa por membros das próprias comunidades.

1.2 A JR no Brasil – percurso histórico

Há formas diversas de compreender a chegada da JR no Brasil por conta dos espaços que aos poucos foram se abrindo dentro do sistema judiciário. A introdução do modelo

⁶⁵ op.cit, p.37-9.

restaurativo no sistema deu-se paulatinamente, especialmente após sucessos obtidos a partir de práticas de *mediação* e *conciliação*. Boonen (2011) diferencia estas duas práticas da seguinte maneira: a conciliação resulta tão somente no acordo entre as partes, a correção de decisões por seus desvios e a pacificação dos conflitos através de sua negação, a fim de desafogar o judiciário. Já a prática da mediação leva em consideração os aspectos subjetivos e emocionais do conflito para que seja então transformado, apostando na autodeterminação dos sujeitos através de sua responsabilidade. Vemos, com isso, que esta é uma primeira aproximação à JR: a entrada na cena jurídica dos personagens que estiveram diretamente envolvidos no conflito.

Enquanto a conciliação trata de incluir no palco os atores em conflito (vítima e ofensor) e caracterizá-los como figurantes, uma vez que roteiro e cena permanecem sob controle do juiz, a mediação já traz um avanço na dimensão do *protagonismo*. Esta aponta o momento da ruptura figurativa dos atores envolvidos que, com as suas subjetividades livres das amarras do roteiro e texto jurídicos, podem explicitar o conflito que subjaz a dicotomia vítima – ofensor. Isto, invariavelmente, leva à cena um novo viés narrativo, saindo da terceira pessoa (promotor, juiz, defensor, assistente social, conselheiro tutelar, educador, etc.) para a primeira (por exemplo: Dona Maria, seu filho João, seu neto Pedro, sua irmã Cláudia e assim por diante)⁶⁶. Por fim, a diferença da JR se dá sobre o empoderamento que leva aos envolvidos tantas responsabilidades quanto forem possíveis pelo processo. Para o facilitador, o poder sobre o andamento dos trabalhos nos círculos é minimizado para que seja dado maior poder ao círculo para chegar ao acordo final.⁶⁷

Diferentemente dos países pioneiros na implementação da JR como movimento, como a Nova Zelândia, os Estados Unidos e o Canadá, os primeiros passos brasileiros, no começo dos anos 2000, foram protagonizados por juízes, e não por iniciativas de instituições ou mobilização popular. A internalização do movimento ocorreu depois, quando as técnicas passaram a ser utilizadas pela própria sociedade civil, em órgãos não governamentais e em outros espaços mais independentes.⁶⁸

Documentos que atestam a utilização das duas práticas no Brasil – conciliação e mediação – datam de outubro de 2003 e se encontram na cidade de Guarulhos (SP). Momento

⁶⁶ Todos os nomes utilizados neste trabalho a título de exemplos foram alterados de forma a não identificá-los.

⁶⁷ Pranis, 2010, p.53

⁶⁸ Boonen, 2011.

este no qual o juiz Daniel Issler, em parceria com as Faculdades Integradas de Guarulhos (FIG), criou o Projeto de Mediação da Vara de Infância e Juventude da cidade, aprovado pelo Tribunal de Justiça em caráter experimental. Com o sucesso da experiência, três anos mais tarde, o TJ celebraria uma parceria com a faculdade, aprovando em caráter definitivo o que foi chamado de Setor de Mediação de Guarulhos.

Em 13 de agosto de 2004, o juiz Egberto Penido, da cidade de São Paulo, foi à Porto Alegre apresentar o tema da JR para a Escola Superior da Magistratura da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS), cuja palestra contou com a participação de 30 a 40 pessoas de diversas profissões. Em 1999, com a chegada, na 3ª Vara de Infância e Juventude, dos escritos do Prof. Pedro Scuro Neto, o tema da JR começou a circular pelos corredores (AGUINSKY; BRANCHER, 2006). O juiz Leoberto Brancher, responsável pela Vara, inspirado nestas leituras sobre JR já antecipava a importância do fortalecimento da rede de atendimento à juventude para a consolidação da nova proposta. Este conjunto de ações levou, quatro meses após a palestra do juiz de São Paulo, a uma reunião de planejamento das diretrizes para uma implantação das práticas restaurativas no âmbito de trabalho dos participantes, quase todos envolvidos com políticas públicas de atenção à infância e juventude na capital gaúcha. Dessa reunião foram destacados quatro campos nos quais, progressivamente, se apresentariam trabalhos em JR: 1. Processos judiciais (relativos a atos infracionais praticados por adolescentes); 2. Atendimento às medidas socio-educativas; 3. Educação; e 4. Comunidade.

O ano seguinte, 2005, foi marcado por mudanças mais significativas em várias regiões do país. O primeiro deles foi a realização do Fórum Social Mundial na mesma cidade de Porto Alegre, que contou com a presença de Marshall Rosenberg, criador das técnicas conhecidas como *Comunicação Não Violenta* (CNV). Com apoio do Núcleo de Estudos em JR, Rosenberg realizou 4 workshops, decisivos para o início das capacitações e da própria realização dos círculos restaurativos, posto que, até então, não havia sido estabelecida uma técnica suficientemente adequada para intervenções em conflitos mais graves e que criasse condições de segurança necessárias para a realização de encontros restaurativos. A 3ª Vara, até a chegada da metodologia da CNV, utilizava o molde da “terapia familiar sistêmica”, até então a única disponível, mas sem avaliações positivas.

Assim, duas frentes de trabalho passam a utilizar a metodologia restaurativa em Porto Alegre, uma antes e outra após a representação do processo pelo judiciário. Conforme o caso,

o juiz propõe a realização de círculos restaurativos com o adolescente, diferenciando se este está ou não em regime de internação. Quando internado, a equipe da FASE (Fundação de Atendimento Socioeducativo, antiga FEBEM) faz um “trabalho diferenciado” com a família do adolescente de modo que “produzem maior confiança e aproximação dos adolescentes e familiares com a equipe de atendimento, desvelando a própria política de atendimento socioeducativo” (CAPITAO; ROSA, 2008, p.4). De acordo com Boonen (2011), a Fundação alicerça suas propostas restaurativas em voluntariedade, impossibilidade de revitimização e a capacidade de responsabilização do adolescente.

A introdução da CNV em Porto Alegre trouxe também a parceria com o instituto Palas Athena, com o juiz Egberto Penido de São Paulo e com Dominic Barther, educador capacitado a formar profissionais nas técnicas de CNV. O convênio ainda contou com o apoio e a participação da rede de atendimento, como Brancher a articulava. Por essa razão, ainda em 2005, foi criada a parceria com a Secretaria de Reforma do Judiciário por meio de seu representante Renato de Vitto, que então articulava o projeto *Promovendo Práticas Restaurativas no Sistema de Justiça Brasileiro*. Destes encontros surge o convite para a participação do Juizado de Porto Alegre como piloto de implantação da JR no Brasil.

A partir desse ponto é criado o movimento *Justiça para o Século 21*⁶⁹. No início, o projeto contava com uma das 13 unidades da FASE, com uma das oito FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania)⁷⁰, com uma das 250 escolas estaduais, com uma das 50 escolas municipais e com um colégio privado. Ainda havia a introdução em um abrigo da rede e uma ONG que representava outras 6 conveniadas com pessoas capacitadas. (ENTREVISTA, 2008).

Ainda durante o ano de 2005, em São Caetano do Sul (SP), foi criado um projeto de JR também sob a coordenação do poder judiciário, apoiado pela Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça e financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Além desses, a proposta ainda recebeu apoio da Guarda Civil Municipal, do Conselho Tutelar, do Ministério Público, das diretorias da Saúde e da Vigilância Sanitária, da Assistência Social e Cidadania e da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Observando o potencial da proposta restaurativa, o juiz da primeira Vara de Infância e

⁶⁹ Ver <<http://www.justica21.org.br/#>>

⁷⁰ Órgão de assistência social municipal responsável pela execução das medidas sócio-educativas de meio aberto.

Juventude de São Caetano do Sul, Eduardo Rezende Melo, coordenou o movimento de implementação da JR em três níveis de atuação: escolar, comunitário e judicial. A ênfase dada em São Caetano foi de cunho preventivo, entendendo que o fenômeno da judicialização se acentuava. Assim, onze escolas municipais e estaduais da cidade passaram a contar com o círculos restaurativos para resolver seus conflitos, o que as ajudava a evitar a estigmatização provocada pela judicialização. O envolvimento da escola e da comunidade nesses casos contribuíram para a transformação das relações que, no fundo, haviam desencadeado o conflito.

O juiz Eduardo Rezende Melo nos mostra como não se alteram as condições para o ressurgimento de um conflito se não se altera, também, seu ambiente. Parte desta alteração se faz com o comprometimento da comunidade de afeto do ofensor, que cumpre mobilizar o grupo a fim de lhe dar segurança em sua reintegração. Em São Caetano do Sul a JR se fez responsável pela forte queda no número de crianças e adolescentes internadas e atendidas por entidades de assistência. Essa ênfase nas escolas e comunidade é, no fundo, aquela mesma proporcionada pelo juiz Leoberto Brancher de Porto Alegre: fortalecer a rede de atendimento. Por esta razão, o programa sulsancaetanense treinou 19 membros da comunidade do bairro Nova Gerty, que atendem em caráter voluntário como facilitadores de práticas restaurativas na própria região, onde também foi instalado um plantão de mediação de conflitos, que funciona aos sábados em uma Escola Estadual (BOONEN, 2011).

Para incluir os casos judicializados, o juiz Eduardo Rezende Melo proporcionou um fluxo restaurativo anterior ao procedimento tradicional feito na Vara de Infância e Juventude. Isto significa que o promotor do caso, responsável pelo processo de acusação, juntamente com o juiz, deliberam a proposta restaurativa com a participação da vítima. Cumpridas as exigências procedimentais do círculo, e tendo o resultado sido positivo, um relatório é enviado ao Ministério Público para então ser homologado pelo juiz. Para se ter uma ideia, nestes moldes propostos em São Caetano do Sul, 98% dos círculos realizados desde sua implementação terminaram em acordo e, destes, 95% foram cumpridos (MELO et. al. 2008).⁷¹

⁷¹ Este “insucesso” é esperado. Como se sabe, o não cumprimento do acordo só faz emergir a necessidade de um retorno ao círculo para que um novo acordo possa ser elaborado. Mesmo não se podendo generalizar, creio que tanto o não cumprimento de acordos quanto reincidências podem ser encarados como processos incompletos, ou dotados de elementos ainda velados que por alguma razão não foram considerados pelos participantes.

Capítulo 2

História do CDHEP

Este item cumpre trazer dados históricos desta ONG para que possamos compreender o cenário onde a proposta restaurativa se inseriu, e também pensarmos como ambos – a instituição e a JR – se beneficiam dessa parceria. Ao tomarmos a Justiça Restaurativa como um conjunto de práticas consequentes da alteração no olhar para situações de conflito social, perguntamo-nos quais atuações políticas do CDHEP foram transformativas para sua história? Partindo deste percurso político-institucional, da militância e dos projetos apresentados e desenvolvidos por seus educadores é que tentaremos dirigir este capítulo. Nossa meta é poder articular este percurso não só com as desconstruções política emprenhadas pelas formações ESPERE, mas também mostrar como o *locus* desta iniciativa carrega uma marca singular para a JR.

O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo é uma Organização Não Governamental (ONG) que por mais de três décadas atua na zona sul da cidade de São Paulo passando também a partir da década de 90 às cidades circunvizinhas, outros estados e países na promoção e na defesa dos direitos humanos. O que hoje é o CDHEP existe de fato desde 1981, quando foi criada uma Comissão Pastoral de Defesa dos Direitos Humanos da Região Episcopal de Itapeverica da Serra, comissão essa ligada à Arquidiocese de São Paulo.

O Brasil vivia ainda em tempos de ditadura miliar. O contexto de violência policial e repressão aos movimentos sociais fazia valer uma preocupação premente existente à época entre a Igreja Católica quanto aos problemas enfrentados pelas populações que moravam nas regiões periféricas da cidade, notadamente problemas relacionados a loteamentos clandestinos, falta de água, luz, violência, conflitos sociais e problemas familiares. Alguns episódios ilustram os desafios enfrentados pela militância naquele período, como atesta em entrevista Vera Machado⁷² e a Irmã Mônica Kopf:

Machado: “os Direitos Humanos funcionavam como bombeiros, na hora dos despejos, as comunidades nos procuravam para ver o que poderia ser feito ainda para não serem despejadas (...) acompanhávamos os movimentos que nasciam para enfrentar o Estado ainda fortemente autoritário (...) as pessoas dos Direitos Humanos eram chamadas para tudo. Quando os movimentos faziam uma ocupação ou

⁷² Vera Lúcia Ubaltino Machado é professora, participante de Comunidades Eclesiais de Base desde a década de 70, foi voluntária do CDHEP desde sua criação em 1981. Foi contratada, à época se dizia “liberada” de 1985 a 1987 para atuar no CDHEP. (Op. Cit., p. 10?)

caminhada e a polícia os reprimia, eu e Ana Cristina, a advogada, éramos chamadas para tirar as pessoas da delegacia”.

Ir. Mônica Kopf: “O trabalho da gente era assim, onde precisava ajuda nós estávamos indo. Mesmo se era para distribuir panfleto, se era para recolher assinatura, se era para fazer reunião, coordenar uma reunião, anotar, se era para chamar as mulheres para preparar um lanche porque um grupo estava precisando ou, se precisava um carro e não tinha motorista, como eu dirigia, ia junto” (...) “a gente distribuía panfletos na cara da polícia. Ela vinha, a gente corria e ia para outro canto e continuava. Íamos às portas de fábrica, vinha a polícia, mudávamos para a outra rua. Nós estávamos organizadas (...) essa situação de ditadura, essa perseguição, embora fosse coisa ruim, ao mesmo tempo favorecia a organização do povo, porque o único espaço para a cidadania era a Igreja. Não tinha outros locais, outras organizações. As outras organizações clandestinas viam uma Igreja e se refugiavam. Então, a gente não perguntava de onde vêm as pessoas e de que campo participam. Era um campo só: justamente para defender a vida”.⁷³

Esse refúgio das Igrejas foi elemento notável no início de luta pelos direitos humanos por funcionar como um lugar seguro para tanto perseguidos políticos⁷⁴ do regime ditatorial, quanto como organização de resistência política. A Igreja passou a prever a necessidade de pessoas formadas que pudessem ajudar com essas questões; uma comissão de advogados também se mostrava fundamental para os trabalhos, como afirma a época Dom Fernando José Penteadó⁷⁵

O percurso de criação da instituição iniciou-se em meados de 70, quando agentes da pastoral compuseram uma comissão para pregar o voto nulo ou ainda, quando em 1978, faziam campanha por candidatos da oposição à ditadura, do MDB, juntamente com opositores ligados aos sindicatos da região. Pe. Thomaz, que foi coordenador da Comissão Pastoral e presidente da ONG no ano 2000, participou de reuniões com estudantes ligados à UNE, como José Dirceu, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores. Por razões como essa, por algumas vezes o Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS esteve na casa do padre a fim de interrogá-lo sobre o que estava fazendo.

Este tempo da administração do bispo Dom Paulo foi marcado por uma Igreja mais humilde e de teologia alicerçada na escolha “preferencial pelos pobres”, o que contribuiu para a construção da Comissão Pastoral “de baixo para cima”⁷⁶. Foram então formuladas algumas metas para o trabalho pastoral subsequente e que podem se fazer sentir até hoje: a formação de adultos, a construção de centros comunitários, ambulatórios com atendimento médico

⁷³ Silva, 2000, p. 110

⁷⁴ Cf. História da JR no mundo e o papel dos asilos para ofensores no período pré-renascentista.

⁷⁵ Dom Fernando foi bispo responsável pela Região Episcopal de Itapeverica da Serra de 1979 a 1989 na qualidade de auxiliar do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, responsável pela arquidiocese de São Paulo à época. (Silva, 2000, p.2-3)

⁷⁶ Silva, 2000, p. 102.

farmacêutico e postos de atendimento, plano de habitação, legalização e melhorias dos terrenos e das casas da região.⁷⁷

A passagem de *Comissão Pastoral* para Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Limpo – CDDH deu-se logo no início da década de 1980. Já em 1989, a comissão pastoral se torna uma organização de identidade jurídica própria, autônoma. A partir desse ano, um questionamento filosófico problematiza sua atuação na região: “*Quem Somos nós?*”⁷⁸

Na primeira fase da instituição já havia ações de grupo de extermínio, e a violência policial se configurava como repressão política consonante ao regime ditatorial que governava o país. Dessa forma, a instituição tinha preocupações bastante ligadas aos casos de violação de direitos humanos na região. Além disso, havia também acompanhamento de favelas para defesa do direito à moradia. Eram estes os dois principais enfoques de trabalho na época.

De 1988 a 1991, uma série de grupos religiosos estrangeiros, notadamente holandeses, levam importante apoio financeiro à instituição dando-lhe maior autonomia e poder de atuação. Além das parcerias financeiras, em relatório datado de 1999 abordava-se um planejamento trianual, elaborado a partir de discussão interna entre equipe, associados, educadores e diretoria com agências de cooperação internacional.⁷⁹ Com isso formulava-se o projeto descrito desde a década anterior como: “Construir-se como ONG, com autonomia e visibilidade na formação de sujeitos sociais e na defesa dos direitos humanos a partir da região de Campo Limpo, com vistas à transformação social”⁸⁰, passando a atuar em três frentes:

1. Em defesa da vida contra a violência;
2. Apoio aos movimentos sociais;
3. Escola de lideranças.

O “Programa em defesa da vida contra a violência” é o mais antigo e objetiva “diminuir o grau de violência que caracteriza a região, desenvolvendo um programa educacional em defesa da Vida, abordando temas como cidadania, democracia, direitos

⁷⁷ Ibid. p. 104, *apud* Golvêa, 1997, p. 46.

⁷⁸ Do conjunto da produção escrita, tanto os planejamentos e relatórios até 1999, bem como os subsídios produzidos por ocasião das eleições, selecionamos a relevância o *Texto Base: Quem somos nós?* pois é a primeira sistematização sobre a história da organização. Foi uma plataforma com a qual os membros negociaram apoios e financiamentos para seus projetos. Ademais o plano trianual e cada planejamento anual tem também como referência este texto.

⁷⁹ Ibid., p. 105.

⁸⁰ Ibid., p. 106.

humanos, ecologia, gênero, raça e outros”.⁸¹

O segundo programa, “Apoio aos movimentos sociais” é também bastante antigo. Até meados de 1994 constituía-se pelos Movimentos Populares e Comunidades Eclesiais de Base, ou CEBs. Seu objetivo é descrito como: “Incentivar a articulação e organização de lutas sociais com vistas à democratização da sociedade e do Estado”⁸². A principal tarefa deste programa era dar suporte aos movimentos e acompanhá-los em suas propostas relacionadas à moradia, mulheres, saúde, educação, transporte e igualdade racial. O terceiro programa, “Escola de Lideranças” surgiu já em meados da década de 90 para suprir uma necessidade atrelada àquela sugerida por Dom Fernando na década anterior: era preciso formar lideranças capacitadas técnica e politicamente para atuarem junto aos movimentos e associações de moradores. Seu objetivo: “Qualificar lideranças sociais para os desafios atuais da construção de uma cultura democrática, solidária e feliz”⁸³.

Entre as atividades que a organização desenvolve há quase vinte anos, destacamos a assessoria e formação aos movimentos sociais, a promoção de cursos e seminários e a articulação de uma rede de movimentos, entidades, escolas e comunidades chamada Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência. Criado em 1996, suas principais atividades são elaborar propostas em quatro áreas: 1) segurança pública; 2) justiça e cidadania; 3) educacional; 4) família e bem estar social. As atividades de mobilização são diálogo com autoridades para apresentar e debater propostas e atividades de maior visibilidade como a Caminhada em Defesa da Vida, que acontece anualmente a cada dia 2 de novembro. A quarta edição da caminhada em 1999 contou com a presença de 12.000 pessoas. Até o presente momento, esse fórum continua sendo um espaço de debate público entre lideranças e sociedade civil, entidades assistenciais, poder público (defensoria pública, conselhos municipais, diretorias de ensino), ONGs, entre outros⁸⁴.

O Fórum em Defesa da Vida contra a violência é um marco na atuação do CDHEP por ter se iniciado por uma série de debates e seminários, congregando diversas entidades e alguns representantes do poder público (e.g, Secretarias de Justiça e Segurança Pública do Estado). Com isso foi consolidado um documento assinado por 175 organizações do Fórum, difundido amplamente e encaminhado às autoridades competentes com vistas a exercer influência

⁸¹ CDHEP Planejamento 1999.

⁸² op.cit., p 106.

⁸³ idem.

⁸⁴ op.cit., p. 27-8.

política organizada sobre o poder público e a própria sociedade⁸⁵.

Reunindo-se mensalmente, o Fórum se tornou uma referência da organização da sociedade civil e sua atuação foi responsável, entre outras, pela implantação das primeiras bases comunitárias da Polícia Militar na região, de um Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e Drogas (uma parceria da Sociedade Santos Mártires com a Escola Paulista de Medicina e o Hospital Nossa Senhora do Caminho), formação do grupo RAC (Redescobrimo o Adolescente na Comunidade) e da Casa Sofia, entidade que atende mulheres vítimas de violência doméstica.⁸⁶

Todos os anos desde 1996, o Fórum em Defesa da Vida realiza ainda a *Caminhada Pela Vida e Pela Paz* que, em 2013, completou os dezoito anos de existência. A caminhada acontece todo segundo dia de Novembro, data nacional em memória dos mortos, com a participação de milhares de pessoas todos os anos. Ela parte de diversas localidades das regiões do M'Boi Mirim e Capão Redondo em direção ao Cemitério do Jardim São Luís, conhecido destino de muitas das vítimas da violência endêmica que na região ainda se faz sentir, em especial sobre a juventude.

2 de novembro era finados, eu parei em frente ao São Luís do outro lado
E durante uma meia hora olhei um por um e o que todas as senhoras
tinham em comum: a roupa humilde, a pele escura, o rosto abatido pela
vida dura. Colocando flores sobre a sepultura ("podia ser a minha mãe").
Que loucura⁸⁷

Por conta disso, Mano Brown se orgulha e declara a vitória que é ter conseguido chegar aos vinte e sete anos.

Atualmente cerca de vinte entidades têm participado com assiduidade às reuniões do Fórum, mas sua atuação há tempos ultrapassa os limites geográficos da região Sul, recebendo convites vindos de outras regiões para partilhar suas experiências.

Entre 1992 e 1995, por conta do aumento da violência na região, situando-a como uma das mais violentas do mundo segundo relatório apresentado pela ONU⁸⁸, foi realizada uma pesquisa, em parceria com a Faculdade de Serviço Social da PUC de São Paulo, que daria subsídio à criação de um banco de dados a partir do qual se construiria uma estratégia de

⁸⁵ BOONEN, P. M.; CYMBALISTA, C.; PUPPIM, A. S. (2011) *30 anos de luta por direitos humanos*.
Defendendo os direitos, construindo a cidadania. Boonen, P. M., Gugelmin, E. M. CDHEP, pp. 133-143.

⁸⁶ Boonen et.al., 2011.

⁸⁷ Racionais, *Fórmula mágica da paz*, 2002.

⁸⁸ Organização Das Nações Unidas, 1995

combate às violações. Isso também se mostrava uma prioridade para o Movimento Nacional de Direitos Humanos. O resultado indicava que, ao longo dos últimos dez anos analisados (1983-1993), haviam sido registrados 12.957 casos de homicídio nos cartórios de registro civil da Capela do Socorro, Parelheiros e Santo Amaro. As vítimas eram majoritariamente homens (94%), entre 13 e 20 anos de idade, solteiros (69,3%), alfabetizados (87,7%) e que exerciam atividades profissionais⁸⁹.

Um passo importante dado pela instituição aconteceu ao término do ano de 1999 quando o CDHEP assumiu, em parceria entre a sociedade civil e o Estado, o Programa Estadual de Proteção à Testemunhas – PROVITA/SP. Este programa faz parte do Sistema Nacional de Proteção às Vítimas e Testemunhas é gerenciado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Governo Federal e vinculado às Secretarias da Justiça e da Defesa da Cidadania e da Segurança Pública e destinado a oferecer proteção a pessoas sob ameaça por colaborarem com a Justiça Criminal, seja em inquéritos policiais ou processos criminais⁹⁰.

Os meandros do pedido para que o programa PROVITA fosse assumido pelo CDHEP foram marcados por conflitos que reforçam a dificuldade do protagonismo social quando se fala de conflitos e em defesa dos direitos humanos. Para resumir a situação, o Conselho Deliberativo e o CDHEP realizaram cinco reuniões antes que se assinasse o contrato do convênio, mas recaindo sobre a ONG responsabilidades que a deixavam vulnerável. Enquanto o Conselho Deliberativo do PROVITA entendia que o CDHEP não deveria coordenar a equipe multidisciplinar, e que o próprio Conselho exerceria tal função, o CDHEP escreve uma carta em resposta ao Conselho, inserida em parte aqui a fim de ilustrarmos a responsabilidade inerente à assunção do programa e o caráter de independência institucional no tratamento de sérias questões de Direitos Humanos e do papel do Estado em suas atribuições:

“submeter a equipe multidisciplinar ao controle diário da Diretoria Executiva do Conselho, ou do seu presidente, significa não apenas (...) uma interpretação equivocada da lei – 44214/99⁹¹ – e um golpe mortal na operacionalidade do programa, mas significa também comprometer em profundidade a segurança do CDHEP e da própria equipe multidisciplinar. Como o CDHEP e a equipe multidisciplinar poderão proteger testemunhas em processos que podem envolver policiais ou funcionários comprometidos com o crime, se as próprias Secretarias de Justiça e Segurança Pública comandam o dia-a-dia da equipe operadora? Como o CDHEP e a equipe multidisciplinar poderão manter em absoluto segredo – inclusive

⁸⁹ Boonen et.al., 2011. p. 112.

⁹⁰ O programa cumpre para com o governo estadual a meta de número 106 do Programa Estadual de Direitos Humanos, aprovado em 1997. Ver: <<http://www.cdhep.org.br/o-que-fazemos/redes-socio-politicas/>> e <<http://www.cidadao.sp.gov.br/servico.php?serv=1061>> acessados em maio/2013.

⁹¹ Este decreto de 30 de agosto de 1999 institui o Programa Estadual de Proteção a Testemunhas - PROVITA/SP e cria o seu Conselho Deliberativo.

para os membros do Conselho – locais de proteção, nomes de pessoas ou instituições que aceitem ser protetores, etc., se a Diretoria do Conselho possui total poder de influência sobre a equipe? De que forma o CDHEP pode assinar um ‘termo de compromisso’, garantindo legalmente a segurança do ou da testemunha, se não tem o mínimo controle sobre os mecanismos de segurança que forem adotados? Como resguardar a segurança da entidade operacional se até o único carro à disposição é um carro da polícia? Além do mais, qual a entidade que se preza, da sociedade civil, que emprestará apenas seu nome para o Estado fazer o que bem entender? ONGs não são capachos para o Estado esfregar sua botina. Qual a ONG que apenas assinará cheques para funcionários sobre os quais não possui controle algum?”⁹²

Marcos da Silva e colaboradores do CDHEP compreendem esse conflito como significativo de uma confusão de papéis entre sociedade civil e Estado, situação crítica envolvendo um programa de natureza delicada, e que protege pessoas ameaçadas de morte por organizações criminosas. Estas, muitas vezes, se utilizam de equipamentos do Estado para sua prática. Neste sentido, os maiores perigos não se originam do poder criminal civil, mas daqueles que estão inseridos no poder público. Também por conta disso Lucila P. Gonçalves afirma em entrevista que “A parceria é uma relação difícil por conta das diferenças entre sociedade civil e Estado e da dificuldade em estabelecer na prática a função de cada parte. O Estado tem a tentação de controlar tudo”⁹³

Desde o início de seu percurso histórico o CDHEP sofreu grandes mudanças, e o passar dos anos lhe rendeu experiências para ambicionar novos projetos. No entanto, alguns questionamentos apresentados pelo trabalho de Marcos Da Silva⁹⁴ no início dos anos 2000 ainda permanecem, especialmente o que trata da influência do Estado como financiador e parceiro de projetos da instituição. Apesar de não ser nosso foco de trabalho, esse questionamento devesse ser levado em conta quando observarmos que, particularmente no Brasil, a JR, em sua proposta de transformação das práticas judiciais, tem se desenvolvido quase que exclusivamente a partir de financiamentos do poder público, com destaque para o próprio poder Judiciário e a Secretaria de Reforma do Judiciário, como vimos anteriormente⁹⁵.

O destaque da instituição é o histórico que tem com grupos e organizações populares ou sindicais de esquerda, muitos deles surgidos com o fim da ditadura militar, quando são retomadas as frentes por abertura democrática no Brasil. Grupos de religiosos, padres,

⁹² Carta assinada pelo diretor, coordenadora e um conselheiro, de 10/03/2000, sobre Reunião PROVITA/SP *apud* op.cit., p. 130.

⁹³ Silva, op.cit., p. 129.

⁹⁴ *ibidem*.

⁹⁵ Cf. História da JR no Brasil, Capítulo 1.

seminaristas ou leigos visitavam as paróquias com subsídios para reflexão da importância dos cristãos escolherem pelo voto os candidatos comprometidos com o povo. Em 1982 João Carlos Alves e a Irmã Passoni foram eleitos deputados estadual e federal pelo Partido dos Trabalhadores muito em razão da militância da ONG.

É notável o vínculo do CDHEP às entidades católicas assim como também a origem de grande parte de seus educadores, voluntários, profissionais e corpo diretivo. Silva aponta a crítica feita por Gouvea (1997)⁹⁶ para tecer o quadro histórico das influências que a presença do espírito religioso exerciam no trabalho da ONG. Uma dessas críticas dizia respeito à falta de rigor quanto aos usos dos conceitos que serviam como pano de fundo à prática institucional. Como sua prioridade eram os interesses das classes populares da região e a militância que a conduzia, Silva descreve como os profissionais lidavam com essas imprecisões conceituais quanto à cidadania, exclusão, movimento popular e outros, muitos dos quais eram abordados também fora do contexto acadêmico.

A defesa dos ideais ligados à *Teologia da libertação* talvez seja a mais próxima vertente de pensamento seguido pelos profissionais, mesmo que, para eles, essa identidade política não fosse intencional ou mesmo conhecida de início. A preocupação, de fato, era com a *ação* e, dessa forma, muito dos trabalhos eram baseados fundamentalmente em textos bíblicos e outros atrelados às produções eclesiais e levadas ao contexto socio-histórico da região.

“Em alguns casos as reuniões dos movimentos iniciavam com a leitura de um trecho da Bíblia que incentiva o povo a lutar pela moradia. Refletíamos muito passagens do livro do Êxodo, que narravam como o povo saiu da escravidão no Egito e foi buscar a terra prometida”. (op.cit., p. 12?)

No início os trabalhos de pastoral as leituras dos agentes se valiam dos textos de Leonardo Boff, Gustavo Gutierrez, Clodovis Boff, Paulo Freire e também documentos da Igreja do Compêndio Vaticano II e da arquidiocese de São Paulo. Francamente baseavam-se em ideais da prática religiosa como o amor ao próximo e a luta em favor dos mais pobres, subsídios do vínculo entre prática e teoria. A leitura da Bíblia também comparecia às reuniões do CDHEP e de seus participantes. Foi, no entanto, a partir da pesquisa encomendada ao

⁹⁶ GOUVÊA, Maria das Graças de. 1997. Educação Popular junto aos movimentos Sociais: O Centro de Direitos Humanos e Educação Popular – CDHEP. São Paulo: PUC-SP. Tese de doutorado – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae – CEPIS durante a década de 80 que o norte formativo que hoje caracteriza o CDHEP se deu. O objetivo era agir em favor da transformação social a partir da construção de sujeitos políticos capazes de mudar a situação de exploração e injustiça imperante numa sociedade capitalista.⁹⁷ Assim, para este fim, a teologia da libertação obteve lugar cativo na filosofia institucional e sua prática.

Para destacar esta filosofia, Silva se vale dos trabalhos de Gutierrez (1986) para caracterizar o veículo teórico da teologia da libertação e apontá-la como “uma crítica radical ao capitalismo, que gera miséria”, mas “sem que apareça a palavra socialismo, pois a referência é sempre a comunidade dos primeiros cristãos, mesmo assim a propriedade privada é condenada”⁹⁸. começava, assim, um casamento entre a Teologia da Libertação e a Educação Popular.

Por ocasião do período eleitoral de fins dos anos 80 e o reflorescimento da conscientização da participatividade política social, o CDHEP elaborou e divulgou cartilhas para que servissem de subsídios populares informativos.

“São elaboradas duas cartilhas para os cristãos se orientarem quanto aos critérios de escolha dos candidatos. Em 1989 lançaram *Nossa Participação na política*. Em 1992 lançaram *Acorda Zé Brasil – Eleições municipais de 1992*.

No planejamento de 1991, o princípio, objetivo geral e as prioridades definidas podem nos indicar o caminho que pretendiam trilhar os educadores e educadoras do Centro.

“Princípio: somos um Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Prestamos serviço à comunidade e movimentos populares da região de Campo Limpo, bairros e municípios vizinhos. Como cristãos, partimos da necessidade da população explorada como resposta às exigências do Evangelho e a defesa do direito à vida.

Objetivo geral:

1 – Incentivar na comunidade e no povo em geral:

- o anúncio da dignidade humana e a denúncia das violações contra essa dignidade;
- a solidariedade entre as pessoas, grupos e o povo em geral.

2 – Fortalecer a organização e conscientização política dos movimentos populares, visando a transformação da sociedade onde o povo seja sujeito de sua história”⁹⁹.

O CDHEP ia assim construindo um papel participativo nos movimentos sociais em diálogo com os sujeitos políticos vinculados em cada comunidade de luta, especialmente na formação de lideranças e em defesa da moradia.

Um dado interessante é que os resultados das práticas do acompanhamento a estes movimentos são descritos como a conquista da moradia, a construção de casas, além da formação das lideranças para exercerem seu papel junto aos movimentos e à luta

⁹⁷ Silva, p. 133

⁹⁸ op.cit., p. 35?

⁹⁹ CDDH. Relatório geral das atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campo Limpo 1991. Mimeo *apud* op.cit. (p.14?)

política mais geral. O resultado do trabalho de assessoria é também a quantidade de casas que o movimento de moradia obtém. (op.cit., p.16?)

Um resultado desse sucesso das lutas por moradias, com a construção cada vez maior de casas aos moradores, é a emancipação das lideranças, que passam a se tornar mais independentes, autônomas e com poder de articulação direta com o poder público.

Percebe-se um avanço paulatino nas relações entre as Escolas de Lideranças, a Educação Popular, a Teologia da Libertação e temáticas marginais que já vinham tendo seu espaço em outras formações e atividades da ONG. A questão feminista, por exemplo, foi problematizada ainda no final da década de 1980, enquanto grande parte das educadoras do CDHEP passaram a defender a participação das mulheres nas direções dos movimentos populares. Oficinas são propostas juntamente com outras ONGs para o debate de questões de gênero dentro dos movimentos sociais, indicando que o viés progressista passava a incorporar temas que transcendiam ideologias políticas e mostrando que questões de gênero e classe se interpenetravam.

Carvalho aponta temas e algumas ciências que nos ajudariam a entender a visão teórica: “o CDHEP busca diversos elementos teóricos para fundamentar as suas práticas educativas, de defesa dos direitos humanos e de apoio aos movimentos sociais. No nível mais imediato podemos encontrar a teologia da libertação e a educação popular como as correntes teóricas, respectivamente teológica e pedagógica, que fundamentam a sua ação. Estas duas correntes teóricas não existiriam sem o marxismo mas se relacionam criticamente com ele a partir das contribuições próprias de cada um dos seus campos (a teologia cristã e a pedagogia). A ação pedagógica do CDHEP tem-no ainda levado a buscar na psicologia os fundamentos para uma educação mais integral, isto é, que leve em conta as diversas dimensões do ser humano e do conhecimento. O CDHEP tem-se mostrado aberto a várias revisões atuais do marxismo provenientes da historiografia moderna e da perspectiva holística, que questiona os diversos campos da ciência e do pensamento humano. Esta nova perspectiva teórica entende a transformação da sociedade como uma transformação cultural, que vai além da perspectiva economicista”.

Isso aponta como o CDHEP esteve comprometido com as causas populares e o interesse maior voltado aos direitos da população, não partilhando de critérios outros que não estivessem ligados ao objetivo comum de buscar os avanços que campos díspares pudessem oferecer para a prática pedagógica, sempre mantida como eixo de sua atuação. A mistura de ideais socialistas, teologia da libertação, educação popular, técnicas de psicodrama, religiosidade comprometida com os pobres e outros parece guiar seu poder de transformação e adaptação às contingências históricas. Como diz Silva “não fica evidente um projeto de

sociedade que tem como referência apenas um único modelo de sociedade, embora o socialismo se sobressaia. Existe um amálgama de projetos”¹⁰⁰. Percebe-se como a postura crítica embasa a prática em direção aos diversos campos de produção de conhecimento. O respaldo de produção de conhecimento segue o raciocínio da prática que questiona a teoria para depois voltar-se novamente à prática. Assim consegue vincular-se às contingências históricas para repensar suas propostas educacionais.

Isso fica evidente pela orientação do pensamento de esquerda na passagem da década de 80 para 90, quando os ideais socialistas que mobilizavam a política institucional acompanham, a seu modo, as contingências históricas, tal o impacto ideológico muitos dos quais frutos do desmembramento da antiga União Soviética. Em documento institucional do ano de 1995 o CDHEP anuncia sua “opção pelo socialismo não ortodoxo” que já entendia um natural afastamento da luta pela extinção da propriedade privada, mas também o fortalecimento dos ideais de sociedade sem marginalizados e excluídos, onde

o Estado seja a expressão dos anseios de seu povo. Não acreditamos no fim das religiões. Pelo contrário acreditamos que a força mística inerente a todas as religiões constitui o elemento mais profundo e poderoso que leva o homem a acreditar e a perseguir o seu sonho mais ousado: a construção da Nova Humanidade” (CDHEP, 1995, p. 6¹⁰¹)

Há ainda referências sobre a constitutiva independência partidária da ONG, apesar de u vínculo histórico aos Partido dos Trabalhadores e a suas características mais fundamentais enquanto projeto político comprometido com a classe pobre e operária. A opção do CDHEP pelo lado dos movimentos sociais se evidenciou durante o período de administração municipal do PT em São Paulo (1989-1992). Apesar dos avanços nas políticas públicas voltadas aos setores marginalizados da população propostas pelo governo e o surgimento de grande número de movimentos sociais no período, este foi marcado pela contínua cobrança dos movimentos apoiados pela ONG sobre as ações do poder público. Com efeito, citando Bakker¹⁰² como representante do entendimento dos educadores, sabia-se que a transformação social de que se falava não se daria facilmente nem mesmo pela conquista do governo federal

¹⁰⁰ op.cit., p. 142

¹⁰¹ CDHEP – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo. 1995. *Texto Base: Quem somos nós?*. mimeo.

¹⁰² Nicolau João Baker, sacerdote, missionário do Verbo Divino, sociólogo. Integrou-se à equipe do CDHEP em 1994. No ano 2000 é o responsável pelo Programa Defesa da Vida, coordenou o programa Fé e Compromisso Social. (retirado de nota op.cit., p. 27)

por um partido de esquerda e que, mais do que uma consciência partidária, era necessária uma mudança cultural alcançada pelas transformações humanas. Ainda em entrevista com Bakker, este afirma que a luta por uma sociedade mais justa passa por um novo socialismo, um

“socialismo cristão, que assuma as necessidades da população. Os sonhos revolucionários continuam valendo, os caminhos é que são diferentes, pois têm que levar em conta a diversidade social, os desafios que estimulam. A população precisa tomar o poder no sentido amplo, no político, mas tomar também o poder cultural, ecológico. Este poder deve penetrar a alma do povo. A busca de um ser humano que esteja de bem consigo mesmo, com a sociedade. As relações sociais que envolvem este ser humano devem ser de tal maneira integradas, que o indivíduo possa continuar de bem consigo mesmo, porque está bem integrado na sua sociedade. Ser humano de bem com a natureza que o sustenta. Buscamos uma mudança não apenas de sociedade, mas de qualidade de vida. Onde surge um contexto cultural novo, onde homens e mulheres se relacionam de uma forma nova em termos de luta social pela democracia, onde novos aspectos se tornam muito mais importante: a ecologia, a integração étnica, os valores transcendentais, independente da religião. Mudança muito mais revolucionária que é o cristianismo, a religiosidade, numa teologia da libertação em uma perspectiva muito mais ampla. Só o socialismo não dá conta deste novo projeto de sociedade. Queremos romper com o modelo capitalista”.

Isso vem mostrar como o que entendemos por radicalidade do protagonismo para a construção de uma nova sociedade através de repactuações sociais vem dialogar com a história do CDHEP e a JR. Entendemos que a fala do sociólogo Nicolau Bakker é completada por Lucila Gonçalves¹⁰³ tal como nos mostra sua entrevista também feita por Silva:

“defendemos uma sociedade socialista, mas a partir do que estamos vivendo hoje. A transformação deve acontecer, levando em conta o jeito de ser do povo brasileiro, na sua cultura, com respeito a ecologia. Pode existir classe social sem exclusão. Queremos uma sociedade que enfrente o neoliberalismo, que acabe com a exclusão de muitas pessoas. Que enfrente a concentração de riqueza, dos recursos naturais nas mãos de poucas pessoas. Buscamos a sociedade igualitária, como na bíblia. Que considere os direitos da natureza.”¹⁰⁴

Para logarmos entender como a JR no CDHEP guarda raízes em sua história, ao final da década de 90 as formações vão aos poucos fazendo parte projetos junto às populações que trabalham com serviços públicos, fazendo com que seu viés político entre em consonância com as demandas da população e sejam ampliadas a estas. Projetos voltados para profissionais relacionados com os poderes públicos tiveram início nesta época, fins do anos 90 início do 2000. Isso será relevante para que possamos entender uma forma de avançar o pensamento político-institucional para agentes que pensam o sistema de garantia de direitos

¹⁰³ Lucila P. Gonçalves é filósofa e teóloga, coordenadora do CDHEP de 1989 a 2000.

¹⁰⁴ op.cit., p. 146.

da Zona Sul.

No início do milênio, por exemplo, foi elaborado um documento intitulado *Campo Limpo 2000*, fruto de uma preocupação da Central de Movimentos Populares (CMP) em propor projetos viáveis do ponto de vista técnico e político que contou com a participação do CDHEP. Nele foi feito um aproveitamento de experiências institucionais de pessoas que haviam participado da gestão municipal na década anterior, educadores do CDHEP e lideranças da CMP da regional do Campo Limpo, apoiados por um corpo técnico, para levantarem propostas para a construção de equipamentos sociais (escolas, creches, postos de saúde, hospitais, centros de lazer) e de desenvolvimento social para a geração de empregos e renda à região. Tais propostas estavam sendo carregadas pela participação popular objetivadas por planos de construção da cidadania. Silva nos lembra que isso viabiliza a implementação das propostas populares já que coloca em diálogo as instâncias de poder tendo em vista o que pode ser feito.¹⁰⁵

De modo geral, a concepção metodológica se funda sobre os preceitos da educação popular, de construção coletiva de conhecimento para que as decisões sejam tomadas tendo em conta que as contribuições virão da participatividade. Sob o viés metodológico da organização institucional podemos situar o quadro da construção em rede que encabeça sua práxis (Silva, 2000; Bakker, 1998). Assim, a estrutura de reuniões, representações, participatividade e parcerias são feitas e desfeitas com relativa liberdade, desde que mantidos os canais que possam convergir os objetivos propostos pela entidade e os movimentos sociais a ela atrelados. Dessa forma, o CDHEP enquanto grupo se organiza ao redor de debates orientados pela escuta de seu corpo de educadores a fim de encontrar as estratégias mais adequadas às finalidades dos projetos de forma mais consensual.

O CDHEP parece ter notado uma relação que é hoje fundamental para se compreender as lutas populares e que já tem influenciado as gestões do PT, incluindo a atual na cidade de SP. Mesmo que haja identificação com o pensamento de esquerda e com sua tradição, *o movimento ganha força em proporção direta à participatividade da população*. O CDHEP, que há pouco tempo questionava seu lugar no quadro histórico político da região e vencido os desafios relativos à fundamentação teórica de suas práticas, tal como nos situou Gouvea (1997), assume seu papel de ator comunitário, distanciando-se do papel de assessorar ou

¹⁰⁵ op. cit., p.148

coordenar políticas. Isso influencia a atualidade formativa institucional que, em reuniões de equipe, presencia a negativa de exercer papéis que ultrapassem o de ator político situado regionalmente, mas de influências internacionais¹⁰⁶.

Significa dizer que a meta sempre esteve ligada ao empoderamento comunitário para que os líderes regionais, profissionais e educadores da região utilizassem conhecimentos e técnicas em seus equipamentos e, a partir deles, propusessem as mudanças esperadas pelos usuários e comunidade. “A prática desenvolvida pelo CDHEP nesse caso específico era de uma ONG com posição política que somava esforços com outros movimentos, mais do que assessorava-os(sic).¹⁰⁷” Essa filosofia permanece.

Para finalizarmos com um exemplo recente, um dos projetos que radicalizou essa postura institucional foi o *Tecendo Redes* (2011-2013). Apesar da amplitude de serviços públicos que uma família ou adolescente utiliza durante sua vida (escolas, postos de saúde, Centro de Juventude, núcleo de medida socioeducativa, etc.) estes há tempos vinham apresentando alguns problemas: suas políticas sociais não se articulavam entorno de um projeto familiar ou mesmo relacionavam seus Planos de Atendimento¹⁰⁸. Devido a alta rotatividade de profissionais e o desconhecimento dos fluxos de trabalho de outros equipamentos assistenciais (Diretorias Regionais de Ensino, Unidades Básicas de Saúde, Programa de Saúde da Família, creches, abrigos, Conselhos Tutelares, entre outros) uma mesma família era atendida unidimensionalmente em cada lugar sem que os serviços conversassem entre si, condenando-os a lidar apenas com os próprios problemas de atendimento familiar sem tomar conhecimento de que outros serviços lidavam às vezes com os mesmos problemas. Além disso, a lógica de fundo punitivo reforçava um quadro de violação de direitos quando o que se busca em todos estes serviços é a instauração de direitos à população; não raro os serviços acusavam uns aos outros de não fazerem sua parte, isolando-os em suas verdades, burocracias e idiossincrasias em desfavor de um público em comum.

O projeto então propôs articulá-los em rede, capacitando-os para lidar com conflitos através do curso ESPERE e Práticas de Justiça Restaurativa para que promovessem discussões de caso, (re)conhecessem os trabalhos uns dos outros e eventualmente fizessem círculos restaurativos com as famílias, visando sanar conflitos e coordenar seus serviços para

¹⁰⁶ As participações do CDHEP e seus membros incluem diversos países da América e Europa.

¹⁰⁷ op.cit., p. 114.

¹⁰⁸ Cf. PIA - Plano Individual de Atendimento em SINASE, 2006.

atendimentos assistenciais integrados às necessidades das famílias. Com isso a rede articulou os serviços em nível local e fortaleceu o sistema de garantia de direitos no território (abrindo-se também para a esfera judiciária), o que acabou favorecendo o CDHEP a se firmar como núcleo e a inserir a JR como tema e política na Diretoria Regional de Ensino de Campo Limpo.

Isso tudo vem reforçar o sentido e a necessidade de criação de instituições restaurativas para fazer da prática da JR parte do sistema de garantia de direitos, uma vez que houve um reconhecimento dos limites na atuação do Estado nestas áreas.

Capítulo 3

Entre o CDHEP e a JR

Queremos com este capítulo circunscrever as ESPERE e sua história para vermos como conquistaram a JR sob o olhar do CDHEP. Uma vez que esta, a JR, parte de conceitos e premissas passíveis de interpretação quanto à radicalidade de seu afastamento de outras práticas, em especial a justiça retributiva¹⁰⁹, avançaremos aqui sobre o estabelecimento de uma relação entre projetos de sociedade. Com a história institucional somada à história da formação ESPERE conseguiremos visualizar a singular dinâmica formativa sobre a qual o CDHEP tem debruçado especial atenção. Observaremos como a chegada indireta das ESPERE engancha com desprestigiada porém utópica precisão o que entendemos por nossa experiência ser uma relação de bons frutos, a saber, *um tempo histórico de relacionarmos perdão e justiça*. Então de que maneira a ESPERE subsidia o laço entre estas práticas? Acompanharemos as origens das ESPERE, como foi sua entrada no CDHEP, como tem se espalhado pelo Brasil e pelo Mundo e com que finalidade orienta os facilitadores para a JR hoje.

Para tanto precisamos entender que o CDHEP forma facilitadores a partir de duas formações. A formação ESPERE é a primeira; a segunda se chama *Práticas de Justiça Restaurativa* (PJR), e se concentra em dois formatos de círculos restaurativos certificados internacionalmente: *Círculos de Paz* (CP) e *Círculos Vítima, Ofensor e Comunidade* (CVOC). A formação ESPERE é também divulgada como *Fundamentos de Justiça Restaurativa*. Com efeito, a inscrição da formação em PJR tem como obrigatória que a pessoa tenha tido sua passagem pelas ESPERE. O sentido desta separação formativa em duas vem do fato de se tratarem de processos distintos do ponto de vista formal: o primeiro é mais desconstrutivo e analítico, e o segundo mais propriamente habilitador e instrutivo, nos sentidos técnico e prático das palavras.

Para sermos mais claros e aproveitarmos também uma imagem de *fundação*, podemos

¹⁰⁹ Em artigo recente, tivemos notícia vindas do Canadá quanto a teorização do que chamaram de '*Transformative Justice*'. Basicamente esta *Justiça Transformativa* assume a JR como totalmente heterogênea aos fundamentos retributivos e encampa os ensinamentos vindos do abolicionismo penal, excetuando a possibilidade de se punir o ofensor, algo que alguns teóricos da JR, como Bianchini (2011), não fazem.

dizer que a formação ESPERE – tal como ela é utilizada pelo CDHEP – pretende fortalecer o subsolo que sustenta seu entendimento de JR antes que seus facilitadores possam erguê-la. A atenção quantos aos fundamentos é partilhada por muitas práticas, entre elas as artísticas e, como tal, é recompensada pelo período de vida em que se encontra o(a) educando(a). Animadores que dão o curso ESPERE para crianças nos relatam a maior facilidade que estas apresentam na compreensão de lógicas restaurativas, como o reconhecimento da vítima, das necessidades de reparação e da nulidade da pena para os danos do passado. Muitas são práticas que dedicam atenção especial às suas fundações, dos sustentáculos que embasam o melhor acordo com as estruturas que sustentam e seus objetivos; organismos vegetais se valem disso, também artes humanas como a dança, a música e artes marciais. De modo geral, entendemos que a fundação proporcionada pelas ESPERE está em relação direta às funções de limites da JR.

Se compreendemos bem os ideais do CDHEP, os sucessos da JR, i.e., as chances da justiça ser efetivamente restaurativa para todos os envolvidos, está em relação direta com seus fundamentos¹¹⁰. Significa que quanto melhor fundamentados os limites estruturais e constitutivos da JR, melhor será a projeção de seus efeitos para a sociedade. Da história do CDHEP entendemos que isso se dará através da Educação Popular voltada a pessoas que lidam com violações de direitos e injustiça.

Em estudo acerca do que seria uma escola justa, Schilling¹¹¹ afirma que, na discussão teórica sobre justiça, o positivo se constrói através da percepção da injustiça, o que se aproxima da relação feita por Jacques Derridá quanto à dinâmica do perdão.

“O perdão, na sua concepção não é, nem deveria ser normal, nem normativo, nem normalizante. Para ele deve permanecer excepcional e extraordinário, à prova do impossível, como se interrompesse mesmo o curso ordinário da temporalidade histórica.”(Migliori, 2007)

Uma afirmação utilizada pelo CDHEP para caracterizar tal relação entre justiça e perdão em convite ao curso ESPERE sintetiza tal compreensão: *Contra a irracionalidade da violência, a irracionalidade do perdão*, de modo a traçar as limitações do processo restaurativo aos limites do perdão. Se com Derridá compreendemos o perdão como dinâmica sobre o imperdoável, a aproximação entre justiça e perdão se mostra profícua não só por suas

¹¹⁰ Lembramos uma vez, *Fundamentos de Justiça Restaurativa* é outro nome da ESPERE para o CDHEP.

¹¹¹ Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 31-48, jan./mar. 2013.

funções de limite, como por ter o CDHEP uma longa história ideológica baseada na radicalidade do empoderamento comunitário que, como tal, favorece o poder de perdoar àqueles que lidam cotidianamente com os excessos traumáticos da violência urbana e estrutural das periferias.

Uma abordagem metafórica talvez nos ajude ilustrativamente. Se imaginarmos o processo restaurativo como um profundo mergulho pelos sentimentos mais valiosos e necessários de serem restaurados, a ESPERE visa condicionar o facilitador a viver tal experiência de alta pressão dos danos causados por uma ofensa grave. A ESPERE busca que o facilitador viva uma experiência restaurativa primeiramente para si próprio e possa gozar dos efeitos de tal jornada de maneira mais livre, construtiva e transformativa possível. Para isso, a formação se preocupa em dar o maior valor de segurança para seus 'mergulhadores' a fim de que explorem seus conflitos pessoais e compreendam a relação que estabelecem com o que, no fundo, é parte deles mesmos.

3.1 - História da ESPERE com o CDHEP

Segundo Petronella Maria Boonen, a história da Justiça Restaurativa tem caminhado em parceria com as Escolas de Perdão e Reconciliação - ESPERE no CDHEP e remonta, ao mesmo tempo, ao tema do perdão. Ela havia participado em 2002 de um seminário no Rio de Janeiro sob a coordenação do padre sociólogo Leonel Narváez¹¹² e do psicólogo Jairo Diaz, de Bogotá, Colômbia, enquanto apresentavam as ESPERE, curso criado pela *Fundacion para la Reconciliation*¹¹³ na tentativa de introduzir por meio da educação popular os conceitos de perdão e reconciliação para o público. À época Petronella Boonen encontrava-se também cética quanto ao tema do perdão fora do ambiente religioso, fazendo-a continuar seus estudos por outros caminhos. (BOONEN, 2011, p.191)

Dois anos depois, em 2004, participando do curso de mediação de conflitos da PUC de São Paulo, Petronella conheceu a JR. O Dr. Daniel Issler, Juiz da Vara Especial da Infância e Juventude de Guarulhos, fazia sua exposição naquele momento. No ano seguinte novamente o tema da JR foi a ela apresentado, dessa vez pelo Juiz Leoberto Brancher na ocasião do 3º Fórum Social Mundial em Porto Alegre que, juntamente com Marshall Rosenberg, criador da CNV, formariam os primeiros grupos de estudo em JR e iniciariam sua aplicação com projeto

¹¹² Leonel Narvaez é também filósofo e teólogo, missionário da Consolata colombiana, com pós-graduação em Cambridge (Inglaterra) e Harvard (EUA).

¹¹³ Ver: <<http://www.fundacionparalareconciliacion.org>>

piloto (*Justiça para o Século 21*) a partir de uma parceria com a Secretaria da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, algo que já expomos anteriormente.¹¹⁴ No ano seguinte, em 2005, alguns educadores do CDHEP foram formados pela ESPERE, que, ainda introdutoriamente, também abordava conceitos da JR. No ano seguinte a ESPERE passou a ser oferecida como formação pelo CDHEP, tendo como público a Guarda Civil Metropolitana da região sul de São Paulo.

Em 2007, por ocasião da chegada na equipe de Joana Blaney¹¹⁵, o CDHEP aprofundou conceitualmente a JR aos finais das formações ESPERE, integrando atividades para que conduzissem as transformações de ordem subjetiva pelas técnicas informais de comunicação para a crescente formalidade das práticas restaurativas. Isso nos fornece o seguinte quadro:

Este slide é base de um entendimento que escalona práticas restaurativas em dimensões de formalização com o poder do conflito e de relativa ação dos sujeitos. Assim, o nível mais simples de prática restaurativa se faz com a expressão da raiva e dos sentimentos decorrentes da ofensa de modo a criar um canal comunicativo entre pessoas. A expressão clara

¹¹⁴ BRANCHER, L.; SILVA, S., op.cit.

¹¹⁵ Joana Blaney é norte-americana, cientista política e mestra em educação e formação em mediação e práticas restaurativas nos EUA pelo *International Institute for Restorative Practices - IIRP*

dos sentimentos, acompanhada de uma identificação dos fatos, das necessidades criadas e das sugestões de restauração fazem parte de uma “comunicação assertiva”, i.e., que com precisão dá uma contingência a ofensa, atraindo o conflito para uma situação de diálogo, ainda que não o garanta. Essa comunicação tem ampla identidade com os trabalhos de “Comunicação Não-Violenta”, resumidas basicamente em três recursos comunicativos: *Escuta ativa, fala empática e perguntas abertas*. Estes três se relacionam para cercar o conflito de linguagem, único canal por onde podem escoar os sentimentos e necessidades não atendidas. É uma linguagem passível de ser ensinada, mas, para se destacar de uma alfabetização de língua inespecífica, esta presentifica um canal afetivo, que oportuniza a fala dos afetos *em mão dupla*, fortalecendo a linguagem como câmbio de identificações e deslocamentos subjetivos.¹¹⁶

3.2 - Da ESPERE no desenvolvimento infantil

Da contribuição dos próprios participantes e interlocutores da instituição surgiu a necessidade de se desenvolver uma formação ESPERE voltada ao público infantil. Um longo trabalho de dois anos contou com o envolvimento de uma equipe encarregada de pensar alterações das atividades e textos para que pudessem ser aplicadas em diversos grupos de equipamentos socioeducativos. Foram ainda organizadas supervisões e visitas aos equipamentos para a identificação de dificuldades e refino das mudanças propostas nas atividades de formação infantil. Somente em 2009 é que se chegou a publicação definitiva do livro *Uma arte de viver e conviver. Escola de Perdão e Reconciliação* (BLANEY; BOONEN, 2009).¹¹⁷

Esta formação para crianças foi desenvolvida em perspectiva fortemente preventiva. Práticas informais de lidar com conflitos conduziram crianças e jovens a criar seus próprios mecanismos restaurativos em vivências sociais numa perspectiva de desenvolvimento restaurativo cultural.

O caso de uma educadora que passou pelo CDHEP em 2010 ilustra essa perspectiva educacional: um garoto do quarto ano fundamental vem até ela (responsável pela turma) chorando e com um olho roxo. Ele havia discutido com um colega durante uma partida de futebol e este lhe dera um soco. Ela chama ambos para conversar e dá ao agressor cubos de

¹¹⁶ Iremos abordar a alfabetização emocional no próximo capítulo.

¹¹⁷ Ibid., p.194.

gelo num saco plástico para que colocasse sobre o olho do outro. No relato, a educadora ressalta o espanto do ofensor ao encostar o gelo no rosto do outro, percebendo a sensibilidade do machucado. Ela então pergunta à vítima o que gostaria que se fizesse em resposta à agressão que sofrera e ouve o pedido para que o outro ficasse sem poder jogar futebol durante aquela semana. Ela então o questiona como isso podia ajudar a reduzir a dor do seu machucado. O garoto parece pensar. Ela aguarda e em seguida pergunta: “como ele pode te ajudar?” Ele diz: ele pode escrever uma carta para minha mãe explicando o que aconteceu. Ela se volta ao ofensor e pergunta se ele poderia fazê-lo, mas este afirma que não conseguiria, pois tinha dificuldade na escrita. Novamente à vítima: “você poderia ajudá-lo a escrever?” ao que ele afirma que sim. Momentos depois estão ambos sentados lado a lado numa mesa escrevendo a carta para a mãe de um deles contando o que havia acontecido.

Essa história se mostra bastante ilustrativa dos efeitos que poderiam decorrer se a educadora decidisse pela separação dos envolvidos ou pelo envolvimento de personagens alheios ao conflito. Brenda Morison expôs em sua passagem por São Paulo em 2010 como situações de bullying e conflitos escolares costumam ser desfigurados pela separação dos envolvidos, pelo isolamento dos ofensores (bullies) e terceirizados para instâncias de poder hierárquico mais altas, como inspetoria ou diretoria. Isso seria constitutivo de uma educação retributiva pois assumiria o campo da resolução dos conflitos, notadamente os mais graves, como alheio aos envolvidos, aos *outros*. Esse efeito de desapropriação do conflito alimentaria a condição de envergonhamento estigmatizador (“não sou capaz de reparar”), aquele que desvincula vítimas e ofensores das suas comunidades de afeto para isolá-los em culpa, remorso e autocondenação.¹¹⁸

Desde 2010, a experiência do CDHEP com a formação em ESPERE vem crescendo, tendo maior destaque a penetração de suas propostas nos equipamentos voltados à juventude. Os Centros de Crianças e Adolescentes (CCAs) e os Núcleos de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE/MA), até 2011 chamados de *núcleos de proteção psicossocial especial* – NPPE, eram os equipamentos priorizados nas formações. O interesse do CDHEP era que os educadores destas instituições replicassem o processo formativo em seus equipamentos, expectativa parcialmente frustrada devido a razões de ordem prática: intensa rotatividade de funcionários, falta de educadores substitutos para permitir a liberação de um educador para

¹¹⁸ Morison, 2006.

estas atividades ou falta de espaço físico que possibilitasse a formação. Mesmo assim, até o final de 2010, 1.593 participantes em onze equipamentos socioeducativos da região sul de São Paulo haviam completado o processo formativo das ESPERE¹¹⁹.

Para além deste público, o CDHEP vem, crescentemente, formando parcerias com a Pastoral Carcerária Nacional, o que tem possibilitado a disseminação das ESPERE e, conseqüentemente, das ideias da JR por outras cidades e estados brasileiros, como Manaus, Porto Alegre, Recife e também São Paulo. Em 2011 e 2012 pudemos coordenar algumas destas formações para agentes da Pastoral Carcerária de diversos estados da região Norte do país.

Este percurso do CDHEP de 2005 para cá foi suficiente para consolidar uma equipe com experiência em formação, recursos humanos e acúmulo de vivências necessárias para fortalecer a proposta de educação popular na direção de firmar-se também como instituição capacitada para formar facilitadores de JR e animadores dos cursos de formação das ESPERE (ou Fundamentos da Justiça Restaurativa) e o curso de Práticas de Justiça Restaurativa, baseadas nos trabalhos de círculo Vítima – Ofensor – Comunidade (VOC) da IIRP norte-americana e os Círculos de Paz, propostos por Kay Pranis.

Durante esses anos a equipe fez parte de conferências, seminários, oficinas e workshops a fim de disseminar as propostas ligadas à JR. Desde 2007, o CDHEP esteve presente em universidades, ONGs, paróquias, comunidades e pastorais de Igrejas, espaços educacionais e em outros cursos oferecidos pelo próprio CDHEP. A tentativa de aproximação do judiciário também se mostrou por via de parcerias na tentativa de aproximação das propostas restaurativas junto ao sistema de justiça tradicional.

Como dissemos, atualmente a formação de facilitadores oferecida pelo CDHEP possui dois cursos complementares. O curso *Fundamentos em Justiça Restaurativa* é o primeiro deles, formatado na metodologia ESPERE e pré-requisito para a participação na segunda formação. A ESPERE possui atualmente carga horária de 40 horas de duração. A segunda formação, Práticas de Justiça Restaurativa também conta com 40 horas de duração e se divide igualmente em duas: práticas de círculo VOC e práticas de Círculo de Paz.

Em se tratando do diferencial da proposta do CDHEP, a exigência da formação em ESPERE *antes* da formação propriamente dita em práticas formais de JR cumpre fins de preparação dos sujeitos para assumirem uma postura diferente com a JR daquelas propostas,

¹¹⁹ Boonen, 2011, p.195.

como dissemos, pelas vias do judiciário.

Os candidatos à formação em ESPERE costumam expor suas expectativas iniciais, quase sempre tendo sido informados se tratar de um curso vivencial sobre como lidar com conflitos. Outras já apresentam algum conhecimento ou mesmo notícia sobre a Justiça Restaurativa. Em matéria de expectativas o nome indica *Escolas de Perdão e Reconciliação; ESPERE*. Num pano rápido muitos significados são evocados em respostas colhidas, alguns provocados pelas perguntas iniciais, outros um tanto inescapáveis. 'Escola', 'escolar' ou 'escolarização' podem fazer lembrar o aprendizado da infância, outras vezes o trabalho pedagógico ou, menos, instrumental; sendo o Brasil um país majoritariamente cristão, o tema do *perdão* aparece quase sempre vinculado ao discurso religioso, circunscrito por uma educação familiar e/ou doutrinação por igrejas, sendo raro encontrar pessoas que o situem distante destas dimensões. Expectativas de *reconciliação* encontram referências a encontro com a diferença, tranquilidade, paz, harmonia, compartilhamento, reconstrução e também perdão, mas há pouco a se aprofundar. Finalmente a sigla ESPERE, em caixa-alta, pode ser entendida como imperativo de esperar, aguardar, conter e interpor uma outra temporalidade de ação.

Pensando no histórico da instituição, seria possível imaginar alguma forma de influência na formação ESPERE quanto a seu viés ideológico. Sua ligação aos movimentos eclesiais, o uso corriqueiro da palavra perdão (muito ligado ao imaginário religioso) e a presença de freiras e missionárias leigas no quadro de seus funcionários atuais podem levar a um preconceito quanto aos objetivos da instituição. Porém, por nossa experiência, vimos que a religiosidade dos educadores não transparece nem se torna cerne da formação, o que não é possível precisar a partir das obras de Silva (2000) e Boonen (2011)

Assim, antes de partirmos ao estudo dos conteúdos formativos e reflexões sobre eles, devemos situar o *lugar* institucional ocupado historicamente pela formação.

Capítulo 4

O curso ESPERE

Introdução

Sabemos que a formação ESPERE não foi feita para ser lida, mas vivenciada. Portanto, a fim de superar uma superficialidade descritiva, queremos fornecer um recorte da formação que possa nos servir de campo, para nos debruçar sobre suas atividades e pensar como a prática visa cumprir seus objetivos, interesse deste trabalho e também da própria transformação pela qual o curso tem passado desde o início de sua aplicação no CDHEP. Em outros termos mas da mesma forma que CDHEP busca fazer sua própria crítica, queremos lançar da psicologia um olhar que possa contribuir para o debate a respeito da construção da JR no Brasil.

A formação ESPERE é voltada a qualquer pessoa nela interessada. Não há nenhum pré-requisito para fazê-la salvo a disponibilidade do participante/educando em comprometer-se com o processo e a presença. O curso é oferecido ao menos duas vezes ao ano no próprio salão de sua sede no bairro do Capão Redondo, contendo doze encontros divididos de acordo com a disponibilidade dos *animadores*¹²⁰ do curso e a um custo relativamente baixo se comparado às formações análogas¹²¹. Por exigir envolvimento emocional dos participantes, em geral, são propostos encontros semanais de quatro horas com um pequeno intervalo para o lanche. As formações intensivas (5 dias em uma semana ou divididos em 2 meses) propostas apenas como última opção, são evitadas, pois – dentre outros motivos – são muito desgastantes e com intervalos de poucas horas para assimilação e elaboração dos conteúdos que evocam.

A equipe responsável pelo curso ESPERE, alinhada ao programa *Perdão e Justiça* e do qual já tratamos, tem preferido formar parcerias institucionais para conduzir formações que não contem apenas com o interesse pessoal dos participantes, mas, também, com um

¹²⁰ Esta e outras terminologias que distinguem os papéis dos responsáveis pela formação foram discutidas durante o Encontro Nacional das ESPERE, realizada no primeiro semestre de 2013, em Itapeirica da Serra, contando com a participação de entidades assistenciais que utilizam a metodologia em seus estados. Animadores também podem ser chamados de *educadores*.

¹²¹ Para exemplificá-lo, uma formação em CNV (cf. Encontro 6) certificada por seu organizador, Marshall Rosenberg, tem custo seis vezes maior com a metade da duração das ESPERE.

envolvimento horizontal de maior comprometimento com a JR. Era possível até pouco tempo atrás que se aceitasse propostas de formação sem ambições claras de construção de núcleos ou equipes restaurativas, muito por não haver outras maneiras de cobrir os custos institucionais e de recursos humanos. Foi por conta do crescente volume de propostas e experiências de trabalho que se pode equilibrar o engajamento militante dos profissionais ali presentes com uma ambição mais concretizável. Hoje são recusadas propostas que se mostrem desinteressadas em formar pessoas para outros fins que não o de torná-los facilitadores, ainda que envolvam a remuneração total das despesas e custos de equipe e pessoal. Dito de outra maneira, o critério de projeto assumido como aceitável pela equipe é aquele que, no horizonte, vislumbra um núcleo de práticas restaurativas formais¹²².

É importante frisar esta intenção prévia que dirige as formações desde o primeiro encontro da ESPERE em direção às supervisões de caso. Mais do que uma formação técnica, o envolvimento político e pessoal da equipe com a proposta da instituição para a construção da JR no país é digno de nota; é dizer que mais do que financiamento, interesse e espaço, os esforços das partes precisam estar afinados por interesses comuns e circunscritos pela nova proposta de trabalho.

Por isso, pensamos que ao observar a montagem sequencial das atividades propostas no curso, tendo ao fundo e em perspectiva a prática restaurativa, poderemos obter um quadro diferencial de como o CDHEP tem trabalhado não só para construir uma JR no país, mas para fundamentar sua filosofia e sua ética, conceituar a ideia de sua estrutura e fazê-la operar no tempo e no espaço da diversidade dos conflitos que encontramos.

É comum que os contratantes tenham notícia das formações por meio de pessoas que já por ela passaram, conhecendo e apostando na história da instituição e no modo de trabalho de seus membros. Outra maneira deve-se a contemplação dos projetos em editais e licitações públicas para a construção de núcleos ou equipes de JR em regiões da cidade e outros estados. Os contatos inter equipes são quase sempre realizados através de um funcionário ou membro da instituição contratante e um responsável pela formação da equipe CDHEP.

A partir dos contatos entre equipes e da contratação formalizada, a equipe responsável envia uma lista de materiais a serem utilizados nos encontros. São em sua maioria materiais escolares, facilmente encontrados em papelarias comuns. Completa-se o material com uma apostila contendo os textos, as figuras, os diagramas, as tabelas e os exercícios que serão

¹²² Ver *Continuo de Práticas Restaurativas*, capítulo 3.

utilizados durante a formação. Um espaço que comporte as atividades propostas com conforto e segurança para os participantes também se faz necessário. Estas exigências se vinculam à qualidade da formação e à manutenção da tranquilidade dos educadores para poderem se dedicar atentamente aos processos emergentes nos grupos. Ruídos, problemas técnicos ou logísticos não raro surgem como críticas nas avaliações finais das formações. O preparo prévio da sala de formação inclui a disposição das cadeiras em um grande círculo de trabalho. É interessante que haja uma lousa para usos eventuais, ainda que esta não seja obrigatória.

Talvez um último detalhe para atentarmos seja quanto o número de participantes. Arelada à expectativa do comprometimento do grupo e da eficácia da instituição contratante em convocar seus associados, é esperado que haja um número mínimo de vinte pessoas participando ativamente dos encontros, ainda que este número provoque um baixo aproveitamento dos custos que envolvem a formação, não por sua dimensão financeira mas, como já dissemos, quanto ao interesse maior do CDHEP em formar núcleos de JR. De modo geral, espera-se um número próximo de trinta participantes para que, mesmo com desistências e imprevistos, haja um bom número de profissionais dispostos a prosseguir para a segunda formação.

Por outro lado, um número próximo de quarenta participantes também passa a ser desinteressante para o andamento das atividades por algumas razões: um número maior de inscritos implica a necessidade de uma sala maior para acolhê-los com conforto; mas com um raio maior do círculo grande, aumentam também as dificuldades para que todos possam ser ouvidos em suas colocações e para o controle de eventuais dispersões da turma. Como veremos durante os encontros – e isto se mostra significativo – há uma grande diferença ter 10 ou 20 pessoas querendo expor ou comentar sua experiência quando a fala é aberta para considerações espontâneas, o que ocorre ao final da maioria das atividades. Estes momentos são alguns dos mais importantes da formação – configuram-se nos intervalos entre o fechamento de uma atividade e o início da seguinte, um tempo para os participantes assimilarem suas experiências e poderem expressar sensações, dificuldades com o tema, acrescentarem experiências ilustrativas de aprendizado ou dúvidas. Estes momentos são muito esperados pelos educandos, pois abrem o debate para as colocações individuais ao mesmo tempo em que introduzem, nos próprios encontros de formação, os princípios da JR ligados à equidade de fala. Este diálogo entre prática formativa e prática restaurativa corrobora a teoria por meio do confronto franco de diversos olhares sobre a cultura de justiça presente e a

almejada.

4. 1 Primeiro Encontro – Por uma Cultura de Paz, Perdão e Justiça

O objetivo deste primeiro encontro é estabelecer a primeira relação do grupo, o primeiro sustentáculo da vinculação subjetiva a se formar para proporcionar um ambiente seguro e amistoso às pessoas que, em sua maioria, nunca se viram antes. É preciso criar condições para que os participantes se conheçam, partilhem sentimentos de segurança, confiança e companheirismo para que, ao final, se percebam como corresponsáveis pelos percursos uns dos outros e entendam que os percorreram juntos se ajudando.

Em um documento produzido para ser usado como eixo dos encontros, destaca-se nesta etapa

Apresentação institucional do CDHEP, seu histórico, sua localização e sua atuação desde 2005 com práticas de Justiça Restaurativa. Estabelecer relação entre a missão e localização do CDHEP, o processo do curso e suas interfaces com a dimensão pessoal e social.

Apresentar a Escola de Perdão e Reconciliação como possibilidade de superação e prevenção da violência e entrar em contato com a “nossa” violência. Expor a ESPERE como uma possível prática de superação e prevenção de todos os tipos de violência. Expor as dimensões da violência: pessoal, interpessoal, social e cultural. (MODULOS ESPERE, 2013)

O início de cada encontro, tradicionalmente, começa com algumas atividades corporais, tais como alongamentos, exercícios de respiração e até mesmo jogos e brincadeiras em que todos participem ludicamente e possam se divertir. Cursos localizados em centros urbanos costumam desgastar os participantes logo cedo com sua agitação, trânsito e stress. Estas atividades introdutórias servem de acolhimento e de construção coletiva de um ambiente seguro.

O primeiro encontro começa com as apresentações dos educadores e da proposta das ESPERE, passando por breves considerações quanto à história do CDHEP. A apresentação do curso pode ser encontrada na apostila que é entregue aos participantes durante a formação:

“As Escolas de Perdão e Reconciliação (ESPERE) começaram em Bogotá, Columbia em 2001. A cidade, que era considerada uma das mais perigosas do mundo, hoje tem o título de Cidade da Paz, concedida pelas Nações Unidas.

O CDHEP, desde 2005, oferece o curso ESPERE com o objetivo de transformar os conflitos e prevenir e superar a violência. É uma capacitação teórica e prática que contribui para o crescimento humano e trabalha com comunicação-não-violenta, mediação de conflitos, práticas e justiça restaurativa. A metodologia é participativa e considera as quatro dimensões do ser humano: aspectos cognitivos, emocionais, comportamentais e espirituais. A formação em Perdão e Reconciliação atinge a dimensão da subjetividade combinada com a dimensão sociopolítica. Com isso, as pessoas são capazes de desenvolver um novo olhar sobre perdão e justiça. Atualmente a metodologia da ESPERE é aplicada em 14 países.” (CDHEP, 2012, p.1)

Destas duas apresentações referidas gostaríamos de atentar para as dimensões nas quais a metodologia está circunscrita: cognitiva, emocional, comportamental e espiritual. As quatro estão associadas às atividades e dinâmicas propostas pelo curso, cada uma à sua maneira. Isso será retomado mais à frente quando estivermos caracterizando algumas delas.

Na sequência do curso, é feito um convite às pessoas a se apresentarem. As perguntas que devem responder são enunciadas e dispostas num quadro, papel craft (grande) ou lousa; São, comumente, distribuídas cartelas para as respostas individuais. Uma maneira frequente de iniciar as atividades é coletar as seguintes respostas dos participantes 1) Seu nome; 2) De que grupo, cidade ou equipe institucional faz parte; 3) Uma qualidade que a identifique ou destaque; e 4) Uma coisa que quer que o grupo saiba dele. Os recursos para organizar a exposição das respostas podem variar um pouco: pode-se utilizar, por exemplo, uma bola para ser lançada de um para outro a fim de dar sequência às apresentações. Outra maneira é a “dinâmica dos pezinhos”: no chão ao centro do círculo são dispostos papéis em formas de pezinhos (ou pegadas) e cada participante deve apanhar um par, responder às perguntas 1 e 2 (acima) e escrever em cada pezinho *dois passos que tenham sido importantes na sua vida até este momento*¹²³. Neste ponto é comum distribuir crachás e canetas de ponta grossa aos participantes para que se identifiquem, contribuindo para o respeito e a organização das contribuições pessoais. Também é entregue a apostila do curso contendo os textos, os exercícios, os diagramas, as tabelas e outros recursos que serão utilizados ao longo do encontro.

Devemos lembrar que cada um destes detalhes corroboram com as orientações formativas em direção a fortalecerem a segurança, a empatia e o respeito, servindo como fundamentos afinados para uma prática coerente de ensino.

Expectativas – Como sou violento?

A segunda atividade, geralmente, varia pouco. Como animadores, convidamos as pessoas para se reunirem em duplas ou trios com o intuito de partilharem entre si as *expectativas* em relação ao processo do curso. É estipulado um tempo para pensarem, discutirem e então retornarem ao grupo todo para a exposição. Segue-se pela montagem de

¹²³ Alguns exemplos expressados nesta atividade: “quando tive meu primeiro filho”, “quando terminei minha casa”, “quando me casei”, “quando superei uma doença/internação/acidente grave” ou “quando me inscrevi neste curso”.

um quadro com as respostas, na lousa ou num recurso projetivo como o programa de computador *power point*. Tradicionalmente, não se trabalha com as expectativas neste momento, apenas deixando-as reservadas para eventuais consultas.

Feito esta primeira abertura do tema, passa-se para a terceira atividade, denominada “*Como sou violento?*” Na apostila, encontram-se as seguintes perguntas para serem respondidas individualmente: “1) De que forma você é violento? 2) Quais efeitos têm em sua vida esses comportamentos violentos? 3) Normalmente, como você interpreta e explica seus comportamentos violentos?” (CDHEP, 2012, p.57). É oferecido um tempo para que possam responder. Em seguida, pede-se que se reúnam em grupos de três ou quatro pessoas para discutirem possíveis semelhanças e diferenças nas suas respostas pessoais. Faz-se uma plenária para coleta das respostas que, de maneira geral, não se distanciam das seguintes: 1) com as palavras, com gestos, com indiferença; 2) tristeza, raiva, rancor, ódio, distanciamento, mágoa, problemas de saúde; 3) calor do momento, stress, falta de comunicação, preconceito, medo, insegurança, querer ganhar/não perder uma disputa. Deixa-se que se manifestem livremente com a pergunta: *o que este painel me diz?* Além disso, uma outra e importante finalidade (atividade) é aproximar e ambientar os participantes com a escuta do outro, a expressão de si no grupo, para que a formação dos *grupos de confiança* formados na *dinâmica da argila*¹²⁴ seja menos estressante e mais frutífera.

Círculo de vitimização ou reprodução da violência

A seguir apresentaremos o “círculo da Botcharova” utilizado como cerne de toda a formação ESPERE¹²⁵:

¹²⁴ Cf. Encontro 2.

¹²⁵ BOTCHAROVA, Olga. Implementation of Track Two Diplomacy Developing a Model of Forgiveness. In: HELMICK, Raymond G. S.J., & PETERSON, Rodney. Forgiveness and Reconciliation. Religion, Public Policy & Conflict Transformation. Philadelphia: The Templeton Foundation Press. 2001. Figura: Seven Steps Toward Reconciliation.

O círculo central – sete passos para a agressão

Graficamente exposto ao centro, o círculo central exhibe os sete passos em direção à vingança ou a descrição de como respostas naturais ao dano e à injustiça podem levar a vítima a se tornar um agressor; ele compreende tal circularidade de agressões como um percurso comum ao processo de vitimização. A ideia de se iniciar o primeiro tempo da agressão com o “ato de agressão” é relativo, pois se trata de uma circularidade, ou seja, não há entrada nem saída (causa e consequência lineares), mas uma sequência de passos que, no limite, nunca deixam de se referir. Entretanto, inicia-se a explicação por este “primeiro” ato de agressão, seja ele determinante de danos físicos, psicológicos e/ou morais, entendidos como reações inevitáveis à ofensa. As vítimas, inicialmente, podem vir a se sentir paralisadas, impedidas de qualquer compreensão da realidade e de reação frente a ela, seguindo de negação da ofensa por não conseguir olhar para a “feia ferida aberta”, ao estrago que foi feito. Portanto, o passo da experiência da *dor, ofensa, choque e negação* é visto como sequência natural. A dor da perda, o medo de não poder prosseguir com a vida na ausência do que foi perdido e a falta de vontade de reafirmar a dignidade humana, são algumas consequências do processo de

vitimização e que sinalizam necessidades a ele vinculados.¹²⁶

O segundo tempo da agressão, o da *consciência da perda e o pânico* faz com que a vítima seja obrigada a um reconhecimento de danos, i.e., passa a ser oprimida por um medo profundo de perceber a totalidade do que perdeu – danos físicos (órgãos, membros, pessoas), materiais (pertences caros, objetos de valor) e/ou morais – e o que a falta destes pode implicar no futuro do indivíduo. Quando este passo se inicia, a anterior negação da realidade dos danos dá lugar à negação de seus efeitos, sofrimentos e medos decorrentes de um prejuízo.

Acreditamos que a importância desse segundo passo se dê sob a condição do sujeito em reconhecer-se psiquicamente machucado, condição que abre a possibilidade de sair do círculo, mesmo que o sujeito não o faça neste momento¹²⁷. A passagem para o passo seguinte faz o círculo da violência seguir adiante, o que ocorre a partir da *repressão* da dor, tal como nos mostra a autora. A repressão faz com que as perdas do presente e/ou futuro sejam pensadas como uma coisa só, i.e., do dano ocorrido no passado dependiam outros tantos elementos que dizem respeito ao que a vítima é e o que poderia vir a ser¹²⁸. Botcharova ilustra a formação de uma “bola-de-neve” de emoções que se aglomeram entorno da ofensa, onde gravitam medos e hesitações. A negação do luto serve ainda para esconder fortes sentimentos de vergonha, vistos sob ponto de vista da autora como os mais deletérios em matéria de auto-estima e afirmação de identidade.¹²⁹

Ainda que se esforce, a necessidade de conhecer a origem da agressão se torna um imperativo para a vítima, sob o risco de ter sua vida ameaçada novamente. Todavia, por conta da percepção do mundo de uma hora para outra ter se contaminado por perigo e medo, a vítima abre mão de contar com ele, inclusive para obter ajuda. Mas muitas outras justificativas podem se formar para ela a fim de convencer-lhe desse mau investimento. A vítima então volta a si mesma a fim de encontrar as respostas para seu sofrimento, aquele único lugar que ainda reconhece como seguro, ali onde imagina estar protegida para se fazer a pergunta do quinto passo: *por que eu? Por que comigo?*

Quando neste movimento de retorno para a interioridade o sujeito passa a uma

¹²⁶ op.cit. p.07.

¹²⁷ Casos de sujeitos que apresentam dificuldades estruturais ou incapacidade de sentir tais sentimentos, de estruturas psíquicas predominantemente perversas ou psicóticas, apesar de sua importância, não serão abordados aqui.

¹²⁸ Não é difícil imaginarmos pessoas que, após se machucarem ou serem feridas por uma ofensa, se esforçam em evitar que os efeitos psíquicos decorrentes não comprometam compromissos assumidos, responsabilidades, tarefas e obrigações.

¹²⁹ Ibid. p.22

condição de vítima¹³⁰ mais complexa, uma vez que cria raízes que a estabilizam neste último reduto de segurança. Neste lugar o sujeito pode passar a se dedicar a uma tarefa: culpabilizar o mundo e *o outro*, se valendo da raiva que atribui ao passado para agir no presente. Neste passo a vítima pode se perguntar “*o que fiz para merecê-lo?*” no intuito de conseguir operar inconscientemente uma resposta aos eventos que a atacaram; como não encontra ou compreende os sentidos deste passado violento em si mesma, a vítima *a-credita* numa responsabilidade que, sozinha, não tem. Operando aquela pergunta por sua falta de resposta (silêncio de sentidos e significados), a vítima consegue inserir neste vazio sua verdadeira responsabilidade e lançá-la para o mundo. Esta fonte de dor que ecoa até o presente de sua vida reencontra lugar oportuno como um conteúdo de verdade em lugar da necessidade de resposta. Para dizê-lo de outro modo: “qual o sentido desta violência que sofri?” - não se obtém resposta. Neste vazio, a verdade incômoda que esmaga a vítima com seu poder onipresente encontra um destino seguro: o perigo do mundo e do outro que me atacou. O sujeito vítima, amedrontado pelo mundo que o faz sentir dor diuturnamente, só conta consigo mesmo para se proteger, ignorando que a reprodução da violência se fará adiante também através dele. A vítima cumpre sua missão de encontrar um entendimento histórico e a origem da violência que buscava: o mundo é violento, por isso sou violento.

Aqui é estabelecida a primeira relação entre atividades (*como sou violento?*) de modo a ilustrar modos de funcionamento em processos de vitimização. Os participantes das formações se identificam muito com este ciclo, riem de si mesmos ao se verem como pertencentes ao processo de se tornarem eles mesmo ofensores. O que resulta disso é um desconforto ou uma agitação momentânea. Controlado o momento, solicita-se que haja uma contenção de eventuais perguntas que não tratem especificamente da apresentação e das etapas já descritas.

Por razões que impedem ou dificultam a vítima a encontrar um ambiente seguro que a ajude a *expressar* seu inevitável sofrimento, a dividi-lo com outros e assim torná-lo mais representado enquanto tarefa de significação, além de manter sob controle o excesso, ela se vê isolada, desamparada e obrigada a lidar com o episódio de modo culposos, acumulando a confusão de responsabilidades, quanto ao presente: *Por que eu?* – E quanto ao passado: *O que fiz para merecê-lo? Sou culpado por isso?* Esses questionamentos internos visam a encontrar um desvio para os sentimentos em direção a outros alvos que não a si mesmo. É quando são

¹³⁰ cf. sobre a condição política de vítima, cap.5.

priorizados os elementos da percepção fragmentada do perpetrador da ofensa para vinculá-los ao automatismo das defesas contra um novo ataque. Assim, a vítima ataca antes para destruir fontes ou redes de fontes daquele perigo do passado: família, amigos, etnia, religião, nacionalidade, idade, gênero, ideologia política ou qualquer outro traço que marque o outro com a insígnia do ofensor, assim como pessoas incapazes de ter evitado a ofensa ou que não experimentaram perdas similares. Por fim, o mundo deixa de fazer parte da interioridade para se tornar sua antagonista, um lugar de *não-conhecidos* visto como hostil ou irresponsabilizado.

A vítima não encontra espaços de expressão, mas continua lidando com as necessidades de significações para dar conta do evento violento e das consequências decorrentes dele. Como a pressão interna não cessa, a vítima parte em busca de alternativas para aliviá-la, porém, contando com recursos finitos. Os processos elaborativos de que dispunha estarão ocupados, tentando conter e impedir que as forças que demandam significação transbordem e causem novos danos à sua vida, àqueles significados ainda preservados¹³¹. Com seu pensamento sendo consumido em repressão, a vítima contará com menos recursos para reparar os danos que se fizerem. Ela buscará reconquistar seu equilíbrio psíquico em lugares mais seguros, como em sua *percepção*, uma vez que esta apresenta significados mais estáveis, alicerçados no tempo das experiências perceptivas, mais difíceis de serem corrompidas por serem mais antigas, investidas com relativo sucesso desde o início de sua constituição psíquica. Pautando-se por estes dados, a vítima irá ilustrar as razões/origens da violência/do mal preenchendo suas necessidades com os elementos percebidos durante a ofensa.

Consequentemente surge um “desejo de justiça/vingança” ou uma efetiva justiça vingativa como necessidade de ação contra as origens ofensoras. Esta justiça jamais logra sucesso e costuma agravar ainda mais o estado de injustiça sentido pela vítima, pois reforça o estado que gerou a expectativa punitiva, de causar danos a terceiros; o estado originário repousa na necessidade de curar-se dos danos da ofensa. As expectativas das vítimas então aumentam e, enfurecidas, vão ao encontro de agressões justificadas em cruzadas por vingança.

A autora nos lembra que dúvidas quanto à legitimidade ou existência de uma natureza

¹³¹ A vítima quer retomar o controle do tempo. Ela conhece o meio da história (como são seus efeitos) e quer encerrá-la. Para isso parte para conhecer seu início (como começou) e seu fim (como não repeti-lo).

maligna na empreitada vingativa se encontram enfraquecidas ou distantes na confusão inicial da vítima. Se houver escuta para estas dúvidas, a vingança pode nunca ocorrer, mas ao abrir mão delas a vítima cria um ambiente favorável para a continuidade de suas elucubrações. Quando possível, a vítima “cria a história 'certa' [para] desumanizar” o mundo, fazê-lo caber em seu recorte perceptivo para então imaginá-lo pertencente a um inimigo a ser combatido. Isto cumpre favorecer um canal emocional por onde a vítima consegue com mais facilidade dobrar e suspender parte de sua consciência, podendo assim autorizar/justificar o depósito de sua destrutividade. Não vendo como abdicar de seu lugar de vítima, mas se identificando com este único lugar seguro, confiável, bom e dotado de sentido, ela elege o *outro* como fonte de sua dor, alvo de desencadeamento de “agressões justificadas”.

Nessa ocasião queremos ilustrar metaforicamente o que se passa com a vítima, tomada aqui como um “submarino”. Após perceber uma forte explosão, conhecida ou não sua origem e avarias, são ativados dispositivos emergenciais que selam compartimentos e setores inteiros a fim de evitar que incêndios ou vazamentos subsequentes se espalhem. Uma vez ativados os dispositivos automáticos, duas são as tarefas de sobrevivência da embarcação: identificar a origem do ataque e fazer um relatório de danos. Estas tarefas são imperativas, pois visam (1) uma navegação mais segura contendo uma estratégia de defesa contra novos danos e (2) a manutenção interna dos locais danificados. Esta segunda, manutenção interna, é talvez a mais importante no médio e longo prazo, pois reparar o maior número de avarias possíveis reduz as chances da tarefa (1) falhar. Isso porque as defesas automáticas podem conter *momentaneamente* a escalada dos danos, mas não saná-los. De outro modo, sem as informações e planejamento de reparos, não é possível conhecer ou controlar a navegação com segurança. Inundações e incêndios se agravam com o tempo e podem vencer defesas em direção a outros compartimentos.¹³²

O Círculo da Botcharova é pilar da formação das ESPERE não sem razão; seu poder ilustrativo faz com que haja grande identificação dos participantes com seu mecanismo. Não se costuma abrir para questões dos participantes neste momento; é preciso antes indicar que há uma *saída* do círculo, que este padrão dos efeitos de vitimização não afirma que toda vítima se torna um agressor ou que todo conflito social desencadeie guerra ou mais violência.

Aproveitaremos o ensejo para um questionamento mais global que levanta hipóteses a

¹³² Para voltarmos à situação de vitimização, se uma mãe solteira é assaltada ela deve fazer o possível para conter os efeitos naturais deste episódio, pois se por consequência vier a adoecer de algo que a impeça de trabalhar, poderá perder seu sustento e o de seus filhos; o mundo tenderá a ficar cada vez mais hostil.

serem testadas futuramente quanto aos mecanismos sociais que favorecem este círculo central de reprodução. Ao acompanharmos como determinados episódios de violência costumam ser mais tolerados que outros, indicando intencionalidades sociais para tal, veremos como a repressão por parte das vítimas é parte significativa da reprodução maquinal da violência. Violências comuns em nossa sociedade como a misoginia, a homofobia e até mesmo o criminalizado racismo são exemplares dessa cumplicidade social e que não deixam de cumprir um silenciamento, dificuldades e obstruções à expressão da violência para que seja tratada responsabilmente. Queremos afirmar, contudo, que estes mecanismos visam isolar as vítimas propositadamente, pois, quando notícias destas violências se apresentam, a sua esteira correm discursos que amenizam questionamentos quanto às *responsabilidades* coletivas intrínsecas a estes episódios. Se lembrarmos das duas tarefas as quais as vítimas se percebem obrigadas a atentar (sanar danos, navegar com segurança), veremos que isto cumpre condensá-las sobre uma única tarefa: sanar os danos *para que isto não se repita*. Dessa forma, sem constrangimentos, há uma priorização de certos grupos a serem vitimados para que, sozinhos e isolados, não consigam diferenciar o que é de responsabilidade social (cumplicidade, inércia e *status quo* ligado ao passado) e o que é sua responsabilidade. Esta, a responsabilidade individual, será o foco do trabalho das ESPERE e horizonte do perdão.

Queremos dizer que esse esmagamento de duas responsabilidades diferentes é a que culpabiliza vítimas frente às agressões que venham a sofrer, tal qual o funcionamento de uma profecia circular, autorreferente e que não revela sua origem. A sociedade o faz ao encurralar e obrigar a vítima a reprimir o dano sofrido para que possa continuar sua vida. Como veremos, esse mecanismo une dois grupos distintos de responsabilidade (a do ofensor e a da vítima) sobre um, a vítima¹³³, aquela que detém o poder de perdoar.

A prioridade de alvos para se vitimar determinados grupos coincide com o fim do ciclo: *esconder e esquecer* a violência ali onde ela pode se ligar a outros significados que ameaçam a estrutura social que a reproduz. Dito de outro modo, os grupos mais excluídos da ordem social (mulheres, negros, homossexuais, judeus, ciganos, nordestinos, entre outros dependendo da população referente) são também aqueles que a transformariam, e, tal como toda transformação social inclusiva requer a interrupção de certas reproduções para que outras surjam, é também sobre estes grupos que recai a culpa por suas próprias violações.

¹³³ Esperamos encontrar com Botcharova e a sequência do curso a ideia de que vítima e ofensor são posições politicamente complementares, dois lados forjados de uma mesma moeda.

Tudo isso para dizer: a saída do círculo da violência através do perdão guarda um paradoxo que inverte os efeitos deletérios da vitimização em efeitos radicais de inclusão. Seu potencial liberta a vítima e impõe uma consequente *falta* à entrada do círculo, o “ato de agressão justificada”, privando-lhe dessa etapa, seu alimento.

Um exemplo deste efeito do perdão dado pela autora vem de sua experiência como facilitadora de círculos restaurativos com sobreviventes da guerra na região da antiga Iugoslávia. Um dos presentes levanta-se para exibir marcas de queimaduras e esfaqueamentos que sofrera, vítima de soldados sérvios. Ele relata que fora espancado, torturado e sua filha, então com dezesseis anos, estuprada em sua frente, para logo em seguida serem deixados à própria sorte num campo minado. Ambos conseguiram sobreviver. Questionado sobre o que havia acontecido para que alcançasse seu perdão, como e em que momento este se deu, este pai respondeu com relativa facilidade. Foi ali mesmo onde os soldados o humilharam. Após convencer os soldados a reservar-lhes dois minutos para que fizessem suas preces antes da execução, pai e filha passaram a rezar. A garota então vira-se para os três homens e educadamente pergunta-lhes seus verdadeiros nomes. Alcoolizados, os soldados zombam da menina, dizendo que não haveria outro minuto ou lembrança de qualquer nome. Mantendo a seriedade, a garota insiste pelos nomes verdadeiros, pois estava pedindo a Deus que os perdoasse pelo que estavam fazendo, e que seu pai a havia ensinado a usar os nomes verdadeiros para que sua prece fosse ouvida. Ainda que os soldados não lhe tenham dado seus nomes, tampouco se dispuseram a realizar qualquer execução, limitando-se a deixá-los num campo para serem mortos por minas terrestres.

Os passos para o perdão e a via da reconciliação

Posto isso, o curso passa a descrever a proposta da autora para a saída do círculo da violência. Após o terceiro e inevitável passo do círculo (“consciência da perda/pânico”) é aberto um caminho que leva ao passo da *expressão da dor/luto*. Aqui é feito um paralelo entre as palavras *repressão* e *expressão*, mostrando que enquanto uma opõe pressões, a outra as alivia. Com efeito, a distinção entre *reprodução* da violência e *interrupção da reprodução* da violência será indicado pela forma de escoamento do contingente de pressão a qual sofre a vítima.

Toda ofensa compromete as capacidades internas de um sujeito, seja em sua

capacidade de formar vínculos, em sua sensação de estar seguro no mundo ou quanto aos sentidos de sua vida. Ao mesmo tempo, estas capacidades são sítios para lidar, usar e alcançar as experiências do sujeito, sejam elas perdas, danos, medos, frustrações e dores, ou amores, paixões, prazeres e gostos. Quando uma ofensa ocorre – mais às vítimas que os ofensores – caminhos e vínculos se quebram e sítios se perdem (família, trabalho, estudo, amizades, saúde física, saúde mental, ambições, amores, ideais, etc.) com sérios prejuízos ao indivíduo. O que o círculo vem mostrar é que se não forem dadas condições de expressão desse fluxo e acúmulo de energia (sentimentos) que fazem ser conhecidos minimamente os locais que se quebraram, vias de escoamento emergencial terão maior chance de se abrirem, ou seja, novas ofensas e novas rupturas são favorecidas.

A autora afirma que, no entanto, a expressão da dor não precisa ocorrer precisamente no tempo indicado graficamente, mas o este início do processo de cura deve se dar o mais cedo possível, *de preferência* pouco depois que o trauma do conflito e da perda ocorrem, ainda que isso não impeça sua entrada durante os passos seguintes, antes do ato de retaliação. Quando as vítimas se expressam é comum que afirmem: dor, medo, choque, pânico, impotência, ódio, raiva, rancor, insegurança, pavor, humilhação, vergonha, angústia, terror e sofrimento. Esses sentimentos são os mais comuns e raramente deixam de ser mencionados. A diferença de uma vítima para outra se dá em seu testemunho e no modo com que preenche de afeto o relato de sua vitimização.

A “mágica” começa com a vítima permitindo-se sentir a dor e sofrimento, ficando com a tristeza por algum tempo, deixando-se mesmo chorar e lamentar. Este é um processo de reconexão com os sentimentos naturais da perda e do sofrimento, é ir além de se esconder de sentimentos dolorosos dentro da dormência, silêncio ou raiva como tentativa de projetar uma força superficial. Quanto mais adequadamente tais emoções são expressas, mais depressa é possível mover-se e realmente sentir-se mais forte para tomar controle sobre elas. O que a vítima tem como experiência neste estágio é exatamente o que ela legitimadamente deseja de todos os outros – atenção e pleno respeito para seu próprio sentimento. (BOTCHAROVA, p. 12, 2008)¹³⁴

Esta etapa faz a vítima encontrar as “feias feridas abertas”¹³⁵ em sua vida, autoimagem

¹³⁴ “The “magic” begins with the victim allowing himself to feel pain and grief and stay with sadness for some time, even allowing himself to cry and mourn. It is a process of reconnecting with the natural feelings of loss and grief, rather than hiding from those painful feelings into numbness, silence and anger; instead of trying to project superficial strength. The more congruently and adequately those emotions expressed, the sooner it is possible to move on and actually feel stronger and take control over them. What the victim has to experience at this stage is exactly what he will rightfully demand from all others - attention and full respect to his own suffering.” (trad. Joana Blaney)

¹³⁵ “Ugly gaping wound”

e identidade. É importante lembrar que sentimentos de humilhação e vergonha são desencadeados pela devastação da ofensa, pela terra arrasada de escombros que lembram a visão de ruínas e destroços onde antes a vítima podia encontrar abrigo, familiaridade e segurança. É comum que para a pessoa machucada este seja o período dos mais difíceis por ela não saber por onde começar a limpar seu machucado. Observar a magnitude da devastação é muito doloroso e consome muita energia.

No entanto, será precisamente este o campo de ação do perdão, ou o que o curso ESPERE convém chamar nesta etapa de *auto perdão*. Essa distinção cumpre atender a uma necessidade sequencial, quando, antes de poder perdoar seu ofensor, a vítima deve conseguir se perdoar. A anterioridade do auto perdão vem contribuir para a formação do facilitador ao passo em que 1) a prioridade é a atenção aos efeitos para a vítima e 2) ela não terá poder sobre o seu próprio perdão para oferecer ao outro, i.e., sem que o tenha feito para si. É dizer que enquanto a vítima não tiver controlado minimamente os efeitos deletérios da ofensa para a sua rede de significados, ela não poderá ajudar o ofensor a fazer o mesmo, vez que ainda haverá lugares e sentimentos de dor, raiva e rancor desconectados e ainda à espreita de oportunidades para escoar¹³⁶. Portanto, é crucial o entendimento de que o processo curativo do perdão acontece primeiro da vítima para ela mesma, para só depois seguir às outras pessoas. No entanto, e para que fique mais claro, tratamos o todo por perdão, fazendo com que o contexto diferencie os destinos.

Para Botcharova, o perdão é razão incondicional de cura da vítima e tem início nesta etapa como forma de restabelecer o que foi perdido. É dizer, o processo de perdão vai lentamente limpando os destroços, guardando cuidadosamente elementos que possam aos poucos ajudar a reconstruir a vida da vítima, atendendo suas necessidades, costurando o que foi rasgado e deixando peças ou pontos que remetam ao período de vitimização para que possam ser posteriormente lembrados, homenageados e revisitados. O processo é análogo à criação de memoriais, obras e peças de arte (ou tornadas arte) que guardam significados velados e para além daqueles que se apresentam à observação, de um passado que já foi sentido como irreparável. A memória da vítima também deve se preencher desses objetos atravessados pelo tempo e grupos de significados que, se preservados, fazem lembrar um tempo de sobrevivência, de esforço de reconstrução e de que aquele não é mais um lugar

¹³⁶ cf. passos seguintes à *repressão*.

como outros, mas carregado de uma história de superação ou uma história de vida.¹³⁷

Devemos ter atenção especial a estes passos do círculo envolvendo a repressão da dor, pois fazem entender que o ato violento traz responsabilidades para a vítima não antes, mas *a partir* da negação dos danos (repressão) e, por essa razão, falamos aqui de responsabilidades no plural. A consequência direta desta constatação para este trabalho é uma desmontagem da *culpa* tal como ela é culturalmente utilizada. Isso é sinal de concordância com a JR, pois esta não lida com culpa, mas com responsabilidades sendo encontradas e assumidas, i.e., responsabilização.

Se imaginarmos o psiquismo como um moinho construído vagarosamente, com os recursos e o fluxo de água (energia) que estiveram disponíveis desde a infância do indivíduo, a ofensa se assemelharia a um tsunami atingindo o engenho que, até então, acostumara-se a um intervalo mínimo e máximo de quantidade de água em seu leito. Os estragos dessa surpresa excessiva dependerão da relação entre estrutura do moinho, volume e tempo de excesso de água chegando. Muitos quadros podem ser montados a partir dessa construção e um deles nos interessa na descrição de um tipo de escoamento: uma alternativa para repetidas chegadas de grandes volumes de água seria um enrijecimento roda para torná-la mais resistente ou para que se consiga desviar parte do volume. Esta imagem pode nos fornecer ilustração do que costuma se observar em vítimas que passam a ofensores: repressão de dores e excessos por longo tempo provocando perdas de sensibilidades e escoamentos que visam livrar-se de um excesso a fim de retomar um controle do processo de vitimização.

4.2 Segundo encontro – *vou da escuridão à luz*

Este é o mais importante dos encontros das ESPERE por conta da montagem de grupos que será utilizada ao menos até o sexto encontro, *os grupos de confiança*. Para isso, para além das cerimônias de acolhida e “aquecimento” feitos ao início das atividades, é dedicado um trabalho para se criar um espaço mais seguro possível a todos os participantes. O desconforto das atividades centrais seguintes deve ser contrabalanceada com o preparo cuidadoso quanto ao conforto e a estabilidade do ambiente que será armado. O eixo condutor

¹³⁷ Na Polônia, à frente de uma casa em que morava uma família de judeus levados para campos de concentração durante a ocupação nazista, no lugar do calçamento, até sua entrada, foram colocadas “pedras de tropeço”, paralelepípedos metálicos com as inscrições, nomes e parte da história daqueles que ali moravam. A função era fazer tropeçar os visitantes a fim de atentá-los para a história passada ali.

desse dia é *conseguir com que os participantes consigam se abrir à experiência de reviver um conflito em que tenham sido vítimas*. Os materiais utilizados para este dia são músicas, argila, cartelas para apoiar argilas, pregos, pedras, galhos e folhas secas, serragem, arames, colchonetes, a lousa, o giz e o aparelho de som.

A acolhida deste dia é feita com atividades de integração do grupo e que permitam um contato direto uns com os outros, com suas características pessoais, favorecendo um ambiente de maior proximidade entre eles. Jogos lúdicos de desenho, como a *dinâmica dos bichos*, criam um clima favorável à produção artística.

Esta funciona assim: cada participante escolhe um dos animais do horóscopo chinês com o qual mais se identifica, o desenha numa folha e descreve três características suas que se assemelhem ao animal escolhido, partilhando com o grupo em seguida. Quando possível, dessa atividade podem vir outras que brinquem com essa identificação: em duplas, um educando guia o outro vendado pela sala movendo-o apenas com a reprodução dos sons do animal escolhido, cada um com sua dupla e em meio a todas; invertem-se os papéis após um tempo, finalizando com uma rodada para se colher as impressões das atividades.¹³⁸

É possível que se forme os grupos de confiança neste momento, dando as coordenadas para tal (ver adiante), pedindo que cada um relate uma vivência em que: diante de um problema/dificuldade tenha se sentido acolhido por alguém ou por um grupo. Outras duas possibilidades de integração incluem escuta de músicas ou poemas e a divisão de grupos identificados com cada um e partilha das razões de identificação com os outros; para uma terceira prepara-se um local com vários objetos comuns (isqueiro, molho de chaves, flor, vela, água e outros objetos; o que importa é o educador usar a criatividade) e novamente o mesmo: separação por identificação com o objeto, seguido de partilha de suas razões de escolha.

As atividades agrupadas sobre a ideia de *como lidamos com a raiva?* expõe alguns padrões explicativos que servem como justificativas para evitar o reconhecimento da raiva como sentimento presente em dados momentos da vida, mas que dificultam as relações humanas. É respondido por escrito e individualmente, seguindo para os grupinhos¹³⁹.

Uma última dinâmica se mostra mais próxima corporal e emocionalmente da atividade central do encontro e que a segue. A atividade *Expressão corporal da raiva* se propõe como

¹³⁸ Augusto Boal, publicado no livro “Dinâmica de grupos na formação de lideranças” de Ana Maria Gonçalves e Susan Chiode Perpétuo, Ed. DP e A, 1998, *apud MODULOS ESPERE*, 2013.

¹³⁹ Grupinhos são compostos por três, quatro ou cinco pessoas escolhidas espontaneamente. Eles cumprem a tarefa de partilha entre eles economizando aquelas de grupo todo para atividades mais centrais.

descontração corporal, e que sob determinada perspectiva talvez pudesse lembrar exercícios teatrais de palco, quando, na verdade, convidam a consciência das pessoas a seus processos internos, a observar reações vindas do próprio corpo quando se expõe a determinadas músicas e estímulos propostos. Estas dinâmicas possíveis de serem utilizadas neste momento sugerem ritmos musicais calmos e tranquilos em direção a agitados e estressantes.

Pede-se que o participante fique em pé, sem carregar nenhum peso ou objeto, feche os olhos e se porte confortavelmente sobre os quadris, com joelhos dobrados e respiração lenta, atento para as percepções corporais daquele momento, em especial sua frequência respiratória e cardíaca. São repetidas algumas orientações (manter a calma e a atenção corporal aos sons, ao ar entrando e saindo dos pulmões, aos batimentos, equilíbrio, ao chão sob os pés e assim por diante), nos intervalos entre as comandas da atividade: é pedido que os participantes abram os olhos e caminhem pela sala ouvindo sons tranquilos. Depois, agitados. As comandas variam de um educador para outro, havendo sugestões escritas em seus roteiros de atividade, chamados de *Módulos*: “imagine uma cena feliz, alegre, alguém lhe deu um presente (beijo, sorriso, abraço...) e você está caminhando com esta sensação... Andem pelo espaço olhando para as pessoas à sua volta, troque energia com elas...” seguido de: “Agora imagine que você acordou atrasado e precisa correr muito para chegar a um compromisso... você está apressado... ande pelo espaço sentindo esta sensação... troque esta energia com os outros à sua volta.” e finalmente: “Agora caminhem ainda prestando atenção em seus passos e imaginem uma cena em que sentiu raiva... algo desagradável que te deixou bravo... caminhem com esta sensação... que expressão seu corpo manifesta com esta sensação?”¹⁴⁰ Algumas comandas sugerem que cada um coloque a mão onde a raiva se instala em seu corpo (cabeça, ombros, peito, barriga e testa são mais frequentes).

Há outras comandas condutoras desta etapa, mas a curva dinâmica de todas parte de um conforto físico articulado à propriocepções corporais. Enquanto são dadas sugestões de ações intensificadas por uma performance corporal, passando comumente por estímulos de alegria, tranquilidade, agitação, e raiva, os participantes vão aos poucos sendo conduzidos a um retorno ao estado mais calmo e tranquilo.

Feito isto, passa-se à *Dinâmica da argila* que cumpre utilizar um ambiente seguro para convidar e conseguir com que todos os participantes lembrem-se e revivam um episódio em que foram vítimas, contando para isso com o suporte ambiental já exposto. Também se trata

¹⁴⁰ CDHEP, 2011a.

de uma dinâmica de sugestão; orienta-se que as pessoas se deitem em colchonetes ou se acomodem confortavelmente nas cadeiras. Sugere-se olhos baixos, não fechados, respirando com calma, lentamente, três vezes, buscando levar o ar à região da cabeça, passando em sequência pelo resto do corpo (pescoço, peito, barriga, quadris, pernas e pés).

As orientações seguintes, chamadas de consignas, transcreverei na íntegra vez que os educadores pouco a alteram, expondo com precisão sua sugestionabilidade:

“(Visualização – as consignas são dadas gradativamente, para que haja tempo para o processamento). Agora imaginar caminhando por um corredor que termina em uma escada pela qual você vai descer lentamente, contando 10, 9, 8, 7, (...) 2, 1 – Você chega a uma sala que tem uma poltrona confortável, de frente para uma tela - Você vai sentar e ver nesta tela a imagem de um dia em sua vida em que você foi vítima ou agente de um conflito violento, que lhe deixou com muita raiva e lhe foi marcante – [pausa]. Por favor, congele a tela com a imagem que lhe é mais forte. Pensar – o que esta imagem está dizendo? Era dia ou noite? Estava quente ou frio? Como saiu de casa neste dia? Qual a história do conflito? Como se sentiu? Como acha que se sentiu a (as) outra(s) pessoa (as)? Foi um ato isolado, ou que se repete? Tive parcela de responsabilidade no ato? Houve alteração na dinâmica da equipe com a qual trabalho ou com minha família ou com meu grupo de amigos/as? Isto se repercute ainda hoje? Esta imagem tem um gesto, uma cor, uma expressão, sentimento, palavra? [Pausa] (dar comandos para que o grupo vá tomando consciência do espaço e tempo atual). Novamente 3 respirações – lentas, ir percebendo o corpo, abrindo os olhos e lentamente sentarem-se. (CDHEP, 2013, grifo do original, 2º encontro)

Elaboração da imagem do conflito

Desde o início deste encontro o segundo animador se responsabiliza pelo preparo de uma mesa ou toalha onde serão dispostos os seguintes materiais: *n* pedaços de argila sob cartelas de cartolina¹⁴¹, pregos, pequenos galhos secos de árvore, folhas secas, algodão, serragem e pedras. Não é interessante expor maior variedade de materiais vez que isso implicaria muitas escolhas e estímulo para anseios estéticos que não condizem com a finalidade das atividades, a saber, uma expressão já bastante dificultada por sua natureza violenta. A elaboração da imagem do conflito deve ser estimulada como espontânea e livre. As reações imediatas a seu término podem se apresentar sob formas muito diversas, de conter ou enxugar lágrimas até comentários descontraídos com o participante ao lado. Para evitar dispersões nesse momento inter dinâmicas é pedido que mantenham o silêncio enquanto

¹⁴¹ “n” para número de participantes

retornam aos seus lugares e se recompõem. Vejamos como sua continuidade é conduzida.

É dito para que “cada um pegue uma argila e usem os materiais a seu critério para construírem individualmente uma imagem que terá como base aquela que foi mentalmente congelada quando do conflito vivenciado e as atribuições a ele dadas (cor, gesto, palavra e assim por diante). Esta imagem dá materialidade ao conflito”. É dado tempo suficiente para que todos possam terminar seus trabalhos e levá-los ao centro do círculo de trabalho, onde ao chão se encontra disposta uma canga para recebê-los.

No momento da execução, como orientado pelos animadores, é comum a maioria se dirigir a um espaço mais privado para fazer suas obras; mas também acontece de um ou outro participante inibir-se diante da atividade e passar a manipular a argila de modo aleatório. Para estas reações e outras semelhantes não há um procedimento padrão, tendo claro que se trata de uma dificuldade frente a tarefa. Em alguns casos, particularmente nós, esperamos um movimento de busca com o olhar ou uma comunicação direta que convoque alguma ajuda dos educadores, excluindo-se atitudes que possam pressioná-los de qualquer forma. É comum que a atividade desfaça essa inibição após escutar o participante dizer com suas palavras o que entendeu da proposta.

Logicamente que nem sempre conseguimos lograr total sucesso nesta atividade de expressão do episódio violento; entendemos que a força dos episódios muitas vezes se faz muito presente, independente do quão recente a ofensa foi sofrida, impedindo a pessoa de finalizar a atividade. Por tratar-se de um processo de luto é um momento sempre muito delicado. Por isso a importância de se atentar para o ambiente seguro e acolhedor que é feito ao início dos trabalhos e antes de atividades mais exigentes do ponto de vista emocional.

Após serem convidados a circular ao redor das obras dispostas ao centro é pedido que pensem nas seguintes questões: “Olhando de vários ângulos, como foi fazê-la? O que ela significa para você? O que vê, percebe, sente?”. Se os grupos de confiança não foram formados durante a *Expressão corporal da raiva*, pede-se que trabalhem juntos, separando as obras em grupos de quatro sob critérios visuais (semelhança, tamanho ou forma). Os arranjos podem ser feitos e refeitos, importando mais deixá-los chegar a um consenso, quando então devem afastar e abrir espaços entre as argilas agrupadas para que cada um encontre a sua, ficando ao lado dela. Isso feito, formam-se círculos de pessoas ao redor das respectivas imagens. “Estamos formando os grupos de confiança, então peço que fechem seus olhos agora para que sintam a energia de seu grupo. Se eventualmente não se sentirem confortáveis onde

estão, levantem a mão para possamos fazer trocas entre os grupos”.

A ideia por trás desta última orientação é reduzir as chances de haver desconfortos interpessoais nos grupos de confiança. É esperado que neste segundo encontro alguns não se sintam seguros o bastante fazendo um grupo de confiança com determinada pessoa, seja por conhecê-la fora do curso, trabalhar com ela, ou por discordar das colocações que expôs durante a formação; numa linguagem popular talvez se pudesse dizer que alguns “santos não batem”, não importando tanto por quais razões. Quando possível, algumas formações sugerem que se formem os grupos com pessoas que não conheciam antes das ESPERE; no geral as pessoas encontram configurações equilibradas para a situação.

A ansiedade posterior à lembrança de histórias muito sensíveis disparam medos anunciados em algumas perguntas frequentes, tal como “nós temos que contar toda a história? Contaremos depois para o grupo grande também? E se a pessoa não quiser falar?” ou mesmo a se solicitarem a não participar. Com o possível de tranquilidade neste momento, o animador orienta a atividade da seguinte maneira:

“Peço que ouçam com atenção às estas orientações, pois respondem muitas dessas perguntas. O grupo de confiança deve zelar por seu espaço, escuta, acolhimento, respeito, paciência e silêncios para ouvir o outro. A sugestão para esse primeiro momento é que vocês contemplem as argilas e ouçam os relatos uns dos outros. Assim: O João (p.ex.) se sente seguro e se dispõe a começar, livre e da maneira que ele quiser contar a sua experiência do episódio que retratou aqui na argila dele. Enquanto o João fala, [é dada uma maior ênfase] os outros apenas o acolhem escutando. É importante que aqueles que estiverem escutando não o interrompam, não falem, não opinem, não aconselhem, não comentem ou afaguem, enfim, apenas ouçam o João com o respeito que a situação requer. Quando o João terminar – e peço que cada grupo divida o tempo para que todos possam falar – outra pessoa de seu grupo toma a vez para contar a sua história, e assim por diante. Vocês podem usar o espaço da maneira que quiserem, sair da sala, levar o que quiserem, colchonetes e as argilas”.

É dado um período de 30 minutos à uma hora para que voltem à sala de trabalhos.¹⁴² A cada grupo são dadas algumas cartelas para que cada um escreva numa palavra o sentimento mais relevante na experiência ofensiva, material utilizado ao final do encontro, quando é feita uma celebração como meio de acolher as experiências individuais coletivamente.

Após o retorno dos participantes, costuma-se colocar sobre a canga algumas velas, um copo d'água, algum artefato contendo um pouco de terra ou uma flor para diferenciar um centro visualmente celebrativo por entre as imagens que são ali recolocadas. É feita uma breve plenária para a colocação espontânea das sensações e pensamentos vindos dessa

¹⁴² Em muitas atividades os animadores circulam entre os grupos para tirar dúvidas ou negociar o tempo da atividade a fim de que possam encerrá-las a contento.

atividade, encerrando o dia sugerindo-se que lentamente, respeitosamente e uma de cada vez as pessoas depositem sua cartela trazida dos grupos de confiança com o sentimento mais significativo da experiência.

É costume pedi-lhes que as imagens permaneçam no local dos encontros, em algum lugar seguro durante a semana para que não sejam danificadas por qualquer eventualidade. Em cursos intensivos costumam ser deixadas onde estão para a retomada do dia seguinte se fazer a partir dali.

4.3 Terceiro Encontro - *Consequências da raiva em nossa vida. Perdão como um caminho de transformação.*

Após as costumeiras atividades de acolhida, exercícios de respiração e alongamento, partimos para a retomada do encontro anterior disparando algumas perguntas ao grupo e deixando que se expresse livremente: “Confrontei-me com esta situação? Quero mudar algo nesta imagem que construí (argila)? Houve alguma mudança na minha compreensão deste conflito?” Um parêntese se faz necessário neste momento, não tanto por conta das contribuições dos participantes; estas costumam abranger reações muito variadas¹⁴³. Achamos importante mencionar que eventuais somatizações corpóreas pela emergência de sintomas agudos não são raros¹⁴⁴. Apesar de não ser possível atestar uma relação direta entre estes sintomas com a formação, sua frequência nos parece alta e não deixa de nos alertar quanto a sua causalidade.

O desenho de percurso das atividades até então descritas propõe formas que deem contornos e significados às expressões dos participantes, tal como o primeiro passo para a reconciliação visto acima. Após uma atividade lúdica inicial, neste encontro entramos apropriadamente no segundo passo do círculo da reconciliação (aceitar a perda, nomear e enfrentar os medos) e, na temática deste terceiro encontro isso terá início com o tratamento da

¹⁴³ As reações costumam ser marcadas por alívio, surpresa por conseguirem falar, compaixão pelos sofrimentos relatados em seu grupo, dificuldade em lembrar detalhes, e assim por diante. De modo geral os educandos compreendem a tarefa ao mesmo tempo em que se preocupam com o que foi suscitado em si mesmos. Além disso, também se solidarizam com seu grupo de confiança e passam a encarar estas pessoas de maneira mais carinhosa.

¹⁴⁴ Por nossa experiência, a grande maioria dos sintomas são de natureza gastrointestinal. Em uma das formações intensivas (de uma semana), um participante precisou ser levado para um pronto-socorro na noite do segundo encontro para tratar de uma hérnia, voltando às atividades apenas no terceiro dia. Em outra formação, também intensiva, uma educanda assídua e participativa foi hospitalizada no sexto encontro, voltando no dia seguinte.

raiva. Para abordá-la utilizamos primeiramente o texto de *Robin Casarjian – A raiva e o rancor*¹⁴⁵ em que a autora expõe os efeitos da repressão da dor a partir da emergência da raiva e os mecanismos utilizados com frequência a fim de escoá-la e sua importância para o tema do perdão.

O motivo mais óbvio para perdoar é nos libertarmos dos efeitos debilitantes da raiva e do rancor crônicos. Ao que parece, essas emoções são as que mais convertem o perdão em um desafio que pode ser uma grata possibilidade para quem deseja uma paz maior.

A raiva e o rancor são emoções muito fortes, que desgastam nossa energia de várias formas. Ao retirar as capas protetoras, provavelmente você descobrirá que a raiva, na realidade, é um sentimento superficial. Não porque seja trivial ou falsa, mas porque existem muitos outros sentimentos por debaixo dela. Quando nos perdemos na raiva, ficamos surdos aos nossos sentimentos mais profundos. Aprendemos a escutar somente aqueles que gritam mais alto. (ibid., p.1???)

Vê-se que a abordagem de Casarjian se dá na utilização dos fortes sentimentos decorrentes do conflito para alcançar sua transformação. Se acompanharmos este pensamento, veremos que se trata de uma proposta por onde as pessoas, ao conseguirem baixar suas defesas, deixariam um sentimento de raiva “entrar” para, em seguida, senti-lo e constatarem sê-lo, na verdade, um barulhento *alerta* ligado a sentimentos desconhecidos e encobertos até então. Tal se assemelharia a um alarme: a raiva cumpre a tarefa comunicativa de sinalizar à consciência que esta faça um investimento urgente sobre o mecanismo que a disparou a fim de tratá-la; a boa notícia nos parece que tal desligamento não chega a ser grande enigma, vez que outros sentimentos vem na esteira da raiva quando a deixamos “soar”. Se lembrarmos da nossa metáfora do submarino, a tarefa de reparos aos equipamentos se inicia desativando comportas automáticas (*capas protetoras*) para controlá-las manualmente e abrir compartimentos selados. Resta saber como fazê-lo a partir das informações colhidas com o tempo e, com elas, saber por quais “compartimentos” ou “equipamentos” começar.

As defesas são, portanto, as primeiras barreiras que se armam quando na emergência da raiva, ainda que esta se faça para preservar o todo, como vimos até aqui. A autora fala em “falsos benefícios da raiva”, i.e., aproveitar-se dos efeitos do estado de emergência para justificar estratégias, descritas por ela:

- Você fica com raiva por que isso lhe dá a sensação de ter mais poder e domínio?
- Você usa a raiva de modo impulsivo e como combustível para fazer as coisas acontecerem?

¹⁴⁵ CASARJIAN, 1994.

- Você usa a raiva para controlar os outros?
- Você usa a raiva para evitar se comunicar?
- Você usa a raiva para se sentir a salvo? Acha que serve de proteção?
- Você usa a raiva como uma forma de impor sua razão?
- Você se prende à raiva para fazer com que os outros se sintam culpados?
- Você usa a raiva para evitar os sentimentos que esconde de si mesmo?
- Você usa a raiva para segurar uma relação?
- A raiva mantém você no papel de vítima?
- Você continua sentindo rancor para não se responsabilizar pelo que sente ou pelo que acontece atualmente em sua vida?

Cada um destes itens expressos como aplicativos da raiva contém uma breve descrição de seus usos, mecanismos, funcionamentos e exemplos para fins pedagógicos aos educandos. A seguir exponho a descrição do último item acima (Você continua sentindo rancor para não se responsabilizar pelo que sente ou pelo que acontece atualmente em sua vida?):

Este é, talvez, o ganho secundário que mais incita a manter o rancor, pois, enquanto ele persiste, podemos culpar a outro pela nossa infelicidade. Embora o outro possa, de fato, dar sua contribuição, nós somos os principais responsáveis pelo que sentimos.

Enquanto considerarmos que o problema é exclusivamente externo a nós, enquanto pensarmos que não temos nada a ver com o que sentimos, continuaremos sendo impotentes.

A raiva crônica nos impede de compreender que, independentemente de nossa relação atual com quem a provocou, a decisão de nos prendermos a ela ou de nos libertarmos é exclusivamente nossa.¹⁴⁶

Após pedir para que individualmente pensem sobre as formas com que eles mesmos sentem que usam suas raivas em suas vidas, é introduzido os *Estilos habituais de expressar a raiva*, algo que aproxima esta última atividade sobre a raiva a uma segunda para identificação de agrupamentos. São apresentados alguns tipos de personalidade que figuram conjuntos de expressão da raiva¹⁴⁷. Logo em seguida, é pedido que os educandos escolham um estilo com o

¹⁴⁶ Ibid., p.??

¹⁴⁷ Importante lembrar que se trata de expressão da raiva a partir da *repressão da dor*, portanto, ao modo da reprodução da violência, contra o outro ou contra o Eu.

qual se identificam mais e separem-se nos grupos descritos. Os *estilos* são:

- A Bomba atômica – um sujeito que acumula raiva para explodi-la violentamente em momentos oportunos;
- A Estátua – sujeito que nega a raiva, congela seu comportamento reativo e acumula os sofrimentos decorrentes de tal introjeção;
- A Panela de pressão – sujeito que também acumula raiva, cultivando-a internamente mas a aliviando de tempos em tempos;
- O Mártir – sujeito que transforma sua raiva em auto penitência, cultivando-a para manipular outros;
- O pistoleiro – sujeitos rápidos em expulsar a raiva sobre outros nos momentos em que a sentem;
- O Caminhão de Lixo – sujeitos que levam em consideração em quem vão “despejar” sua raiva, escolhendo pessoas menos poderosas ou hierarquicamente inferiores que eles para tal.
- O Bombeiro

Este último estilo é descrito da seguinte maneira:

Quando a raiva dos bombeiros explode trabalham duro para controlá-la. Os bombeiros sabem que os conflitos são normais e inevitáveis. Os bombeiros têm uma ampla gama de respostas para as diferentes situações que lhes causam raiva. Sabem como controlar o fogo da raiva e também sabem tomar o tempo para se acalmar, expressar e compreender a razão de sua raiva; conseguem ver o problema desde a perspectiva da outra pessoa. Os bombeiros não deixam que sua raiva se propague e fique fora de controle. (CDHEP, 2011a, p.7)

Quando comparado aos anteriores, vemos que este estilo foi descrito intencionalmente como muito próximo ao ideal da formação e, possível que por esta razão, costume ser escolhido por parte considerável dos participantes. Em discussões de equipe de animadores sustenta-se a hipótese de ser esta uma escolha preferencialmente defensiva, vez que a ideologia por trás do estilo é sugerido de uma maneira ou de outra pela própria formação, podendo assim o sujeito escapar de uma proposta de identificação crítica para uma proposta implícita de identificação com o ideal. Voltaremos a isso no capítulo cinco quando falarmos do facilitador ideal. Por ora, a proposta da atividade se encerra com um debate entre os diversos “estilos”, defendidos e atacados por eles mesmos a partir das questões: “quais benefícios nos trás este estilo? Quais malefícios? Quais dificuldades advém da convivência com os outros estilos? Digam para este estilo qual a dificuldade em lidar com ele.” Este

debate favorece a comunicação entre os participantes e o autoconhecimento quanto às feridas que estes comportamentos podem causar uns nos outros.

Desta atividade segue outra, chamada *Dinâmica das máscaras* ou *Introdução à classificação das emoções*, que propõe a identificação de sentimentos relacionados ao conflito pessoal (o mesmo da argila no segundo encontro) à cinco cores. Para fazê-lo, cada participante terá que pintar uma máscara branca com as cores correspondentes:

- Vermelho para raiva, rancor, ira, violência e descontrole;
- Verde para esperança, perdão, diálogo, generosidade e abertura;
- Amarelo para conciliação, equilíbrio e harmonia;
- Azul para pensamento racional, justiça fria e distância;
- Marrom para vingança, justiça punitiva e “Olho por Olho”

As palavras associadas são dispostas em um cartaz com a cor correspondente. É dado um tempo para que cada participante pinte sua máscara e aguarde. Então eles devem guardá-las e se reunir em seus *grupos de confiança*. Uma vez reunidos, devem fazer as máscaras uns dos outros a partir das histórias que ouviram, ou seja, o João (p.ex.) terá uma máscara pintada pelas outras pessoas de seu grupo de confiança e deverá ajudar a pintar as dos outros.

De volta ao grupo grande, são dados espelhos para que vistam sua máscara e se olhem, primeiro, com as máscaras que fizeram para si próprios. Perguntas que disparam a reflexão da atividade são “como me pinte? Que tons prevalecem? Como me sinto?” Em seguida fazem o mesmo mas com a máscara que lhes fizeram seus respectivos grupos de confiança, novamente com perguntas “Como me pintaram? Que tons prevalecem? Como me sinto com esta percepção dos outros?” Quando há tempo, é pedido que os participantes também troquem de máscaras, aleatoriamente, uns com os outros, para que se coloquem neste “lugar” diferente, se vejam com as cores do outro. O encerramento desta etapa é feito um trabalho de cuidado com a devolução da máscara do outro, de modo que seja respeitosa e grata, as vezes com um abraço ou outro gesto espontâneo, seguida de uma plenária para colher os sentimentos e comentários relacionados à dinâmica.

De modo geral esta atividade costuma agradar os participantes¹⁴⁸. “Como me vejo” e “como me veem” podem guardar surpresas que vão do “me veem mais *vermelho e marrom*”,

¹⁴⁸ Muitos retornos quanto às atividades, metodologia e prática são colhidos na *avaliação final* do curso. Aqui mais especificamente pela questão *qual dinâmica ou atividade mais lhe chamou atenção/marcou?*

ou seu inverso “me veem mais *verde* e *amarelo*”, indicando o negativo da fotografia que tiraram dos próprios sentimentos. Mesmo a proximidade das cores escolhidas pode surpreender, de tal modo que são muitos os benefícios desta atividade para o educando, pois expõe seus sentimentos e sua propriocepção do conflito, mas também os questiona, os amplia, os situam, os colorem e os acolhem lúdica e coletivamente.

Os '3 Ss'

Do ponto de vista do diagrama dos sete passos para a agressão, de Olga Botcharova, os machucados os quais sofre uma vítima podem ser agrupados em três dimensões quanto a seus efeitos. As atividades entorno dos três 'ésses' visam o segundo passo no círculo da reconciliação de Botcharova: aceitar a perda, nomear e enfrentar os medos.

A primeira afeta sua disposição à formar, restaurar, viver, confiar ou reconstruir vínculos afetivos com outras pessoas, relações sociais ou de amizade e companheirismo. A esta dimensão diz-se que a vítima teve comprometida sua dimensão de *Sociabilidade*.

A segunda dimensão possível se agrupa pela produção de feridas sobre a confiança que a vítima tem em si mesma, levando o nome e sendo definida pela destruição da *Segurança em si*. Pessoas afetadas nesta dimensão perdem suas condições de ação, se veem deprimidas, impotentes frente às tarefas, amedrontadas quanto ao futuro, já que não encontram base que as sustente em direção às atividades que desempenhavam até antes da ofensa sofrida.

A terceira dimensão é localizada sobre o *Significado de vida*. Ela é descrita pela perda de orientação, motivação, energia, ideal, razão e sentido na vida; ela perde a graça, o gosto, vontade, brilho e encanto, poderes que antes traziam alegria, contentamento, felicidade, ânimo e conduziam a história de uma pessoa antes de se machucar.

Explicado a todos os significados dos *três 'ésses'* e como podem afetar a vida de uma pessoa, os animadores dispõe as três palavras (Sociabilidade, Segurança em si e Significado de vida) em cartazes no chão do círculo central para que cada educando pense e identifique a dimensão *mais* afetada em sua vida por conta do conflito pessoal. A atividade consiste em formar três grupos de pessoas entorno de cada 'S' e fazê-los partilhar entre eles como percebem estes efeitos deletérios em sua vida, deixando que se organizem para conversar. Enquanto o fazem, os educadores passam pelos grupos dando novas instruções: cada grupo

deve montar uma imagem dessa dimensão à partir dos relatos que ouviram entre si. Como uma estátua ou fotografia, *devem discutir para representar com seus corpos os efeitos decorrentes da perda daquela dimensão em suas vidas.*

Os educandos costumam ensaiar e conversarem para decidir alterações, movimentos, dinâmicas, expressões, sons e gestos. Terminados os ensaios dessa composição coletiva, partem para apresentação. À partir da imagem montada ao centro do círculo central, pede-se que os educandos (espectadores) dos outros dois grupos digam o que veem e o que sentem, em poucas palavras. Em seguida, para dizerem àquele grupo que compõe a imagem uma palavra de apoio e empatia com aquele sentimento. Isso então se repete para os outros dois grupos seguido de um fechamento com uma plenária para debate das reações à dinâmica.

A primeira atividade que costumamos desenvolver para tratar do tema do perdão costuma ser feita neste momento com a leitura ou a exibição de slides em powerpoint de um seguindo texto de Robin Casarjian, *O perdão, porta para a paz mental*. Reproduzo o início do texto, que nos parece bastante importante:

Todos sofremos por causa de ações de outras pessoas. É natural que diante da agressão nos sintamos ofendidos e furiosos. Entretanto, não podemos ficar com a ira e a raiva que os outros nos fazem sentir, pois estes sentimentos não nos abandonam, mesmo quando estas pessoas não estão conosco. Quando nos deixamos invadir pela raiva e o rancor, ficamos emocionalmente paralisados e perdemos o controle de nós mesmos. (...) Deve existir uma opção que nos permita deixar de ser vítimas de nosso agressor, situação que nos faz perder nossa paz interior. Essa opção é o perdão.

Ao término da leitura são divididos grupinhos espontâneos de três ou quatro pessoas para que possam ler e discutir o conteúdo do texto, assinalar partes que julgam importantes e propor *uma afirmação sobre o perdão e uma questão*. Colhidas estas afirmações e questões em cartelas e afixadas para exposição inicia-se um debate coletivo sobre este entendimento. Há uma tendência à responder todas as questões para que não fique vago o entendimento sobre o percurso do perdão. No entanto, não se propõe o esgotamento do assunto, fazendo com que as perguntas levem sempre a outros questionamentos.

4.4. Quarto Encontro – vejo com novos olhos

Após a retomada do encontro anterior disparada com perguntas a respeito do que os educandos se lembram – Como foi a semana? O que ficou na memória em relação às

máscaras? As cores? Querem comentar algo sobre sentimentos, emoções, percepções em relação a dinâmica dos 3Ss e o que lembram sobre o texto do Perdão – As respostas são brevemente debatidas a fim de destacá-las ao redor do tema do perdão: “O que entendem hoje por perdão? Poderiam escrever uma frase sobre o que é, e outra sobre *o que não é* perdão?”

A sugestão “lembre de um episódio de sua vida, uma situação, em que você tenha sido vítima de uma ofensa grave” faz um convite à memória para que seja revivida ali entre os pares e a subsequente expressão do conflito num pedaço de argila cumprem etapas fundamentais para se poder falar em perdão. Sem o contato com o conteúdo da ofensa que sofreu e da dor provocada por ela o sujeito permanece refém da história de ter sido *apenas* uma vítima impotente, e que desde então precisa responder da mesma forma, de modo violento também consigo próprio, algo que nos comunicam os educandos e em acordo ao diagrama de Botcharova. O recorte de um episódio violento possibilita localizá-lo e circunscrevê-lo no passado, se abrindo um contexto mais apropriado que cria novos espaços por onde é possível inscrever linguagem a respeito do acontecido.

Mas é possível levantar questionamentos à precocidade da discussão entorno do tema perdão durante a formação, e isso não é sem razão. Como já afirmamos, a revivência do conflito durante as dinâmicas da argila e seguintes podem disparar muitas resistências, no entanto, a insistência do debate sobre o perdão não deve coincidir com uma *necessidade de perdoar*. A clareza desta distinção, portanto, deve ser feita o quanto antes para que não restem suspeitas frente à intenção do curso: poder reconhecer que quando pessoas machucadas falam sobre suas feridas, dão testemunho sobre o que lhes foi machucado (como *se* machucaram) e das necessidades de tratamento do presente, tendo início um processo de cura que guarda identidades com o processo de perdão.¹⁴⁹

O início deste quarto encontro cumpre iniciar esta relação com cada um dos participantes através de dois relatos do animador, duas histórias que propõe deslocar olhares que ainda possam estar identificados com o lugar das vítimas, mas ali enrijecidos. A primeira

¹⁴⁹ O uso composto ‘pessoa machucada’ foi feito para destacar um ganho de atenção às vítimas contra o que esta palavra não deixa clara sua possível mudança: o estabelecimento temporal do dano no *passado*, mas que não informa um estado presente, indica um sobrevivente e conseqüente necessidade de cura(tivo), tratamento, cuidado; o segundo ganho faz o pronome reflexivo ‘se’ fornecer para o machucado mais concretude às necessidades que aos efeitos da *repressão* mantém às vítimas, tal como vimos nos sete passos para a vingança (cf. Círculo da Botcharova, acima). A composição põe o agente agressor em segundo plano primeiras necessidades de atenção às vítimas, p.ex.: “ela se machucou gravemente no assalto. Ele se machucou quando o derrubaram da moto. Cinco pessoas morreram e outras vinte *se feriram* num atentado à bomba hoje.”

delas é enunciada da seguinte maneira: “ouve-se uma voz na floresta que dizia: os animais perigosos são o pato, a galinha e o pássaro. Os animais inofensivos são a onça, a pantera e o tigre”. É permitido então que o grupo todo comente sobre este enunciado na tentativa de desvendar de quem é esta voz. Após debaterem-se na tentativa de desvendar a estranheza da frase (muitos riem, dizem que é um absurdo, que a frase está errada ou que se trata de uma pessoa enlouquecida) é possível que alguém afirme se tratar “da voz de uma minhoca”, complementada por “às suas filhas antes de deixá-las sozinhas”.

A segunda história é feita com uma performance de um dos animadores ao dramatizar a figura do *lobo mau* na popular história da *Chapeuzinho Vermelho*, mas sob seu vitimado ponto de vista: Morador da floresta e respeitoso de sua sustentabilidade, o lobo desconfia das intenções de uma garota que nunca vira antes (“*é prudente suspeitar de quem se esconde por debaixo de um capuz*”), mas conversa com ela para conhecer seu destino. Preservando o texto original, o lobo sabe dos perigos da floresta e, adiantando-se à garota rumo à casa da vovó, resolve propor a esta senhora que já o conhecia um acordo, para que se ausentasse da casa a fim do animal poder assustar a menina. Quando chega a seu destino, Chapeuzinho passa a destilar ofensas ao lobo disfarçado, referindo disparates sobre seus olhos, orelhas, hálito e dentes. Após tolerar ofensa após a ofensa de modo brincalhão, humilhado, o lobo salta da cama para assustá-la, mas é surpreendido por uma reação desproporcional de pânico. Desfaz de seu disfarce na tentativa de acalmá-la, piorando tal situação de pavor. Um gigantesco lenhador que passava por ali ouve os gritos vindos de dentro da casa e parte para o sacrifício, convicto em assassinar o ameaçador animal quando o vê. Fugido e estigmatizado pelo episódio, a vida na floresta nunca mais foi a mesma para o lobo.

Os debates decorrentes destas duas fábulas indicam a temática do encontro: *o que significa verdade?* Uma história pode apresentar lados, versões e olhares sobre a verdade dependendo do personagem narrador. Assim, iniciamos a tarefa de convidar os participantes para três vivências dos papéis de vítima e de ofensor.

A primeira delas joga com a identificação vitimizada dos educandos para torná-la uma fala de reconhecimento pessoal: É pedido que, individualmente, escrevam cinco continuações para a seguinte oração: '*Eu fico ofendido quando...*'. Exemplos:

- ...não me tratam com respeito;
- ...sou interrompido em minha fala;
- ...não levam minha opinião a sério;

Ao terminarem é feita uma rodada para que possam apresentar suas respostas, *mas com uma alteração*: todos devem iniciar suas respostas da seguinte forma: '*Eu também ofendo quando...*' Exemplos:

- ...quando desrespeito o outro;
- ...quando interrompo a fala do outro;
- ...quando não levo a opinião dos outros a sério).

Alguns não vêem dificuldades nessa alteração, chegando a fazê-las com inibição ou constrangimento devido à inesperada inversão de sua posição na frase, de passivo para ativo. Mas é também comum observar obstáculos; muitos participantes não fazem a alteração de inverter o agente mas trocarem o início e manter o sentido passivo de suas respostas, resultando em composições plenas de significado:

- Eu também ofendo quando o outro não me trata com respeito;
- Eu também ofendo quando me interrompem;
- Eu também ofendo quando não me levam a sério.

Aqui há insistência por parte dos educadores para que os participantes consigam falar a frase corretamente de acordo com o exercício e possam ao menos enunciarem afirmativamente uma frase como ofensores, ainda que esta inversão não tenha conteúdo de verdade para aquela pessoa – alguém que se sente interrompido a todo momento não necessariamente reproduz essa mesma prática para com outras pessoas. Esta dinâmica (ofendido/ofensor) é debatida em grupinhos formados rapidamente para que possam refletir sobre os significados da ofensa, considerando a sua própria. Isso é feito de tal modo a tornar possível dar prosseguimento ao tema do perdão que, como já dissemos, deve se iniciar com o auto perdão.

Atenção direta ao *tema* do perdão é feita apenas no terceiro encontro, com os dois textos de Robin Casarjian, os quais já dedicamos atenção. No entanto, vemos que não são os textos a promover o avanço do processo de perdoar por parte dos educandos, servindo mais como sinalizações de percurso do que propriamente seu *terreno*, de tal modo que se entende não haver mudanças subjetivas enquanto os formadores palestram sobre o perdão, mas orientações e sugestões para se ter em mente quando nas demais atividades. A dinâmica que propriamente envolve essa passagem de travessia subjetiva, diferente da proposta descritiva

ou normativa do perdão, é construída quando são levados em conta outros aspectos envolvidos num conflito. O aspecto cognitivo, como dissemos, cumpre *sinalizar* o percurso e informar de seus ganhos – “O objetivo do perdão é lançar luz sobre os enganos, temores, julgamentos e críticas que nos vêm mantendo presos, no papel de nossos próprios carcereiros.”¹⁵⁰. A isso compete também evitar o que é entendido pelo curso como equívocos:

“O perdão não significa:

- Justificar os comportamentos negativos... Isso é ser condescendente com o erro.
- Negar ou reprimir a raiva e a dor, demonstrando que tudo está bem, quando, na realidade, estamos aborrecidos e incomodados. Isso é jogar perfume no estercó.
- Mudar os comportamentos e as atitudes das pessoas que nos agrediram.

Perdão também não é reconciliar-me com o outro. Este é um processo posterior. O perdão é um processo de cura de si mesmo. A reconciliação é um processo de cura da relação com o outro.”¹⁵¹

O processo, por sua vez só é conhecido e construído pelo educando quando se debruça sobre o seu negativo, os mesmos conteúdos reprimidos que logo no segundo encontro procurou-se em cada um. Estes são os conteúdos irreparados ou *imperdoados* sobre os quais a prática se estabelece em devir, ou seja, em sua direção. Portanto, ao fazermos uma retomada dos eixos do curso ESPERE (cognitivo, comportamental, emocional e espiritual) entendemos que o perdão em sua completude, não deve envolver apenas os aspectos cognitivos: comunicações de entendimento conceitual tributadas e apresentadas expositivamente em textos acadêmicos e slides com viés emocional¹⁵², ainda que convençam à alguns. Todos os outros aspectos trabalhados nas demais atividades e que não se resumem a leituras de texto convidam e orientam os participantes a agir (construir uma imagem plástica com argila, escuta atenta ao outro, respeito aos horários, falas e alteridade), a reconhecerem emoções

¹⁵⁰ CASARJIAN, 1994.

¹⁵¹ op. cit. p. 09

¹⁵²

Até poucos anos atrás a formação apresentava em slides algumas fotos feitas por um cientista japonês, Masaru Emoto, que estudara como sons, palavras, sentimentos e pensamentos alteravam a estética da cristalização da água quando era congelada sob estes estímulos. A estética das fotos claramente apresenta os cristais de 'água nascente', 'som de uma oração', (som) 'Ária para corda em Sol de Bach', (som) 'muito obrigado', 'amor e admiração', 'pastorais de Beethoven', 'água com camomila' como equilibrados, alvos e harmônicos, enquanto 'rio poluído', 'rock heavy metal', 'uma ameaça de morte' e 'voz de Adolf Hitler' são escuras, caóticas e disformes. Informava-se-lhes que o corpo humano é composto por 70% de água e que se estes sentimentos e palavras alteravam sua condensação, o mesmo ocorria com as pessoas: (...)“Muitas doenças começam a partir de nós! Contudo, se quisermos, tudo acabará a partir de nós também!” (...) Assim sendo, se a água poluída faz mal à saúde, pensamentos e palavras ruins também o fazem!”.

(expressão e acolhimento de sentimentos quando expressados em grupos de confiança, grupinhos, plenárias e atividades plásticas, lúdicas e corporais) e – o que aqui entendemos por espiritualidade – a avaliarem seus percursos formativos em perspectiva histórica. A formação entende que, quando bem trabalhados estes eixos, o horizonte mapeado do perdão logra provocar um irreversível *deslocamento subjetivo*, i.e., uma mudança histórica.

O direcionamento da atividade seguinte é complementada com outras duas. A primeira delas se inicia com o convite aos participantes para que retomem o conflito expresso na argila para responderem individualmente às seguintes questões *levando-se em conta o que sabem ou podem imaginar de seu ofensor*. As perguntas são as seguintes:

1. Contexto familiar: Com quem vive? Como são as relações familiares?
2. Contexto profissional: Onde trabalha? Como é seu trabalho?
3. Nível educativo: Que nível de educação tem?
4. Preferências: De que gosta? (música, esporte, comida,?)
5. Ideais: Quais são seus sonhos?
6. Oportunidade de vida: A vida oferece a ela/ele facilidade ou dificuldade para realizar seus ideais?
7. O que eu fui para ela/ele antes da agressão?
8. O que será que ele estava pensando na hora que me ofendeu?
9. O que será que ele estava querendo dizer-me anteriormente e que não consegui entender?
1. O que posso ver agora da ofensa e do meu ofensor que não havia visto antes?

As respostas são bastante pessoais e convocam o educando a pensar no lugar do outro e a buscar uma história, muitas vezes desconhecida. As perguntas fornecem ao participante a intenção de “reumanizar o inimigo” tal como se prevê o terceiro passo da reconciliação no círculo da reconciliação de Botcharova. Terminada a atividade, são retomados os grupos de confiança para partilha de experiências, dificuldades e eventuais mudanças subjetivas provocadas.

Para a finalização do quarto encontro podem ser retomadas as máscaras, comentários em plenária das atividades desenvolvidas no dia e uma rodada de escuta dos significados dos encontros até aqui.

4.5 Quinto encontro – *compreendo meu ofensor, limpo a dor.*

Como já dissemos, a entrada do encontro é tomado de atenção com o acolhimento dos participantes para que expressem impressões que tiveram durante a semana a respeito das atividades propostas na semana anterior. A rotina de retomada costuma ganhar fluidez e identificação com o processo na medida em que também se fazem novas amizades e laços de apoio. Estes são muitas vezes fortalecidos com brincadeiras e jogos corporais realizados no início ou intervalo dos encontros. A descontração mental e corporal é explorada sempre que alguma atividade ou encontro se mostra mais cansativo ou se quer produzir efeitos de relaxamento, descanso e desconexão com a temática, ainda que temporária. A intensidade dos trabalhos é alcançada pelo cansaço inerente ao luto, o qual são convocados a vivenciar a todo encontro, fazendo com que momentos lúdicos, alongamentos e exercícios de respiração conduzam algum descanso e cuidado.

Este quinto encontro costuma se iniciar com a leitura de um texto sobre a *compaixão* escrito por Martina Gonzales especialmente para a apostila de formação¹⁵³. A etimologia da palavra *compaixão* remete à experiência de compadecer ou “sofrer junto”. A autora se refere à difícil e corajosa atitude de recusar-se ao afastamento natural do sofrimento do outro para um que “assuma uma expressão de indignação para lutar contra as causas da injustiça”¹⁵⁴. Essa tarefa é realizada numa reaproximação contra intuitiva com a dor e às necessidades do outro já que estabelecem uma relação de espelho com as nossas próprias dores, sofrimentos, perdas, vergonhas e necessidades não atendidas. A autora nos mostra como esta identificação, assim negada e reprimida, nos torna insensíveis frente à crueldade e o sofrimento presente no outro, e que a aceitação desta sensação se configura pelo entendimento das contradições humanas, abrindo um espaço para o compartilhamento dos sentimentos e emoções de vulnerabilidade, fragilidade e impotência. Assim, a prática da *compaixão* se mostra madura para vincular pessoas de modo aprofundado em suas intenções a fim de permitir cuidados, atenção e alívio. Por esta razão, afirma que não se trata de perguntar como obter satisfação de necessidades individuais, mas “como posso ir ao encontro de sua necessidade?”¹⁵⁵ No mais, o trabalho de Gonzales também se volta para mensagens cristãs de *compaixão*, baseadas nos testemunhos

¹⁵³ Martina Gonzales é freira missionária espanhola e compõe a equipe do programa Perdão e Justiça no CDHEP desde 2006.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

de Jesus:

A compaixão é uma mensagem central do Evangelho. Jesus se comovia no mais profundo de seu ser em face da dor. Jesus nunca olhou para o ser humano como um incômodo, como quem atrapalha. Jesus também não via o ser humano como criminoso que merecia ser castigado ou condenado, mas como alguém que precisava ser encontrado e levado para casa. Olhar para Jesus Cristo como uma mensagem vivente da vulnerabilidade humana, é um chamado que pode salvar o mundo.¹⁵⁶

Desta leitura o encontro parte para os “cochichos”, grupinhos formados espontaneamente para destaque de elementos que chamaram atenção e de “como a compaixão se relaciona com seu [educando] processo de perdão?”

O ensejo do trabalho ao redor dos temas da compaixão e do perdão produzem questões quanto às formas de pactos possíveis de serem estabelecidos entre as pessoas que foram machucadas e seus ofensores. Para isso são apresentados três tipos de *pactos de reconciliação*:

- Pacto de coexistência;
- Pacto de convivência;
- Pacto de comunhão.

O primeiro pacto, de *coexistência*, consiste em admitir a alteridade do outro com o qual estive em conflito, sem que isso implique em estabelecer uma relação de contato entre eles, mas que cada um seguirá seu caminho e sua vida sem mágoas e rancores que poderiam mantê-los ligados pela dor da ofensa que vivenciaram no passado. É frequente em acordos entre pessoas que não se conheciam ou envolvidos em ofensas graves.

O *pacto de convivência*, por outro lado, permite uma proximidade entre os envolvidos a ponto de poderem dividir espaços sociais e de trabalho. Estes assumem o compromisso de respeitarem seus espaços privados e suas individualidades dentro de limites estabelecidos, podendo, ainda, firmarem novas relações a partir desta.

O terceiro e mais próximo pacto entre envolvidos num conflito é o de *comunhão*, pelo qual firmam entendimentos para que consigam dividir espaços privados sem uma reescalada do conflito no qual se envolveram. Este pacto é mais comum entre casais e parentes que se machucaram em seus ambientes familiares, mas que não querem abrir mão dessa relação mais próxima. Estes costumam residir numa mesma casa precisando cumprir acordos que permitam partilhar conversas frequentes em parte de seu mundo privado.

¹⁵⁶ Idem.

Feita esta apresentação, é dado um momento entre atividades para um relaxamento, preparando os educandos para a seguinte.

A dinâmica da cadeira vazia e a carta

Estas duas dinâmicas cumprem continuar o terceiro passo da reconciliação. O educador senta-se numa cadeira disposta no centro do grupo, tendo à sua frente uma cadeira vazia, dando as instruções:

“o que queremos que vocês façam agora é imaginar uma conversa com seu ofensor, o mesmo do conflito pessoal de vocês. Para isso vocês podem encontrar um lugar isolado ou onde se sentirem confortáveis para dispor de uma cadeira vazia à frente de vocês tal como estou aqui. A ideia é que vocês imaginem seus ofensores sentados à sua frente. A atividade sugere que vocês digam ao seu ofensor como se sentem frente ao conflito, podendo expressar sua dor, sentimentos e o que mais gostariam de poder dizer a eles e serem ouvidos. Esta é uma primeira etapa e aqueles que quiserem podem dar por encerrada a dinâmica neste ponto. Do contrário, convidamos vocês a se levantarem de suas cadeiras e sentarem-se na cadeira onde imaginaram seu ofensor, tomando-lhe como personagem e como se ouvissem o que vocês mesmos disseram. Se acharem possível, tentem estabelecer um pequeno diálogo. Ao final, voltem para a primeira cadeira, e encerrem a atividade como preferirem, voltando ao grupo.”

Temos visto que esta dinâmica pode ser tanto estressante para alguns participantes quanto proveitosa e divertida para outros. Muitos não encontram palavras, permanecem em silêncio, olhando para a “cadeira” durante o curso da atividade. Outros se colocam em posição e choram assim que começam a falar. Em um curso acompanhado por nós, um jovem participante levou suas cadeiras para a calçada em frente à entidade onde se realizava a formação, fazendo longas discussões com seu imaginado ofensor e causando estranhamentos e risos dos passantes e vizinhos. De todo modo, é uma dinâmica que convoca a expressão de uma ferida e tantas outras dificuldades que poderiam estar escondidas aos participantes. A troca de posição vítima para ofensor, p.ex., é facilitada pela atividade do encontro anterior, o *Mapa do ofensor*, explorando as possibilidades que surgem deste *colocar-se no lugar do outro*, colaborando com o avanço nos passos do círculo de reconciliação.

Para não deixar essa dinâmica se encerrar de maneira tão diversa quanto podem ser as experiências possíveis de um encontro imaginário com o ofensor, é feita a *Carta para o ofensor*, ligando as duas atividades (mapa do ofensor e cadeira vazia) com uma produção de fechamento: Os participantes recebem um envelope (onde deverão escrever seu nome) e uma folha A4 para que escrevam livremente uma carta a seus ofensores, cujo conteúdo será íntimo e pessoal, podendo narrar o que quiserem, inclusive sobre este processo de perdão que tem

vivenciado como possibilidade. É ressaltado que a carta não será exposta ou mesmo endereçada. Terminada a tarefa, voltam aos grupos de confiança para partilharem das experiências.

O quinto encontro se encerra com a exibição de um vídeo produzido pela TV Canção Nova para um especial da emissora sobre o perdão. Nele vemos, entre outras, a história da Dona Cida¹⁵⁷, uma senhora que passou pelo curso ESPERE no CDHEP em 2009. Trata-se de um testemunho de perdão que ela pôde vivenciar e relatar primeiramente durante a dinâmica dos grupos de confiança e posteriormente como convidada em formações em anos seguintes.

A história contada é do filho de Dona Cida, Alexandre, que havia sido confundido como um dos assaltantes de uma pizzaria próxima à sua residência, e por isso morto a tiros por dois homens em uma moto quando saía de sua casa. O som dos disparos chamou a atenção da vizinhança e de muitos amigos do rapaz¹⁵⁸. Dona Cida teve que conter o ódio daqueles que queriam ir atrás dos assassinos para vingar a morte de Alexandre. Dona Cida, sem tempo para o seu luto, já evitava o de outras mães. Dias depois viu os assassinos apanhados pela polícia; um deles era um adolescente de 16 anos.

A primeira fase do perdão de Dona Cida foi de muita solidão e revolta. Não queria vingança, mas saber que seu filho não era um assaltante e que havia sido mesmo confundido com outro. Foi um período de muita solidão ela conta, pois seu marido não a apoiou e pedia para que ela esquecesse o que havia acontecido, esquecesse o passado, que nada traria Alexandre de volta. Era um período de muita dor para Cida, “como se tivessem arrancado uma parte de mim”, conta. Ainda assim, ela procurou conhecer a história da morte do filho e foi quando por vias indiretas soube do engano, e que o assaltante estava vivo, se chamava Jorge¹⁵⁹ e frequentava um baile funk num bairro próximo, mas também perigoso. Com medo, mas querendo olhar no rosto do rapaz para lhe dizer o que ele havia feito, Cida vai até o baile e, ao longe, vê Jorge conversando e se divertindo. Ainda com medo, vai em sua direção quando percebe a inegável semelhança. Jorge era mesmo muito parecido com

¹⁵⁷ Esta é a única exceção deste trabalho quanto ao uso de nomes verdadeiros nos exemplos utilizados.

¹⁵⁸ Mano Brown acompanhou a morte de muitos de seus amigos e expressa seu diálogo interno e provocador: “Eu percebi quem eu sou realmente, quando eu ouvi o meu subconsciente: ‘E aí Mano Brown, cuzão? Cadê você? Seu mano tá morrendo, o que você vai fazer?’ Pode crê, eu me senti inútil, eu me senti pequeno, mais um cuzão vingativo. Puta desespero, não dá pra acreditar, que pesadelo, eu quero acordar. Não dá, não deu, não daria de jeito nenhum, o Derley era só mais um rapaz comum, dali a poucos minutos, mais uma Dona Maria de luto” (Racionais, *Fórmula mágica da paz*, 2002)

¹⁵⁹ Todos os nomes apresentados neste trabalho são nomes fictícios.

Alexandre, até no modo de se vestir.

Ela vai até ele e diz: você que é o Jorge? Você sabe quem eu sou? – ouvindo aquela senhora de baixa estatura e inofensiva Jorge muda o semblante de festa e percebe o único poder que uma senhora como aquela poderia ter para vir ter com ele ali, num território seguro para ele. Sem ser ameaçado, ele sabia a que estava sendo chamado, e responde – Sei, sim, Dona. Você é a mãe do irmãozinho que morreu no meu lugar. Jorge afirmava saber de sua responsabilidade e muito pareceu, aos olhos de Dona Cida, alguém com mais semelhanças com seu filho do que as aparências já mostravam: poderia ter sido a mãe dele.

Esse encontro com Jorge lhe deu novas esperanças. Ela queria continuar e encontrar-se também os assassinos de Alexandre. No dia do julgamento daquele que atirou em Alexandre, José¹⁶⁰, ela vai ao Fórum e consegue identificar sua mãe, pensando que, tal como Jorge, esta também não deveria perder seu filho.

Nos corredores do tribunal Cida encontra José algemado e escoltado depois de ouvir sua sentença: condenado. Ela lhe pergunta: “José, se você me contar o por quê vocês fizeram isso com meu filho, eu sou capaz até de te tirar daqui”. O rapaz, sem dizer nada, levanta os braços algemados, provocando uma inesperada reação do guarda – *Pode deixar, pode deixar!* diz ela – e o garoto a abraça. Dona Cida relata que, naquele momento, sentiu que abraçava seu filho, o que a fez guardar uma frase como etapa desse processo: “*abrace como a um filho aquela que o arrebatou*”. Na plateia, Cida era a mãe de José, perdendo-o para a cadeia.

A história de Dona Cida é ainda peculiar, porque tempos depois ela chegou a encontrar esta mesma mãe enquanto participava de um grupo de mães no bairro em que moravam. Sem se identificar, ouviu daquela mãe a história de perdão a qual foi a protagonista, transmitida por José, preso e perdoado.

Isso nos faz lembrar um trecho de rap composto por Mano Brown em que ele exalta a “loucura” de Dimas ao se arrepender de seus pecados para ser perdoado e aceito no reino dos céus, ou, se quisermos, libertado: “Aos 45 do segundo arrependido, salvo e perdoado é Dimas o bandido. É loco o baguio, arrepia dahora, ó! Dimas, primeiro vida loca da história”¹⁶¹. Na ocasião de seu encontro com aquela mãe, Cida a ouviu dizer que não entendia como alguém perdoara seu filho depois deste ter-lhe causado uma perda tal qual aquela que sentia pelo seu filho encarcerado. Mantendo seu anonimato, Cida foi ao seu encontro e pediu para que

¹⁶⁰ Idem nota 40.

¹⁶¹ Racionais, Vida Loka – parte II, 2002

disse o que gostaria de dizer ou perguntar à mãe do garoto assassinado, *como se fosse ela*.

Feitas as considerações em plenária para acolhimento das sensações e pensamentos a partir do vídeo da Dona Cida, os participantes são convidados a se levantarem tendo em mãos seus envelopes com a carta para o ofensor. É pedido então que, um por um, coloque a carta ao centro dizendo em voz alta um sentimento ou desejo para a pessoa/seu ofensor.

Ao final pode ser dado um abraço coletivo, entorno do centro do círculo onde estão o trabalho expresso na argila, os sentimentos mobilizados pelo conflito, as cartas, velas e outros objetos celebrativos. É possível contemplar por um breve tempo este momento e orientar que este encontro finaliza o trabalho pessoal proposto pelo curso e que cada participante pode recolher os seus trabalhos e dar à eles o destino que bem entenderem. Nesta proposta, muitas são as ações possíveis de serem tomadas, no entanto, o mais comum é que guardem as máscaras e a carta, desfazendo-se da argila.

Um último comentário se faz necessário a respeito da continuidade do círculo da Botcharova não ser conduzido até o fim. Espera-se na verdade que isso se passe com os participantes a seu tempo, aproveitando-se inclusive dos encontros seguintes da formação para que seja conduzido um percurso político que possa gravitar uma continuidade ao processo. Veremos como isso pode ser feito a partir do sexto encontro.

4.6 Sexto Encontro – *As lógicas da verdade e a punição*

Com o encerramento da etapa de envolvimento íntimo emocional dá-se entrada a segunda metade do curso ESPERE, voltada à aprofundar o envolvimento político dos participantes a fim de se verem dispostos a continuarem sua formação. Seria equivocado supor que esta segunda metade com mais seis encontros não se vale das experiências vivenciadas naqueles seis primeiros. Pelo contrário, ela compõe a voluntariedade dos participantes com os questionamentos frente ao processo à partir de suas próprias experiências. Vemos que as atividades e propostas em diante seguem com maior ênfase o eixo cognitivo do curso, mas sem deixar de contar com os frutos das dimensões emocional, comportamental e espiritual colhidos na passagem pelo processo desde o início.

Para tal, a abertura desta etapa retoma o tema da *verdade*¹⁶² com a apresentação das *Lógicas da verdade*. Estas resumem questionamentos para a construção de três diferentes dimensões de verdade para cada envolvido no conflito, *visando identificar o posicionamento de suas necessidades*. Para isso, as três lógicas são formuladas em três questões originárias, dando sequência ao raciocínio do conflito e sua desmistificação. As três lógicas e questões de abertura correspondentes são:

1. Lógica dos fatos – *o que aconteceu?*
2. Lógica dos sentidos – *por que aconteceu?*
3. Lógica das necessidades – *para que aconteceu?*

Para o exercício do pensamento de encontrar as verdades de cada envolvido é tomado um exemplo de conflito atendido pelo CDHEP em 2006¹⁶³: Dois adolescentes, um menino e uma menina, saem da escola em horário de aula, seguem para a praia da Represa Guarapiranga e, em pé, mantêm relações sexuais. A irmã da garota, que os acompanhava, filmava-os em sua cena com seu celular, enquanto também conversava com eles. O filme teve ampla repercussão na escola e foi visto por muitos alunos, professores e pessoas do bairro. A família dos adolescentes acaba logo tomando conhecimento do caso.

As reações decorrentes deste episódio foram: a diretora da escola expulsa os adolescentes e os tios da garota lhe dão uma forte surra. Nas ESPERE, tomando os personagens do caso – adolescentes, irmã, tios, diretora e colegas da escola – são formados grupos espontâneos de trabalho para reconstituir o caso criando sua versão da história. Grosso modo, cada grupo deve dramatizar uma versão da história, segundo os personagens escolhidos para serem representados. Para tal, devem colocar-se nos lugares de cada personagem para dar expressão a seus '*o quês*' e '*porquês*'.

Este exercício causa diversas reações possíveis e inesperadas, a depender do público envolvido na formação. As cenas de sexo entre os adolescentes, as brigas entre “diretora” e “adolescentes” quando na expulsão e a discussão entre tios e adolescentes pré surra costumam provocar gargalhadas dos participantes. Eles se veem protagonistas do conflito do outro e, por vezes, se esforçam em deslocar sua carga trágica em direção à comédia. Tudo parece ser feito

¹⁶² cf. acima: História das minhocas e Lobo mau.

¹⁶³ Estes casos são frequentemente trazidos por educadores, psicólogos e assistentes sociais durante as formações, debates ou quando em busca de orientações e supervisões pedagógicas para poderem discutir estratégias de atuação profissional em seus serviços.

para reduzir a tensão envolvida na tarefa performática e a dimensão dos danos provocados pelo conflito, mais um momento de descontração em meio ao drama.

Encerradas as apresentações, os animadores montam uma tabela (numa lousa ou cartaz grande) com o cruzamento das questões de cada lógica e personagens envolvidos. Voltando-se aos educandos não pelo nome em seus crachás, mas como os personagens que representaram a pouco, dando-lhes a preferência da resposta, faz-se as perguntas correspondentes a cada janela (ver tabela 1 abaixo), como por exemplo “*O que aconteceu com os adolescentes? Por que os tios bateram neles? Para que a diretora os expulsou?*” As respostas não variam muito e costumam chegar a um consenso. tal como se segue:

Tab.2 - Lógicas da Verdade

	Diretora	Tios	Colegas	Irmã	Adolescentes
Dos fatos - <i>O quê?</i>	Expulsou os adolescentes	Bateram, surraram a menina	Assistiram ao vídeo e compartilharam	Filmou, divulgou o vídeo e foi expulsa	Transaram, mataram aula, ficaram “famosos” e foram expulsos
Dos sentidos - <i>Por quê?</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Para manter a ordem; - Para dar o exemplo; - Proteger os jovens; - Dar uma resposta à sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entenderam como algo errado; - Precisavam corrigir; - Estavam preocupados; - Foram humilhados, confiavam na sobrinha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Estavam curiosos 	<ul style="list-style-type: none"> - Para poder divulgar entre os colegas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Gostavam um do outro; - Queriam aparecer, ficar famoso; - Fazer algo diferente; - Quebrar as regras.
Das necessidades - <i>Para quê?</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Exercer seu poder e autoridade; - Medo de perder o controle sobre os efeitos para a escola. 	<ul style="list-style-type: none"> - Amor à menina; - Poder/ autoridade; - Medo de perderem o controle moral sobre da garota. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se divertirem; - Terem prazer; - Terem liberdade; - Pertencimento ao grupo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Se divertir; - Relacionar-se; - Reconhecimento; - Autoria; 	<ul style="list-style-type: none"> - Poder; - Diversão; - Prazer; - Amor; - Realização; - Liberdade; - Expressarem-se;

					- Aprendizagem; - Reconhecimento;
--	--	--	--	--	--------------------------------------

Consensualizadas as divergências e completada a tabela, o que segue são algumas afirmações e dois questionamentos centrais. A afirmação é feita pelos educadores e tem por objetivo expor as diferentes visões envolvidas numa mesma história, evocando especial atenção dos participantes às *necessidades* de cada personagem e de como elas conduzem suas ações. À partir desta montagem feita em conjunto, um questionamento abre uma nova discussão ao redor do tema das necessidades, agora sob o viés da *punição*: De que modo as reações atendem às necessidades dos personagens disparadores do conflito?

Neste momento o debate se torna interessante. Após terem passado por um processo de buscar suas próprias necessidades como pessoas machucadas e não terem encontrado qualquer elemento que exigisse a reprodução da ofensa para que lograssem a experiência do perdão, vemos os participantes confrontarem as necessidades dos adolescentes enquanto se identificam com as ações que legitimaram/justificaram a dominação punitiva pelas necessidades dos tios e diretora.

Os complementos à estas atividades são feitos com textos e questionamentos ao redor do tema da punição. Os textos e apresentações de slides são fundamentalmente retirados de autores como Emile Durkheim, Michael Foucault, Hannah Arendt, Marshall Rosenberg e John Paul Lederach¹⁶⁴, além de autores do próprio CDHEP, como a Dra. Petronella Boonen (atual coordenadora das ESPERE Brasil), Martina Gonzales e Joana Blaney. Com o passar dos anos vimos como estes textos tem sido preteridos em favor do pensamento produzido em grupo, o que nos parece ocorrer tanto por conta dos intensos debates formativos quanto pela maleabilidade das atividades. Apesar de raro, não é incomum não sobrar tempo para determinada atividade do dia ou, o contrário, para discussões mais longas. De todo modo isso tem sido tratado em reuniões de equipe dada a importância da manutenção do respaldo teórico

¹⁶⁴ John Paul Lederach é doutor em sociologia e Professor de Direito Internacional da Paz na Universidade de Notre Dame, South Bend, e na Eastern Mennonite University, Estados Unidos. Marshall Rosenberg.

que circunscreve as formações.

Os questionamentos abaixo são feitos aos participantes para disparar discussões sobre o que pensam 'hoje' da punição, se a observam sob a perspectiva possível de trilhar um caminho diferente para si próprios.

- O que é pena?
- Por que se pune?
- Quais os fins de privar alguém da liberdade?
- Quais os efeitos produzidos pela prisão?
- É a prisão um meio apropriado para combater e sancionar as formas de conduta desviadas?
- Qual o seu custo-benefício?
- Pune-se para prevenir que futuros delitos venham a ser cometidos? (exemplo para não seguir?)
- Pune-se para evitar que sejam novamente cometidos por quem já os praticou?
- Pune-se para retribuir, com sofrimento, o mal causado pelo delinquente?
- É possível harmonizar a concepção do direito punitivo com uma postura que tem por base ideais democráticos - a liberdade?

Para muitos profissionais que passam pelo curso ESPERE, entre eles alguns que lidam diariamente com menores infratores, algumas destas questões são respondidas com facilidade. Muitos nos informam dos efeitos da institucionalização na Fundação Casa, do descompromisso deles com o cumprimento das medidas socioeducativas¹⁶⁵ tal como são preconizadas pelo ECA, dos altos índices de reincidência infracional ou da omissão do Estado em dar assistência integral às famílias, à vagas em creches, hospitais, escolas, conselhos tutelares, etc. A diferença é que, nesta altura da formação, a chance do educando ter alterado seu entendimento do conflito que o vitimou no passado e comprometido sua responsabilidade com a interrupção do ciclo da violência pelo processo do perdão é mais alta, e faz com que problematize o lugar do ofensor no círculo de reprodução da violência, deixando-lhe com uma

¹⁶⁵ É conhecido no meio socioeducativo o caráter insuficiente e precário dos serviços de atendimento ao adolescente infrator. O que nós do CDHEP temos concluído, no entanto, é que este quadro não é fruto do abandono ou descaso desses profissionais ou mesmo do poder público, que vez ou outra investe em novos projetos, fóruns e congressos de aprimoramento destes serviços, inclusive com o próprio CDHEP (CRAS, CREAS, MSE-MA, SUAS, CEDECAs, CCAs, CJs, o atual Projeto Juventude Viva do governo federal em parceria com municípios, entre outros).

dúvida: 'É possível haver outro modo de lidar com os conflitos humanos, mesmo os violentos?' Por conta desta problematização, neste momento se introduz a proposta da JR.

4.7 Sétimo encontro – ética do cuidado e Justiça Restaurativa

A primeira dinâmica – após os exercícios de aquecimento corporal, acolhida e retomada do encontro anterior – é uma *dinâmica com bexigas*. Adaptada de outra que às vezes é utilizada no início das formações¹⁶⁶, esta volta o foco mais ao cuidado. Os participantes recebem uma bexiga branca para escrever nelas seus sonhos, expectativas, *valores*, planos, etc.; em seguida é pedido que gradativamente estas bexigas sejam postas em jogo para que possam cuidar de todas em conjunto, sem deixá-las cair. Após um debate sobre como foi fazer a atividade e quais sentidos teve para cada participante, é lido um texto (*a ética do cuidado*, conteúdo da apostila¹⁶⁷), normalmente em grupinhos, seguido de pequeno debate.

Feita essa primeira atividade de introdução ao cuidado com o grupo é apresentado o texto 'Justiça Restaurativa – uma introdução' seguido da *Janela da Disciplina Social*, feita por

¹⁶⁶ É entregue a cada participante uma bexiga e um palito de dente. Enchidas as bexigas, o educador dá a seguinte comanda: “Ao fim dos próximos dois minutos, aqueles que conseguirem manter sua bexiga ganharão um bombom”. É frequente que, a partir da primeira bexiga estourada, todos passem ao modo de ataque e defesa, sendo que a comanda propositadamente não diz haver apenas um bombom. Os sentimentos mais significativos dos participantes desta dinâmica são raiva, rancor, tristeza e frustração quando tem estouradas suas bexigas. Alguns ficam imóveis e impotentes após a perda, outros partem para não deixar bexiga alguma intacta.

¹⁶⁷ CDHEP, 2012a

Ted Wachtel e Paul McCold. É dado um tempo após as explicações dos significados de cada janela para que os participantes tragam de suas memórias e experiências pessoais alguns exemplos de tais disciplinas.

Para entendermos as janelas de disciplina social dizemos que tratam da disponibilidade dos elementos de cada eixo estarem ou não disponíveis ao sujeito pelo conjunto social que o cerca (familiares, amigos, comunidade do bairro, escola, etc.) no percurso de sua história. O eixo horizontal, de *apoio*, é medido pelo fornecimento de acolhimento, encorajamento e suporte ao sujeito. O eixo vertical é quantificado pela razão do *controle* exercido sobre sua vida através de cerceamentos, regras, avisos, alertas e disciplinas os quais pôde contar.

De acordo com os autores, o baixo valor dos dois elementos conduziria à chamada *disciplina negligente* e um desenvolvimento subjetivo desregrado e de indiferença quanto às ações do sujeito no mundo. Mantido o baixo controle, mas elevando-se o apoio, se instalaria uma *disciplina permissiva*, em que a liberdade ofertada e garantida ao sujeito não encontraria limites suficientes aos seus atos, controles impostos pela vida em sociedade. Invertendo-se esta razão temos baixo apoio e alto controle, favorecendo uma *disciplina punitiva* a conduzir um desenvolvimento pobre e inseguro em oportunidades, com frágeis suportes à individualidade ao mesmo tempo em que o controle social exerce sua influência repressiva sobre um psiquismo enfraquecido e amedrontado.

Por último, a *disciplina social restaurativa* combina os fatores para garantir apoio e liberdades ao indivíduo enquanto lhe informa dos limites sociais, regras e princípios deste exercício.

Acreditamos poder acrescentar uma digressão para exemplificar com algumas vivências como contribuições pessoais relatadas pelos participantes nesta e em outras ocasiões pode nos ser úteis.

Esteve claro como o apoio e o controle estiveram presentes na situação apresentada em nossa *Introdução*, de tal modo que seria melhor passarmos a outras histórias. Muitos poderiam ser os exemplos vindos das nove formações às quais participamos como educadores desde 2011, sem contarmos as formações em *Práticas de Justiça Restaurativa*. Dentre estas e para coincidirmos com a temática que será apresentada no encontro seguinte, escolhemos destacar os significativos relatos que ouvimos nas ocasiões de formação de presos do

Complexo de Detenção Penitenciária de Pinheiros em São Paulo, voltada àqueles da ala quatro, onde cumprem pena os jurados de morte por ocasião de seus crimes.

Conseguir provocar deslocamentos subjetivos em pessoas presas nos é gratificante e estimulante; ao ouvi-los e lê-los em cartas que nos enviam à nossa sede no Capão Redondo, vemos a falta de embasamentos em preconceitos sociais e estigmatizações contra essa população que ora exercem poder sobre o imaginário social, como nos mostra o trabalho de Davi Romão (2013) a respeito do jornalismo policial e seus efeitos para as políticas de segurança pública, visão da justiça e cultura social. Como em certa ocasião nos disse um preso:

Pra muitos aqui, policiais aqui ou lá fora, quando a gente se pegar na rua – vou falar a verdadeira palavra – mata a gente só porque a gente tirou cadeia aqui. Não quer saber se é pastor, se é homem de Deus ou trabalhador, eles matam. Vou ser bem real pra vocês, todo mundo sabe, eu to chorando não é porque eu to triste, é por desgosto, de saber que a gente fez coisa errada. Muitos queriam ter o perdão das pessoas que tirou a vida da família, mas não vai ter. Porque mesmo se for pedir perdão pra pessoa, a pessoa vem aqui dentro e o único desejo que a pessoa vai ter é de matar. A sociedade vê a gente como lixo. Quer a nossa morte. São poucos, Victor, como vocês, que vem aqui falar pra gente pra gente melhorar. Muitos aqui querem melhorar verdadeiramente, mas a cadeia que a gente vive hoje é de opressão. Aqui dentro é de opressão, por quê? Porque aqui tem muita gente com artigo que tirou a vida de outra pessoa, que abusou sexualmente, que agrediu, agrediu a mulher; pra eles pra gente não tem mais perdão.¹⁶⁸

Este relato é exemplar da cultura social que vivemos no Brasil, tal como nos diz

Romão:

Assim como o judeu, o delinquente desperta raiva e precisa ser eliminado por completo e, para tanto, nada melhor que uma polícia irrestritamente violenta. (...) A forte carga moral dos programas, pela qual seus apresentadores julgam incansavelmente os criminosos exibidos, vem reforçar essa concepção maniqueísta de que todo o mal está lá fora, ao nosso redor, encarnado nesses seres depravados.(...) Dessa forma, em oposição a esses indivíduos que encarnam o mal, constrói-se um grupo social completamente identificado com o próprio ideal moral. Tal como no paranoico, todo o mal é projetado no exterior, deixando como resultado um eu imaculado. As pessoas de bem, portanto, não têm nenhuma participação na produção da violência que lhes aflige. Os culpados são os delinquentes, os bandidos, sendo que esses se resumem a pessoas sem ética, perversos dos quais não podemos esperar nada além de mais violência. (op.cit., p.193-4)

Uma das histórias as quais podemos exemplificar o desenvolvimento de uma disciplina social punitiva nos foi relatada por um rapaz com menos de trinta anos,

¹⁶⁸ Relato completo em anexo.

Alexandre¹⁶⁹. Ele nos contou que, quando ainda era uma criança e morava num barraco na periferia da zona norte da cidade, mentiu para sua mãe dizendo que estava na escola. Numa destas ocasiões ele estava no banheiro quando sua mãe chegou em casa e, já sabendo que ela havia descoberto sua mentira, ouviu de seu irmão mais novo do lado de fora da porta que ela não estava brava, que queria vê-lo e resolver a situação. Receoso, Alexandre abre a porta e é puxado para fora por sua mãe, que estava escondia atrás do irmão.

Alexandre conta que, depois de amarrar suas pernas e mãos, sua mãe arrancara uma das fiações expostas no teto de sua casa para chicoteá-lo com aquilo. Após marcar suas costas de golpes, a mãe lhe preparara uma bacia com água morna e sabão para reduzir os hematomas e escondê-los para que não fosse chamada à escola, onde talvez vissem os danos no corpo do garoto.¹⁷⁰

De modo geral os educandos se identificam prioritariamente com as disciplinas punitiva ou permissiva, ampliando o escopo crítico sobre seu próprio modo de agir e de educar as gerações seguintes. Muitas das formações ESPERE se voltam aos profissionais da rede de assistência social e de equipamentos de garantia de direitos da cidade, muito ligadas ao poder judiciário e secretarias de saúde. Nestas instituições os profissionais tem nos trazido muitos conflitos que se operam pela lógica punitiva, de sanções e disputas internas que sobrecarregam as equipes e prejudicam os propósitos pelos quais elas existem.

Na esteira de apresentação introdutória da Justiça Restaurativa exibimos um vídeo didático produzido em Porto Alegre pelo conjunto de profissionais envolvido com o *Projeto Justiça para o século 21*. De forma ilustrativa e expositiva é dramatizado o percurso do adolescente Jéferson, ator que representa um “assaltante” e é apreendido. Ele participa de um processo restaurativo VOC e chega ao acordo restaurativo com sua vítima, até ser novamente

¹⁶⁹ Nome fictício.

¹⁷⁰ Alexandre já havia sido condenado por outros crimes. Nesta vez cumpria pena por assalto e formação de quadrilha. Ganharia trinta mil reais para cobrir o rádio num assalto à joalheria no luxuoso bairro de Moema, zona sul de São Paulo. Lembra que ficou cinco minutos parado numa esquina com um rádio no bolso quando levantou suspeitas de um segurança numa loja próxima - se joga que os caras estão vindo! passou pelo rádio. *Se joga também que aqui já foi*, ouviu - virou-se para correr quando viu uma viatura policial fazer a curva logo a frente. Seguiu para o outro lado mas foi atingido na mão por outro policial; desistiu da fuga e deitou-se de bruços na calçada. Com o rosto no chão, o policial apoiou-se sobre suas nádegas e, em linha com seus ombros, disparou mais seis tiros. Em sua argila, Alexandre representou suas sete cicatrizes e falou da vergonha que sente em apoiar-se sobre as costas ou expô-las; sentado, deitado ou sem camisa, encostar-se sobre as costas era algo “impossível”.

representado pelo vídeo, mas agora como “estudante”.

Não há dúvidas quanto ao poder informativo da produção, alavancado por recursos audiovisuais e dramatúrgicos em exibir e convidar o expectador a mudança radical proposta pela prática, a começar pela retirada da contenda jurídica comumente vista em tribunais¹⁷¹. Diferentemente desta prática, os diálogos construídos pelo roteiro evidenciam a preocupação central da JR para com os aspectos emocionais envolvidos no conflito, com atenção especial às vítimas, ligando esta expressão aos responsáveis também através de seus pares. Comentários como estes são frequentemente trazidos pelos educandos ao final da exibição, da mesma forma que também sinalizam para os obstáculos que poderão ser encontrados a tal proposta, com destaque para a resistência social ao abandono da cultura da ação punitiva.

Terminado o vídeo, abre-se para discussões e é feito o fechamento do dia.

4.8 Oitavo Encontro – *Conflito*

A apresentação de relatos de dois presos, uma que trata da falta de apoio dado a eles e outra do controle exercido pela educação punitiva nos levam a retomar o círculo da Botcharova em duas apresentações a respeito de entendimentos de *conflito: o desenvolvimento do conflito e a curva do conflito*. Estes entendimentos serão abordados neste oitavo encontro.

Para o primeiro momento trabalhamos um quadro desenvolvido por Lederach, o objetivo é identificar em que etapa se encontra um determinado conflito. São descritos em ordem crescente de intensidade e divididos em cinco níveis:

- 1º nível O desacordo original** – quando duas pessoas discutem seus pontos de vista sobre um *assunto*; ex: divergência quanto ao destino de uma viagem de férias.
- 2º nível Antagonismo pessoal** – quando o assunto se perde e a discordância pessoal toma o centro do espaço de discussão; ex: não se discute mais a viagem, mas a forma como o outro conduz as discussões e tenta vencer uma discussão.
- 3º nível Multiplicação dos assuntos** – quando a discordância pessoal ocupa o centro

¹⁷¹ Cf. ‘*Justiça*’, vídeo documentário de Maria Augusta Ramos em <http://www.youtube.com/watch?v=75P1KTTTjj0>

do conflito a partir do antagonismo de vários assuntos em discordância; ex: viagem, jantar, escola dos filhos, acordos, promessas não cumpridas e outras são apontadas como as razões de toda a discordância.

4º nível Triangulação – quando pessoas próximas ao conflito são constrangidas a tomar os posicionamentos dos envolvidos, cada um a seu lado; ex: fofocas, boatos e versões parciais são espalhadas num ambiente de trabalho para convencer pessoas das razões de um dos lados.

5º nível Polarização – quando grupos inteiros se identificam por oposição às pessoas do outro lado do conflito, passando a construir barreiras para se protegerem delas; ex: conflitos entre nações, torcidas organizadas, partidos políticos, etc.

Seguida desta apresentação e exemplos, introduzimos a *Curva do Conflito*, um entendimento gráfico que cumpre exibir a intensidade e número de vitimizações e reparações a qual se deparou um sujeito em sua história. Abaixo, temos o gráfico do caso João, um adolescente atendido por um serviço de medida socioeducativa em meio aberto e que contava com uma história de vida bastante violenta.

Estudo de caso – curva do conflito

O caso tem início em seu nascimento. Sua mãe ainda tinha apenas quinze anos quando ficou grávida de um rapaz também muito jovem. Por conta da gravidez indesejada esta mãe deixa de buscar cuidados médicos e pré-natais. Após um parto complicado e ausência do pai durante toda a gravidez, João vai morar com sua mãe em uma favela na região sul de São Paulo. Ainda criança João expõe seu desejo de conhecer o pai, mas ouve de sua mãe que ele não quer reconhecê-lo (o pai está preso). Por não poder cuidar dele, a mãe de João o entrega para os cuidados da avó. Anos mais tarde esta avó adoece e passa a necessitar de maiores cuidados médicos. João volta a morar com sua mãe, mas ela morre tempos depois, atropelada por um ônibus. João fica sem condições de moradia por um tempo. Quando completa dezessete anos, João é apreendido por assalto a mão armada a um supermercado.

Neste e somente neste último ponto do gráfico, identificado com a estrela mais alta, muitos passaram a ser os serviços, equipamentos e recursos voltados ao João. Polícia, delegado, defensor, juiz, advogado, conselho tutelar, técnico de medida socioeducativa, assistente social e instituições outras passam a se implicar em sua vida, cada uma a seu modo.

Abaixo de sua ascendente curva, projeta-se outra pontilhada para ilustrar que não se pode impedir os altos e baixos dos conflitos e suas intensidades, mas sim evitar que cheguem a níveis insustentáveis. O ponto alto encurrala os sujeitos a buscar formas menos aceitáveis de

redução da tensão. Tal como vimos no círculo da Botcharova, a reprodução da violência encontra fácil escoamento quando não são dadas as condições sociais de redução dos conflitos e seus danos. Isso encontra eco no relato do preso no CDP de Pinheiros, quando diz:

Hoje a sociedade, vocês vem com alguma coisa pra gente, a gente quer aprender, a gente faz e a gente vai pro dia a dia, mas a sociedade acaba empurrando a gente pro círculo [Botcharova], que se a gente não agir com violência, não ir pra cima, a gente vai reivindicar nossos direitos como? Se a gente for falar que a gente não vai comer, a gente vai morrer de fome. Se a gente for falar que não vai usar a água, não vai tomar banho, pra eles é lucro porque tá fazendo economia.¹⁷²

A apresentação das janelas de Wachtel e McCold é seguida das comparações tabeladas do entendimento do crime, da responsabilidade e da justiça, as quais vimos no primeiro capítulo.

Para completar esta etapa do *conflito*, é pedido para que cada educando pense num conflito em sua vida para que possa vê-lo inserido na *curva do conflito*. Na apostila há uma página especialmente voltada para isso, com espaços para que se possa desenhar os eixos de tempo (x) e intensidade do conflito (y) e perguntas que podem favorecer a construção: “Que causas poderiam explicar a origem do conflito segundo sua percepção?”

Para ajudá-lo na tarefa de construção dessa *curva*, é tratada sua questão estrutural a envolver um debate sobre o *poder*. Inicia-se com um texto que o aborda de maneira simples e direta, exibindo sua ambivalência e importância no debate acerca das mudanças e responsabilidades: “Pelo poder, se mata, se corrompe e outros sofrem terrivelmente. Ao mesmo tempo, o poder nos torna capazes de obter alguma mudança construtiva. (...) Se quisermos realmente transformar um conflito de maneira construtiva, devemos levar em conta o papel que joga o equilíbrio, o desequilíbrio e a manipulação do poder.” (CDHEP, 2012, p. 30)

É lembrado que todos temos algum grau de poder por haver condições de realizar mudanças no mundo a partir de nossas ações. Além disso, o poder está relacionado com outras pessoas, de maneira negativa ou positiva, podendo gerar destruição ou construção, “para o bem ou para o mal, para dar vida ou trazer a morte. De todas as maneiras, continua sendo o mesmo poder”. (op.cit.)

Dividindo as orientações em itens, o texto vai trazendo estes e outros elementos que julga importantes: o desconhecimento do próprio poder pode conduzir a abusos, danos e

¹⁷² Anexo 1.

intimidações. Um poder em desequilíbrio pode ainda ser utilizado propositadamente para vencer disputas, destruir relações e, no que muito nos interessa, corroer um acordo restaurativo. Chamando a atenção para os poderes pessoais, o texto exemplifica como este é afetado pelo lugar e tempo social a qual se encontram os sujeitos históricos. Alguns setores sociais tem mais ou menos poder apenas por serem de determinada etnia, gênero, classe social ou residentes de determinada área urbana. Assim, uma das abordagens necessárias sobre o poder será o enfrentamento de seu desequilíbrio: “Nossa meta na transformação do conflito tem que ser uma sociedade livre da dominação do poder”. (op.cit., p. 31)

Com o uso de terminologias simples e claras o texto vai distinguindo entre dez formas de exercício de poder, na tentativa de abarcar as dimensões que devem ser tomadas em consideração na análise do poder:

- **A autoridade formal** deriva da posição oficial ocupada por uma pessoa: pais, professores, diretores, presidentes, coordenadores, etc.
- **Nossa preparação acadêmica e técnica** viria da condição do conhecimento em determinado campo ser utilizado numa relação, p.ex.: um mecânico quando seu carro está com problemas.
- **Nossas relações e associações** dão forma ao poder da organização coletiva em prol da solução de um determinado problema.
- **O controle dos recursos** fornece o poder sobre o que os outros necessitam, como dinheiro, terras, materiais, força de trabalho e bens diversos.
- **Insistir, irritar e testar a paciência** são formas de incomodar outros a ponto de fazerem o que se quer que façam. É um tipo de poder geralmente mais importante entre as crianças.
- **A força** talvez seja a mais conhecida e radical forma de colamento entre poder e violência. É o poder de impor vontades a partir da ameaça física ou de aplicação instrumental de uma capacidade destrutiva, seja ela dissuasória ou não. É usada em grande pela prática delinquencial e também a militar.
- **Nosso testemunho pessoal** é a capacidade de convencimento pela palavra e pela experiência de vida, com valores partilhados pela relação para promover ou propor mudanças.
- **Ser carismático(a), atrativo(a), agradável e confiável** é uma forma importante para

persuadir, manipular ou congregar pessoas a seguir ou apoiar determinadas orientações e ações.

- **Status social** pode também exercer influência sobre a hierarquia social, independentemente de outras habilidades. É o poder de influência pela posição social.
- **A mídia** traduz grande poder sobre os veículos de comunicação, alcançando influência e destaque dentro de outros poderes.

A importância maior dentro destes destaques de poder é identificá-los e aferir a relação existente entre eles. Sob risco de impossibilitar qualquer acordo, é crucial que num conflito se entenda o desequilíbrio de poderes para que se possa equilibrá-los. Para este fim, a apostila conclui que deve ser feito um trabalho que, em dois sentidos, pode ajustar o poder entre pessoas.

Para aumentar o poder de alguém podem ser tomadas estratégias de aprimorar a expressão da pessoa com menos poder, separá-la de outros num primeiro momento para que se expresse livremente, convidar outras pessoas que lhe deem suporte, uma assessoria técnica voltada aos interesses daquela pessoa e identificar outras fontes de poder previamente existentes.

Os fins de limitação do poder de alguém envolvem em grande parte seu convencimento e ajuda na compreensão dos benefícios que um acordo pode usufruir de um poder equilibrado. Somente os acordos entre envolvidos com poder iguais são passíveis de duração no médio e no longo prazo. Para isso, é possível envolver pessoas que influenciem esta pessoa a não abusar de seu poder para o bem de um acordo durável.

O término desta atividade sobre o *poder* retoma a curva do conflito escolhida pelo participante para que insira em sua análise as dimensões de poder que possui como personagem a partir da pergunta: “qual é seu poder no sentido de influenciar na transformação do conflito, ou da pessoa central deste conflito?”

4.9 Nono Encontro – Habilidades Emocionais e Comunicação Assertiva

Este encontro retoma o quadro do Continuo das Práticas Restaurativas¹⁷³ apresentado no capítulo anterior. Com ele é dada a importância das práticas restaurativas informais de

¹⁷³ Cf. quadro p. 132.

comunicação que, em sua maioria, envolvem uma *Inteligência Emocional*. Definida por Celso Antunes por inteligência emocional se entende a capacidade que cada ser humano tem para lidar com os conflitos cotidianos, com o volume e o controle de suas angústias e ansiedades, aprendendo a compreender seus próprios sentimentos e a descobrir-se nos outros, com quem busca efetivamente conviver.

São dadas diversas instruções a respeito da base da comunicação assertiva. Fundamentalmente são orientações quanto a postura corporal (contato dos olhos, inflexão e volume de voz, expressividade do rosto, fluidez na fala, postura, distância física) e evitações de certas condutas (Ombros encolhidos, olhar desinteressado e aborrecido, lábios apertados, ficar olhando para outras direções, ficar batendo o pé, balançar a cadeira, suspiros, bater na mesa com os dedos, braços cruzados, ficar caído para trás na cadeira em uma posição muito relaxada). Estas conduzem a um favorecimento do sucesso da comunicação, o entendimento de que algo será partilhado entre dois e tornado comum. Entretanto, para isso ser possível, algumas habilidades são importantes serem desenvolvidas: autoconhecimento, administração das emoções, empatia e habilidades de socialização.

Infelizmente estas habilidades não são criadas da noite para o dia e demandam uma série de exigências do indivíduo, dentre as quais exercícios pessoais de disciplina e treino de acordo com as oportunidades e possibilidades. Por isso essa etapa formativa costuma ser bastante maleável e sempre disposta a somar com exercícios novos, adquiridos de outras experiências que nos chegam através de formações análogas.

Das habilidades trabalhadas durante a formação ESPERE destacam-se três. A comunicação assertiva, a escuta ativa e as perguntas abertas. De modo geral e como dissemos anteriormente, este grupo de ensinamentos tentam abrir ou ampliar um canal de comunicação para que as emoções e necessidades sejam cambiadas numa conversa e assim não corra o risco de se fechar.

O primeiro exercício proposto é o *EU mensagem*. Este estabelece um local de discurso diferente do acusatório VOCÊ mensagem: “*você me fez passar vergonha na reunião; você não sabe fazer isso; você teima em me desobedecer*” e assim por diante. Para evitá-lo, são feitas separações comunicativas de cada frase, divididas em quatro grupos semelhantes aos encontrados nas *lógicas da verdade* (lógica dos fatos, sentidos e necessidades):

- Observação ou fato;
- Sentimento ou emoção;

- Necessidade;
- Pedido.

Este quarto item, *pedido*, apesar de não ser o mais importante, faz um fechamento da comunicação de volta com uma proposta, uma estratégia de ação ou ainda uma pergunta que convoque o interlocutor a participar do formato comunicativo e também se expresse de maneira assertiva.

Nas formações em habilidades emocionais das ESPERE é dada uma atenção maior para as Eu mensagens, que priorizam o sentimento, seguindo de apontamento do fato, da necessidade e do pedido: “*Eu me senti bastante frustrado ontem quando você me garantiu que entregaria os relatórios, mas não o fez. Você poderia me dizer o que aconteceu?*” Essa mudança proposta pela Eu mensagem faz com que haja a menor possibilidade do interlocutor sentir-se atacado, pois o falante expõe seus sentimentos e responsabiliza suas necessidades por eles, ainda que em contato com uma realidade partilhada pelo outro.

Os quatro itens acima descritos são mais próprios aos cursos de CNV inspirados por Marshall Rosenberg. Nele, a lógica dos fatos aparecem como abertura, conduzem o discurso para os sentimentos e necessidades, voltando ao final para um convite que, por sua vez, pode articular uma ou mais das outras três lógicas, p.ex.:

- lógica dos fatos – *Quando você não apareceu ontem*
- lógica dos sentidos – *fiquei desapontado*
- lógica das necessidades – *porque eu queria muito falar com você*
- lógica dos fatos + necessidades – *podemos almoçar juntos para conversar?*

Estas etapas são ensinadas paulatinamente durante as formações em CNV. Por sua vez, as formações ESPERE neste nono encontro já podem contar com todo o trabalho desenvolvido com o educando a respeito de seus sentimentos e necessidades, muitos deles trabalhados desde o primeiro. Assim, quando o educador apresenta a fórmula da Eu mensagem, o participante já tem condições de assimilar mais rapidamente onde se quer chegar, podendo seguir para os exercícios propostos:

Escreva “eu mensagens” para cada uma das seguintes situações usando a fórmula “eu me sinto... quando você... porque eu/ nós”:

a. Você e um membro da sua equipe do trabalho discordam sobre vários assuntos. Nas tentativas de resolver um dos conflitos, a outra pessoa te interrompe o tempo todo.

b. Você está trabalhando junto com um outro membro de equipe e sente que não foi dada a você uma oportunidade para participar ativamente como queria nos encontros.

Assim, o educando tem a chance de treinar sua comunicação, escrevendo em seu caderno e depois enunciando em voz alta para que possa se ouvir e ser ouvido pelos outros a fim de aprimorar cada um dos elementos com clareza. Ele deve poder identificar com maior clareza possível (1) qual sentimento está sentindo, (2) o que aconteceu para que tenha ficado assim, (3) o que buscava alcançar e (4) o que gostaria que acontecesse.

Por nossa experiência sabemos que as dificuldades dos participantes aparecem em todos os níveis da comunicação. Em cada lógica comunicativa existe uma chance de haver um 'engano', fazendo com que o falante não diga o que sente ou sentiu, recaindo numa fala não assertiva: “Eu senti que você me manipulou ontem na reunião”. Para não dizer que está com raiva ou qualquer outro sentimento que possa ter-se derivado de uma persuasão aparentemente abusiva do outro, o falante joga para este a responsabilidade pelo que sente. Ou “eu me sinto ameaçado por você toda vez em que nos encontramos”. Neste segundo exemplo, mais sutil, a fala poderia estar mais aberta se o falante pensasse no sentimento que está por trás da visão de ameaça, normalmente ligadas à insegurança, frustração, raiva, vergonha, etc. Apesar da dificuldade, os participantes acabam por entender que os sentimentos são normalmente aqueles que nos fazem *vulneráveis* e que expõe um medo de ser atacado, excluído e abandonado. Para ajudar os participantes são propostos vários exercícios de elaboração e trocas entre eles, para que se ouçam e testem os efeitos das frases uns com os outros.

A Eu mensagem é uma forma contraintuitiva de se posicionar, pois frente a um conflito a tendência que aprendemos desde a infância é a do ataque, da disputa de poderes e da acusação do outro como responsável por aquilo que sentimos. A comunicação assertiva tenta desfazer tal construção ao antecipar uma abertura de linguagem responsável e que assim chama o outro para a sua própria responsabilidade. O efeito chega a surpreender porque, no lugar de uma acusação, o ouvinte lida com a *falta*, não só de um eventual ataque, mas de uma necessidade no outro, que nada mais é daquilo que falta no outro. Ao escutar uma fala assertiva, o ouvinte se percebe ligado a esta falta sem que isso incorra num risco às suas necessidades. Pelo contrário, ouve um convite: “como é isso para você?” ou “poderia me dizer o que entendeu?”. O canal comunicativo só será colocado abaixo se houver motivação anterior para tal, i.e., uma falta que o falante assertivo ainda não foi capaz de visualizar ou

sentir.

Portanto somente a fala assertiva não dá conta do cerco de linguagem ao outro. Se mesmo com uma fala assertiva o interlocutor permanecer fechado, irritado ou impassível, vê-se a necessidade de uma *anterioridade*, de se criar um canal comunicativo não mais a partir das próprias necessidades e sentimentos, mas a partir das necessidades do outro. Elas são possíveis de alcançar através de um movimento de empatia, e que pode ser proporcionado por uma *Escuta Ativa*.

Ela é utilizada para proporcionar uma leitura das necessidades e/ou sentimentos do outro, fazendo-lhe eco e estabelecendo um canal comunicativo bastante forte. Se o outro perceber que eu consigo devolver a ele um entendimento correto de seus sentimentos ou necessidades, traduzidos em minha fala, tenderá a pensar que posso partilhá-lo:

- Por que então você não vai morar sozinho?!

- Você está dizendo que sente raiva e que gostaria que eu fosse mais independente, é isso?

A Escuta Ativa propõe algumas “receitas” para facilitar a difícil tarefa de, no calor do momento conflitivo, encontrar as necessidades ou sentimentos que possam estar por trás da fala agressiva:

- Você está dizendo que... sentindo que...
- Você está frustrado porque sente... ?
- Você está magoado porque gostaria de...
- Entendo que isso esteja te irritando, mas...

para usá-las, são propostas algumas situações de conflito para que os participantes exercitem frases de Escuta Ativa:

Exercício 1. Não quero participar mais nas reuniões da equipe porque não me sinto levado a sério. A Coordenação não implementa nada daquilo que decidimos juntos. (Membro da sua equipe do trabalho)

Exercício 2. Não suporto mais a Amanda. Ela sempre promete ajudar mas quando distribuímos as tarefas ela tira o corpo fora. Que saco....

Respostas possíveis:

Ex1: Você está dizendo que gostaria de ver respeitadas as decisões da Coordenação as quais você participou, apesar de se sentir frustrado com esse quadro, é isso?

Ex2: Você está irritado porque gostaria de ver um maior comprometimento da Amanda com as tarefas distribuídas?

A terceira cerca de linguagem voltada para o estabelecimento de um canal comunicativo com o outro é a elaboração de *Perguntas Abertas*. Estas fazem com que se convide o outro a responder de acordo com suas necessidades e sentimentos, evitando julgamentos ou decisões. Alguns exemplos:

- O que você pode aprender dessa situação?
- Como você poderia ter feito isso de outra maneira?
- Como você acha que a outra pessoa se sente? O que pensa?
- Como está sentindo neste momento?
- Que soluções podem beneficiar mais cada um dos envolvidos?
- O que pensou no momento do acontecimento? Estava tentando conseguir o que?
- Como mudou sua vida depois do incidente?

Estas perguntas convidam o outro a partilhar de sua experiência e evitam um pensamento racional e distanciado da situação que garantiria isenção e desresponsabilização pelo conflito. Vimos nos primeiros capítulos a importância de se contar histórias¹⁷⁴ pois elas evocam a ligação comunicativa entre as pessoas e evitam que se distanciem emocionalmente do conflito a fim de se livrarem de eventuais culpabilizações.

Achamos importante distinguir essa característica da comunicação assertiva quanto às evitações emocionais pois entendemos que a expressão é uma forma de poder, mas também muito perigosa num ambiente não restaurativo. A expressão pode ocorrer em equívocos, preconceitos e ataques ao outro quando a fala das emoções e necessidades entra em cena, especialmente quando o faz agressivamente. A fala racionalizada tampouco colabora para o desvelamento das origens de um conflito, afastando o entendimento das necessidades que correm por baixo de um posicionamento. Mas um ambiente punitivo não favorece nenhuma possibilidade de expressão de sentimentos e necessidades pois o que busca é justamente alguma verdade do sujeito para poder culpá-lo, i.e., isolá-lo em sua *vulnerabilidade*. Assim, aquele que se mostrar mais vulnerável por não conter suas pulsões (necessidades) e cair na armadilha da responsabilização será lançado facilmente à culpabilização pelos outros, que não se veem (mostram) vulneráveis. Logo, se há apenas a exibição de *uma* vulnerabilidade, há apenas um *responsabilizado*. Nosso entendimento, no entanto, é de que nunca há apenas um responsável, mas culpabilizado(s) e irresponsabilizados.¹⁷⁵

¹⁷⁴ Pranis, 2010.

¹⁷⁵ Lode Walgrave aponta em estudos (2009) que a abordagem da reabilitação social de jovens não é a

4.10 Décimo Encontro – *Justiça Restaurativa, avaliação e encerramento*

O último encontro das ESPERE é utilizado majoritariamente para apresentar algumas práticas restaurativas na resolução de conflitos. São propostos um ou dois textos (Transformar Conflitos e Marcos para Práticas Restaurativas) os quais já nos referimos no primeiro capítulo deste trabalho e que não precisaremos ampliar agora. Basicamente, eles abordam o início e abertura das práticas formais de mediação de conflitos e são complementados por exposições dinâmicas dos primeiros passos para a prática: como criar um ambiente seguro? Como oferecer um território seguro, com segurança psicológica que possa dar condições para a sensação de pertencimento e inclusão própria à restauração. De modo geral são dadas instruções para o uso das *habilidades emocionais*, vistas no encontro anterior, a fim de ressaltar a importância do convite à expressão de sentimentos e emoções, o contar histórias e experiências que desenvolvam as necessidades dos envolvidos que, muitas vezes, ficam obscurecidas e veladas sob os anseios de vingança, punição e retribuição.

Como vimos, é necessário que o facilitador saiba propor espaços potenciais de expressão de sentimentos ligados à ofensa, como raiva, ódio, rancor, medo, vergonha, impotência, frustração e insegurança, tal como eles foram convidados a fazer consigo mesmos em diversas atividades (como sou violento?, argila, grupo de confiança, máscaras, 3Ss, cadeira vazia e discussões subsequentes a cada uma dessas atividades).

É pedido que se utilizem de um caso escolhido no exercício da curva do conflito ou o caso dos adolescentes na represa Guarapiranga¹⁷⁶ para que, em grupo, reflitam e proponham um plano restaurativo. Este plano deve ser apresentado para o grupo geral em forma de dramatização e, como tal, constitui-se como a primeira experiência de contato com uma prática restaurativa formal, ainda que a partir de uma “cena”.

Ritual de encerramento com o Círculo de Paz.

Metade deste último encontro é deixado para o encerramento da formação, momento em que podem ser feitas diversas dinâmicas com fins de reunir o grupo ao redor dos aprendizados e finalidades do curso, muitas vezes guardando semelhança com rituais de

estratégia mais eficiente, assim como a punição ou ameaça de punição não conduzem a entendimentos e mudanças de comportamento. Trataremos de questões próximas a estas no próximo capítulo.

¹⁷⁶ cf. Encontro 6 – lógicas da verdade.

celebração e atividades que marcam um período de transição do grupo. Um lanche diferenciado é preparado, com bolos e salgados mais requintados, algum detalhe decorativo sobre a mesa, uma flexibilização dos horários de intervalo e assim por diante.

Para este encerramento propriamente dito é proposto um Círculo de Paz, tendo ao centro uma toalha com objetos que façam sentido para o grupo, símbolos culturais ou que representem aquela união. É explicado o que é o CP, aspectos de coordenação do círculo e o bastão (peça) de fala. A cada um é dado um pedaço de lã ou cetim para que, amarrando-o ao da pessoa ao lado, diga *quem gostaria que estivesse aqui, que tenha sido ou seja importante para que se chegasse a esse momento*. Muitos trazem parentes ou pessoas que já faleceram, alguns que se beneficiariam dessa formação, direta ou indiretamente, ou que contribuíram de maneira significativa. A cada novo pedaço inserido no círculo, um laço vai sendo formado entre os participantes, fornecendo-lhes a metáfora da partilha e da segurança ofertada pelos iguais.

Por fim o educador elabora uma pergunta, como por exemplo, o que levo desta experiência? Como me sinto hoje, finalizando este processo? O que para mim foi mais significativo?

Feitas as contribuições de cada participante, cria-se um ambiente mais festivo para a entrega dos certificados da formação, tirar fotos do grupo, para as despedidas, troca de contatos, perguntas sobre a formação de facilitadores (PJR) e o lanche.

Capítulo 5 – Reflexões

5.1. Punições e consequências para a JR

A sociedade mais refém de suas necessidades só pode torná-las insatisfação com a justiça, mas nem sempre com essa instituição. Como o sistema retributivo pratica uma cultura de necessidades não transformadas como movimento político, o próprio processo retributivo se auto alimenta e legitima a si mesmo. Como a raiz do processo retributivo é a pena, cumpre-nos questioná-la radicalmente.

A forma como a Justiça Restaurativa tem se desenvolvido no mundo tem aberto a possibilidade de convivência entre os dois sistemas de justiça, restaurativa e retributiva. Apesar de não ser consenso a heterogeneidade destes sistemas, tem sido de comum entendimento a potencialidade da JR e sua capacidade em problematizar as funções retributivas em suas dimensões práticas e teóricas. Contudo, não está em jogo um questionamento quanto a importância do sistema penal e seu papel de conter a escalada de violência. Com efeito, não convém querer negar à sociedade esse controle sobre os crimes que nela ocorrem ou sua legitimidade democrática pautada em valores a serem preservados.

No entanto, o judiciário tem sido crescentemente questionado quanto à impunidade que lhe escapa por entre os dedos, tal como vimos em 2013 a temática da corrupção muito atrelada às manifestações que atravessaram o país após o mês de junho. Ainda que este não seja o maior dos problemas da nossa sociedade, a insegurança institucional provocada pela necessidade de um novo pacto social a repensar as estruturas democráticas alcançou ponto bastante crítico só visto há décadas atrás, durante as manifestações pelas *Diretas Já*. Não só isso, temos visto desde 2008 como a falta de regulação do poder dos setores financeiros internacionais tem lançado dúvidas sobre a soberania democrática representativa atual. Esta não tem conseguido garantir o mínimo de segurança para o sujeito político do novo século. Seu chão tem se tornado instável.

Os trabalhos recentes sobre o atual momento histórico do país¹⁷⁷ tem questionado as bases representativas do poder para além dos benefícios sociais alcançados na última década e do alargamento do poder de consumo da população. As necessidades tem sido apontadas como radicalizadas ao redor de uma reforma política mais estrutural e que celebre a sociedade

¹⁷⁷ Inserir notícias e livro sobre as manifestações de junho

a ter seus poderes de volta. No entanto, no que tange nossas experiências como educadores das ESPERE, temos visto que nem sempre as estruturas podem ser alteradas sem que haja também mudanças naquilo que as sustenta, i.e., a própria cultura que organiza suas funções.

Assim, se entendemos nosso tempo histórico na ligação das necessidades atuais de retorno do poder à sociedade, ao mesmo tempo em que esta exige um novo pacto estrutural de exercício desse poder, é possível que os pilares da JR encontrem terreno fértil nos próximos anos.

Mas não só isso, e acreditamos que esta pesquisa venha neste sentido, também queremos sinalizar que há um risco de não haver condições suficientes para construir uma nova estrutura de justiça sem que essa também *desconstrua* ao menos parte da antiga fundação. A importância dessa abordagem ultrapassa os benefícios que tem sido nacional e internacionalmente constatados no uso de práticas restaurativas, pois também preza pela garantia dos mínimos direitos preservados pelo poder judiciário.

Nos últimos anos temos visto a paulatina mudança da linguagem punitivista para penas alternativas. Mais recente ainda é a inversão proposta pela JR: a de alternativas à pena. É o caso de aproveitar o ensejo para pensarmos caminhos que possam, no futuro, superar as práticas que estão hoje sendo relegadas a segunda opção. Acreditamos que o caminho segue lentamente para a exclusão de práticas punitivas, tal como nos é problematizada pelas formações ESPERE, e esta talvez seja um dos mais fortes benefícios para que se fale em responsabilização e um possível perdão.

Uma decorrência fundamental da disposição a falar de si a partir dos sentimentos experienciados num conflito demonstra uma diferença de dispositivos jurídicos tradicionais para os restaurativos. Enquanto que o primeiro busca encontrar a prova e a objetividade da verdade dos papéis de vítimas e ofensores, deixando-os muito claros ao final desse processo, o restaurativo inicia seu trabalho nesse ponto, partindo da disposição dos envolvidos a entrarem como iguais e com necessidades ligadas uns aos outros.

Nos processos restaurativos a vítima tem a garantia de que algo será feito; a JR conferirá prioridade às suas necessidades e atenção específica para que o que aconteceu não fique como está. O Direito Penal ao condenar o ofensor à cumprir sua pena, oferece à vítima um importante reconhecimento público de sua vitimização, ajudando-a em seu processo de luto e recuperação. Entretanto, a JR não exclui poderes da vítima, e mais, por favorecer a vergonha integrativa do ofensor através da sua comunidade de afeto, reforça, para a vítima,

um reconhecimento mais verdadeiro, diretamente implicado sobre aquele que a prejudicou, já que o próprio ofensor se declara responsável pelo feito. Outra coisa seria o Estado fazer isso por ele.

O custo psíquico da atual burocracia jurídica, além de sobrecarregar a vítima, garante ao ofensor a oportunidade de não ser responsabilizado, nem mesmo penalmente. Tal método deveria constar como a última opção de justiça e não a única. Os custos e a possibilidade de alguém se machucar no procedimento penalista é muito alto: não contendo os efeitos da violência para a vítima e sua comunidade, podendo inocentar alguém responsável ou até mesmo condenar inocentes. São muitos os espaços para que injustiças se escondam e se perpetuem nesse modelo.

Mais ainda e de outra maneira, Zehr e Pranis¹⁷⁸ atestam a validade do método mesmo quando o ofensor não é ou não pôde ser identificado, usando a comunidade de afeto, comunidade do bairro e Estado para reparar o dano. Isso decorre do cuidado com a vítima ser *sempre* o principal. O mínimo de justiça é voltado à vítima, que já terá atendidas algumas de suas necessidades, o que já é muito. Sua reparação será tão eficiente quanto puderem ser os esforços neste sentido, não a toa o círculo da Botcharova da o sentido das formações.

Como a JR favorece o ofensor a assumir o que fez, a vítima dispensa o Estado para cumprir o papel de concentrar seus esforços sobre os danos, e mais, tendo atrás de si uma comunidade em consenso: ajude-nos com tais obrigações negligenciadas ou necessárias para a reparação. Isso nos leva a compreender o quanto o Estado se posiciona como julgador de crimes sem reconhecer as responsabilidades de cada ator, contribuindo para que o conflito reapareça em outro lugar, reproduzido pelas invisíveis responsabilidades.

5.2 – Pensamentos sobre a pena

Afonso Konzen (2008) talvez seja o autor que tenha tido maior empenho em buscar a definição mais radical daquilo que podemos chamar de pena. Esta “é o instrumento político de limitação da vingança, um limite ao poder de punir, na linha de um duplo fim, ao menos para um parâmetro utilitário”¹⁷⁹. Por essa concepção, a pena “não serve apenas para prevenir os delitos injustos, mas, igualmente, as injustas punições”¹⁸⁰. E tem o Direito Penal “uma dupla função preventiva, tanto uma como a outra negativas, quais sejam, a prevenção geral dos

¹⁷⁸ op.cit.

¹⁷⁹ FERRAJOLI, Luigi, p. 268, *apud* KONZEN 2008.

¹⁸⁰ Ibidem

delitos e a prevenção geral das penas arbitrárias ou desmedidas". (KONZEN, 2008, p.04)

A entrada não só dos valores mas também dos princípios da JR nos faz repensar estes pressupostos da pena para a justiça. Entendemos que a JR questiona todo o funcionamento da pena, não só a que idealiza a mudança do preso e sua correção, mas também sua função política de limitar a vingança, limitar o poder de punir. Na radicalidade do paradigma restaurativo tal como nos apresentam seus autores mais destacados, a expressão “justa punição” deixa de fazer sentido para a prática restaurativa tal como a vemos, e passa para uma contradição em termos.

A aproximação da punição ao que se entende por produção de justiça, a exemplo do que vimos no caso do adolescente baleado pelo policial, fez silenciar algumas ambivalências do conflito, impedindo um entendimento mais amplo do problema que só a emergência das histórias veladas cumprem alterar. Histórias reveladas decompõem grandes cargas de culpa em responsabilidades menores e referidas historicamente a cada personagem: *vimos com a curva do conflito como* cada evento “contribuiu” para o crescimento daquele conflito com sua parcela de *culpa*. Priorizando o conhecimento mais aprofundado e encadeado de um dano como produto de outros danos, rapidamente compreendemos a concentração de responsabilização que a pena apenas confirma e não transforma.

Para lembrarmos do exemplo no círculo restaurativo feito em Porto Alegre e que chegou até nós pelo juiz Leoberto Brancher: um adolescente ofensor lamenta a morte da mãe enquanto confessa que desejou juntar-se a ela no além, já que esperava ser morto por um policial militar que o baleara na perda. Ele havia sequestrado este policial sem saber desta condição de sua vítima, que reagiu. O policial, no entanto, não o mata, garantindo o direito à vida e a oportunidade dele poder contar essa experiência aos ali presentes.

A avó materna do ofensor então sinaliza um pesar por ter proibido que, naquela época, se falasse a respeito do suicídio, obstruindo parte do processo de luto do neto pela perda de sua mãe, contribuindo, assim, para a repressão dos sentimentos sentidos por qualquer jovem que tem que lidar com a morte repentina da própria mãe¹⁸¹.

Esse exemplo ilustra como a ideia de prevenção da lógica restaurativa alcança responsabilizações onde a justiça tradicional não alcança. A negação do luto da avó para com o neto não constitui crime, mas um silenciado; esta recusa do luto está longe de ser ilegal, é até mesmo compreensível, mas também de amplos efeitos de sofrimento psíquico sobre

¹⁸¹ Retomaremos esse exemplo no Capítulo 4 ao tratarmos da *curva do conflito*. cf. p. 129.

aqueles que não tem poder e instrumentos suficientes para expressá-lo de maneira responsável, como foi para o adolescente. Assim, entende-se como a JR consegue fazer com que o caminho da responsabilização seja também inverso ao da culpabilização. Ela faz com que as responsabilidades mostrem seus donos e deixem de buscar culpados.

Portanto, se entendemos a função da pena como contenda do poder punitivo para evitar as injustas punições, como linchamentos e vinganças de ordem privada, e ainda prevenir penas arbitrárias, desmedidas e a disseminação de práticas ilícitas, a JR tem razão de monta para lançar dúvidas sobre tal justificativa, pois garante as mesmas funções sem que para isso alguém tenha que fazer algo que não quer.

Tratando da pena, Zehr argumenta que quando esta não se apresenta vinculada ao sofrimento de alguém criam-se dois sofrimentos a partir de dois danos, o dano da vítima e o dano do ofensor. O que a JR nos faz perceber é que, enquanto do lado retributivo cada condenado é obrigado a sofrer sozinho o seu sofrimento – todos aqueles ligados à privação de sua liberdade e, quando muito, um remorso que o faz fantasiar com um pedido de desculpas e o perdão de si mesmo¹⁸² –, do lado restaurativo ele sofre o sofrimento da vítima, dos parentes dela, dos seus parentes, de amigos e da comunidade, i.e., não sofre sozinho, mas vinculado às mesmas pessoas que estão lhe dando suporte.

O ofensor tem a oportunidade de ver em cada rosto, dali em diante, um sofrimento ligado ao reconhecimento de uma alteridade; o mesmo não acontece dentro de um sistema em que a pena é admitida. O sofrimento imposto não alcança a ordem do sofrimento conjunto, mas um sofrimento de ordem pessoal, individual e frágil em fazer com que o ofensor entenda as dimensões interpessoais de seus atos, referentes aos danos provocados em outras pessoas. Afinal, este é o cerne e o objetivo dos sistemas jurídicos como um todo no que toca o ofensor.

Sem que haja uma vinculação externa de seus atos, o ofensor pouco percebe o prejuízo para além de si mesmo e, assim, não encontra no outro os limites de seus atos. Em sentido contrário, o método restaurativo posiciona seus atores para que promovam vínculos entre si, reduzindo o deserto da solidão ao resgatá-lo e habitá-lo enquanto espaços de alteridade, cuidado, amizade e compaixão.

Uma das experiências ricas de que me lembro em termos de justiça, fui ter com a *Justiça Restaurativa*. Foi poder entender de alguma maneira que a punição de uma parte da sociedade possa estar funcionando como esconderijo privilegiado da *não responsabilização*

¹⁸² cf. Anexos

de outra parte. Ou seja, é pensar que quando punimos alguém, uma grande carga de irresponsabilidade possa estar sendo escondida ou desviada para outras pessoas.

A punição responsabiliza pouco os familiares, os amigos, os vizinhos, os conhecidos e menos ainda o Estado; cada uma destas instituições pode estar deixando de pagar o seu “pedaço” de responsabilidade e é o que a JR pode expor. No círculo do adolescente em Porto Alegre o policial afirmou que o adolescente também era uma vítima, pois reconheceu nele uma carga afetiva em excesso, provocada pela morte de sua mãe. Era grande a ponto dele *não se comportar*, i.e., não conseguir conter os sentimentos a transbordarem em ações moralmente reprimíveis e danosas, ainda que falassem de uma necessidade não antedida anteriormente.

Esse é um entendimento mais frutífero do que se pode chamar do *comportamento* de uma pessoa, sua capacidade em lidar com seus sentimentos e necessidades ligada a uma história do passado. No entanto, como vimos com a curva do ofensor, os comportamentos vistos em cortes da realidade só cumprem a mutilação do humano e das histórias pessoais para fins que não incluem o mutilado. Uma JR que problematiza toda função penal assim se faz inteira e encontra os caminhos do mal comportamento que levaram, não só do ofensor mas também outros responsáveis, a não se comportarem.

Como vimos no círculo da Botcharova, o peso da dor e da perda só podem ser sustentados no plano simbólico intersubjetivo, um plano seguro onde pode haver partilha das angustias, medos, raivas, frustrações e fraquezas. Como diz Maduenho¹⁸³ citando Mano Brown, “sozinho você não aguenta”, e ninguém aguenta. Como psicanalista, Maduenho fala deste campo que pode ofertar contenção para os efeitos do desvão no campo dos símbolos:

É esse mesmo espaço que abriga as interpretações psicanalíticas em nosso trabalho no consultório. E vejam uma diferença: no caso do meu amigo ou da Gabriela não surgiria um desvão abismal vazio de símbolos ou com símbolos aterrorizantes apenas (como citamos, nos desencontros que perpetuam o traumático) pois havia mãe, pai, família (amorosos e suficientemente bons), análise pessoal, supervisão, amigos, etc. O problema é quando isso não pode ocorrer, quando fatos como esses não podem ir para o terreno onde as possibilidades de transformações ocorrem: o solo intersubjetivo. (op.cit.)

No caso do adolescente em Porto Alegre, até o círculo, não havia como cobrar a parte de responsabilidade da avó. Os exercícios de expressão pela CNV são feitos justamente para estes fins, poder convidar o outro a assumir suas responsabilidades, chamá-las de volta. Foi quando a avó se expôs. Isso demonstra como o método restaurativo é mais preventivo que o método tradicional, pois o “crime” da avó não foi “pago” em responsabilização até o

¹⁸³ MADUENHO, op.cit., p. 16

momento em que ela teve a segurança de poder assumi-lo, como se dissesse: eu cometi um engano, um acidente, uma *omissão*. Eu não pude ofertar um espaço (como esse!) para a expressão dele e assim não houve símbolos o suficiente no qual meu neto poderia tentar se segurar.

Em nosso exemplo ocorrido em Valinhos, nossa mãe poderia ter tido a mesma atitude desta avó, silenciado aquilo tudo, não nos responsabilizado e ainda deixado as pessoas daquela casa sem uma interlocução que tornou possível vincular um rosto com um evento, um pedido de desculpas com um dano, uma vontade de reparação com um reconhecimento do malfeito. Nossa dívida reparatória, estipulada pela moradora, era de chamarmos nossa responsabilidade, não dar-lhe algum dinheiro que provavelmente não precisaria ou um novo vidro moldado. É até mesmo possível que a moradora quisesse reforçar que o que era da maior importância naquele episódio eram nossas desculpas.

A JR nos mostra que a punição não guarda só a pena, a dor, o sofrimento e os traumas, mas leva escondida também responsabilidades de outras pessoas. Como nossa humanidade primitiva tem muito medo da punição, para evitá-la individualmente, também individualmente ela está sendo colocada no mundo sobre aqueles que conseguirem camuflá-la melhor.

Como as vítimas relatam em pesquisa do Observatório de Vitimização e Direitos Humanos em Porto Alegre¹⁸⁴, classe social é uma variável na implicação ou não de um cuidado maior por parte das autoridades. Endo (2005) nos mostra como a violência se torna moeda de troca e passa a circular pelo mercado atrás de valorização. Num mundo predominantemente capitalista e violento com os pobres, não seria de se surpreender que os sistemas se investissem mutuamente a fins de se valorizarem. De acordo com o autor, podemos entender que o poder que controla a violência em nosso país não repousa na lei, mas no capital. Quanto é necessário gastar para alguém ser reconhecido como vítima e ter minimamente reparados seus prejuízos?

Tem sido parte deste quadro um silenciamento do Direito a causar danos mais graves que aqueles que seriam causados pela emergência de seu recalque. Esse elemento escondido é o que faz com que nossos presídios e Fundações socioeducativas sejam zoológicos ambulantes (o quê, Mano Brow? “Não, não é não, não é o zoológico”¹⁸⁵) onde a prática da

¹⁸⁴ AGUINSKY, 2008.

¹⁸⁵ Racionais, Diário de um detento, 2002

tortura reconhecidamente cotidiana, como assim se expressou um preso na ocasião de sua formação em ESPERE, faz com que uma raça inteira seja relançada de volta para as jaulas de modernas senzalas. A exemplo disso, o lucro do encarceramento em massa tem atraído as atenções do capital e de ilegalidades que se aproveitam do sistema prisional¹⁸⁶.

Como vimos nas *lógicas da verdade*, a responsabilidade só pode se articular às necessidades e aos poderes em jogo. Se algo na intimidade de uma vítima não cessa na busca de significados pela via do simbólico, ele tentará encontrar outras vias enquanto tiver poder para isso. Se seu poder é a força, ela a utilizará para dar uma forma de expressão às necessidades que o acometem. No fundo, grande parte da violência contém a expressão de uma verdade, mas aquela que trata única e exclusivamente de necessidades fundamentais: encontrar um outro que ajude a atender uma exigência interna. Se o conflito violento é expressão destrutiva no encontro, os encontros restaurativos irão facilitar uma expressão não violenta para que o conflito possa ser um aprendizado.

5.3 - Repactuação social, reconciliação e conciliação de classes

Mas para falarmos de punição devemos falar também de outros lugares por onde a dor das penas judiciais tem se escoado mais incisivamente. Nos perguntamos se a dor tem sido deslocada privilegiadamente sobre os pobres e sobre outros grupos que sirvam de objeto aos interesses daqueles que ficam de fora. A justiça tradicional nos traz a ilusão de que, quando alguém é punido, grande parte das responsabilidades de um malfeito chegam aos responsáveis. Um questionamento ao vermos processos e acordos restaurativos é que o olhar para o futuro e para o que pode ser feito, com frequência, envolve a organização de responsabilidades individuais que se complementam. Ainda que algum acordo dê errado e não seja cumprido, outros serão, já alcançando um desenvolvimento restaurativo e abrindo as frentes de trabalho no pós-círculo, quando os acordos são revistos e o novo pacto pode ser feito de acordo com as necessidades ainda não vistas ou atendidas.

Uma questão que para nós do CDHEP se apresenta é quanto que a JR e a ideia da *reconciliação* não podem servir para uma *conciliação de classes*? Essa questão se torna ainda mais importante numa ONG com uma história de escolha pelos pobres e que a todo momento esteve comprometida com as críticas ao poder do capital. No entanto, e isso é feito entre os

¹⁸⁶ Recentemente vimos os indícios do envolvimento de policiais do DENARC no controle do tráfico de crack na região central de São Paulo, o que confere com informações verbais de um membro do PCC (informação verbal tomada por mim na praça Roosevelt em outubro de 2012).

educandos e destacado durante todo o curso das ESPERE, o poder e a necessidade de construir empatia nos círculos é ponto obrigatório para que a conciliação não aconteça sem bases muito concretas de apoio a todas as necessidades. É dizer, mais do que as responsabilidades individuais no conflito, os poderes são historicamente apresentados nas histórias e nas necessidades, mostrando àqueles de classe social mais alta, que tem o poder de controle sobre recursos ou status social¹⁸⁷, usar desses poderes em favor do outro. Isso se faz porque os poderes não entram em disputa uns contra os outros, mas radicalmente se somam. A conciliação de classes só seria fruto de um círculo que não levasse em conta as necessidades das pessoas, uma ignorância aos poderes que lhes faltam.

Exemplo disso é que, não raro, vítimas de assalto e roubo se disponham espontaneamente a participar e a usar de seus poderes e influência para conseguir algo que o ofensor necessita, seja uma matrícula em algum curso, um emprego ou qualquer abertura que leve ao *empoderamento* do ofensor e de sua comunidade. Mais ainda e como já dissemos, a soma de poderes também gravita o poder do Estado em assumir obrigações e uso de seu poder público em concentrar esforços sobre necessidades estruturais ligadas a determinadas comunidades, especialmente comunidades pobres.

5.4 Botcharova como centro das ESPERE

5.4.1 Botcharova

A autora afirma que a vítima identifica sobre o ofensor a origem de sua raiva e idealiza sobre ele o caminho inverso da agressão para, assim, dominar esta fonte e encerrar seu sofrimento. A vítima quer devolver o sofrimento a fim de que o ofensor possa também experimentá-lo, senti-lo e entendê-lo. A punição pode ser entendida como uma forma de retomada do poder sobre si através da condenação do outro, mobilizando a raiva de maneira indireta através da pena, saciando uma provocação de dor, vazio e destruição de significados do ofensor para que compreenda as consequências de sua agressão. Assim como a agressão desencadeia inevitável dor e decorrentes perdas de significados para a vítima, a punição visa trazer esta mesma dor para o ofensor. Entretanto, não podemos esperar que a pena conduza a dor de *forma* diferente daquela que foi sentida pela vítima enquanto a *comunicação* dessa dor também não mudar. Ora, ofensores não tem notícias ou sinais dos danos subjetivos que

¹⁸⁷ Ver Encontro 8, Capítulo 4.

causam às vítimas, e se atentam para que estes estejam apenas do lado delas. Inclusive a pena não provoca qualquer alteração nesse quadro. Não é raro termos notícia de celebridades ou personalidades queridas publicamente serem abordadas por assaltantes que, por conta desse reconhecimento da vítima, acabam por desistir do assalto. Reconhecer a vítima é um impeditivo da ofensa, vez que há significados partilhados e, portanto, um interesse de ambos que estes significados não se percam, mas permaneçam assim, seguros e ligados. Isso faz com que possamos afirmar que em toda ofensa há perdas de significados também para o ofensor, justificando suas necessidades restaurativas.

Mas então é possível infringir ao ofensor a *mesma* dor de sua vítima? A resposta seria sim, desde que esta experiência possa também percebida de modo único e singular. Como causar a mesma dor enquanto os significados (de vida, existência, história) de cada indivíduo são diferentes? Novamente, para respondê-lo a JR deve levar em consideração estes mesmos elementos da vida do ofensor, tal qual a radicalidade do protagonismo. E se a punição é fortemente arraigada em nossa cultura e sua finalidade visa gerar compreensão (construir significados), que compreensão histórica tem sido ligada ao ato da ofensa?

Queremos dizer que o ofensor assumirá pouco ou nenhum ganho de significado nesta “comunicação” da vítima pois a retaliação e a vingança se configuram justamente quando faltam ou não há significados o suficiente para estancar uma ferida aberta. Assim entendemos porque a punição faz um ofensor ter poucas notícias da dor da vítima, e muitas da sua própria. Por esta razão afirmamos que o interesse do facilitador deva ser o de afastamento da punição e aproximação do “falar da raiva”, uma forma de oferecer ao ofensor o veículo da dor a ser comunicada mas que não o subjuga, antes, o ajuda a lidar com sua própria dor.

5.4.2 Sobre o destino da dor

Sem comprometer a lógica do círculo da vingança de Botcharova, mas querendo complementá-la, este trabalho gostaria de acrescentar uma distinção quanto ao destino de escoamentos do conteúdo reprimido. Recentemente, por conta de um exercício de Comunicação Não Violenta intra-equipe do CDHEP, pôde-se observar que são duas as direções privilegiadas da agressão. Diferente do que se costuma apresentar durante as formações, entendemos que nem sempre o “ato de agressão justificada” se dá contra o outro. Acreditamos ser importante discernir que, muitas vezes, este ato de agressão encontra também melhor meio de escoamento ao dirigir-se contra o *Eu* da vítima. Pois a cada momento em que

a repressão falha em conter (dar significado a) o evento violento, suas energias de sobrecarga transbordam ou irrompem pelos significados. Vimos que o sujeito investirá nesta repressão o quanto possível a fim de reduzir seus danos, internos e externos. Por entendermos que a preservação do mundo interno e do psiquismo do indivíduo é de primeira atenção, o contingente de energia que não puder ser barrada ou direcionada ao mundo externo e ao outro, retornará com sua força contra ao *Eu*, que se encontra sobrecarregado pela tarefa repressiva. Resultados dessa dinâmica aumentam as chances de emergência de sintomas depressivos, melancólicos e/ou suicidas, formas clínicas comuns após severos processos de vitimização.

Esta pequena contribuição nos dá maior aprofundamento sobre os passos seguintes à repressão da dor, ajudando a compreender a necessidade do auto-perdão.

5.4.3 – Sobre a vergonha

Uma discordância é necessária ser feita ao que nos apresenta Olga Botcharova a respeito da vergonha. Ela afirma uma ligação restaurativa entre esta e a punição:

Vergonha é a ferramenta que serve como a mais efetiva punição, um pavimento para o caminho da cura e construção de confiança. A vergonha é o tipo de punição que pode ajudar.¹⁸⁸

Nossa discordância se dá quando um ofensor sente vergonha pelo que fez e percebe seus atos do passado como causadores de problemas esse sentimento é opressivo apenas quando o processo é interrompido, deixando-o com sua dor e sofrimento. A importância dessa distinção resulta assegurar que o poder punitivo esteja mesmo colocado do lado de fora dos círculos e não encontre nem sobre a vítima nem sobre o ofensor um campo de atuação. A vergonha do ofensor deve ser tratada com cuidado para que não estabeleça finalidade vingativa, ou seja, é fazer a pergunta: para quê viemos até aqui? Alcançada a vergonha do ofensor (reconhecer o dano), retoma-se os outros objetivos, responsabilizar e reparar.

Gostaríamos também de relativizar a polaridade entre vítimas e ofensores, o que não significa ignorar ou confundir tais posições, mas considerar em recorte os elementos que tornam uma vítima um potencial ofensor de outra pessoa. Isto é fruto radical do círculo da Botcharova que reconhece que o ofensor também foi vitimado no passado e, com frequência, tem uma história de politraumatismos. Isso nos leva a compreender a origem de um

¹⁸⁸ “Shame is the tool that serves as the most effective punishment, the one that paves the way to healing and trust building. Shame is the kind of punishment that can help.” (op.cit, p.9)

fundamento que entende que por sobre a vítima repousam, em última instância, as aberturas de uma ou mais cadeias de vitimizações. Isso caracteriza um retorno fundamental da JR que é *ir de encontro às vítimas*, para que elas orientem os caminhos do processo. Novamente, radicalidade do protagonismo.

Gostaria de retomar esta ideia porque da início a uma outra discussão. Acompanhando o curso ESPERE, conduzindo-o por outras dez vezes como educador do CDHEP em regiões diversas do Brasil¹⁸⁹ e de São Paulo, me chama atenção a mais franca sensação de estar inserido num contexto de muita miséria e visualizar palcos de muitas das vitimizações que pude entrar em contato até hoje. No entanto, nunca foi necessário que eu estivesse presente ou ouvindo cada um os grupos de confiança conversando para conseguir dimensionar o que se consegue à simples elaboração da argila no segundo encontro ESPERE. A mera existência de um trabalho elaborativo da argila garante que, para aquele sujeito, houve um solo seguro sobre o qual o abismo do traumático não se apresentou.

Dar-lhe poder. Nos círculos e em suas diversas fases, empoderar remete aos gestos que criam um espaço potencial de encontro potente.

Talvez o perdão, último e grande passo que se dá na ESPERE, seja também o último e grande passo que se espera dar na JR: que a vítima se identifique com um presente ou um possível futuro de identidade com seu ofensor. Essa possibilidade de identidade futura – a forte, justificada e ansiada vingança, descrita pelo ciclo da violência de Botcharova desde o primeiro encontro das ESPERE –, inclusive, é proposta com uma finalidade. Assegurar uma escolha radical do indivíduo: poder perdoar.

5.5 - Contra um sintoma auto-imune, o poder da voluntariedade

A voluntariedade, por sua vez, atende aquela condição essencial para uma definição mínima de democracia proposta por Bobbio¹⁹⁰: a oferta de opções, de alternativas reais para que os membros do grupo possam efetivar sua participação por meio da deliberação entre uma ou outra coisa. No sistema complementar de dupla entrada (mediação e punição), há uma possibilidade concreta para o cidadão deliberar uma ou outra forma de solucionar o conflito que viveu. No sistema fechado, de mão única, não há a mais tênue possibilidade. A voluntariedade confere aos cidadãos aquele papel significativo na gestão de um assunto público, pleiteada por Chomsky (2003)¹⁹¹.

Uma das vantagens do sistema restaurativo reside na diversa verificação da autoria

¹⁸⁹ E na Venezuela, como sempre me lembra a Ir. Petronella M. Boonen.

¹⁹⁰ Bobbio (1986) *apud* SICA (2006)

¹⁹¹ SICA, L., 2006, p. 34

ofensiva. Apesar de ser difícil imaginar boa vontade vinda do ofensor para assumir seus atos, esta sensação ignora elementos que tendem a estar intrínsecos ao método restaurativo. A começar por sua força psicológica em abrir a possibilidade de participação igualitária, vinda dos valores consensualidade, respeito e igualdade. Ademais, a participação da comunidade de afeto também trás outro significativo encorajamento, poder e segurança ao ofensor. Mano Brown pode dizê-lo melhor:

*Quanto cê paga pra ver sua mãe agora
e nunca mais ver seu pivete ir embora?
Dá a casa, dá o carro, uma Glock e uma Fall.
Sobe cego de joelho mil e cem degrau.¹⁹²*

O mesmo serve para as vítimas. A responsabilidade do facilitador está diretamente ligada às condições das vítimas em se verem suficientemente empoderadas a encarar seus ofensores, incluindo o que há de mais significativo para informá-los, ajudá-los a se responsabilizarem pelo que fizeram e, em resposta, potencializar em grande medida a retomada da segurança da vítima, tal como vimos nas dinâmicas dos 3Ss. Além disso, as vítimas se satisfazem com a JR na medida em que esta atenda suas necessidades mais do que seriam pelo sistema retributivo. Por esta razão, ainda que com ressalvas, vemos como necessário se garantir o abandono do método restaurativo a qualquer momento de seu desenvolvimento, radicalizando a voluntariedade e tornando o sistema retributivo a alternativa, e não o contrário. Nossas ressalvas, contudo, se dão justamente sobre o entendimento do que é necessário acontecer na JR, uma questão que trata de seus limites.

A JR, quando retira o poder punitivo da tarefa, supera com extrema elegância muitos dos obstáculos armados pelo próprio poder punitivo. A história do ciclista atropelado na Av. Paulista¹⁹³ é exemplar do grave efeito crônico e auto-imune de se propor a extirpar do tecido social uma parte de si mesmo. O agente causador da ruptura violenta, mesmo que acidental como é no caso, se dispõe a cometer atrocidades as quais jamais estaria preparado para cometer apenas para que possa retornar, paradoxalmente, à legalidade e, só assim, permanecer seguro, vivendo em liberdade, ou simplesmente, vivendo.

A interdição do poder punitivo e a promessa de instalação de um espaço seguro reatualimenta a voluntariedade, todos em direção à radicalidade do protagonismo.

¹⁹² RACIONAIS, *Vida loka - parte II*. 2002

¹⁹³ cf. nota à p. 18.

5.6 - A alternativa se escolhe por seu fracasso

Uma crítica aos ideais

Pranis¹⁹⁴ afirma que um bom facilitador é aquele que sabe fazer perguntas. Podemos discutir a questão do ideal de facilitador a partir da atividade dos *estilos habituais de expressar a raiva*. Nós formadores acreditamos que muitos participantes naquela atividade se colocam como *os bombeiros*, livrando-se uma identificação mais crítica consigo mesmos. Ainda assim, devemos procurar saber quais as implicações da montagem de novos ideais na formação do facilitador em JR? Acreditamos que esta seja, na verdade, uma questão sobre o medo do facilitador e que talvez devêssemos nos perguntar: Quando se dá ou o que é o fracasso da JR?

Se entendemos o sucesso como uma completude, numa frase seria: “enquanto não repararmos tudo”, fazendo da JR uma justiça em constante fracasso. Sob outro ponto de vista, podemos pensar em fracasso pelo próprio olhar da JR, que nos faria lidar com outros problemas que não o fracasso, mas com o *fazer a restauração possível*.

Isso coloca a pergunta em perspectivas ética e temporal, de que enquanto o dano puder se 'comunicar', há possibilidade de reparação. Para Marshall Rosenberg, precursor das técnicas de comunicação não violenta, todo gesto de ofensa comunica uma *necessidade não atendida*. Colocando um adendo ao ensinamento, *atender* significa responder, cuidar, ouvir, enfim, *reconhecer* a comunicação e ligá-la através de uma linguagem que possa ser partilhada entre os envolvidos. Mas penso que a dificuldade não reside tanto na fonte da necessidade comunicativa daquilo-que-ainda-não-foi-reparado, mas em sua leitura, decifragem, elaboração e resposta reparadora.

Assim, o processo da justiça restaurativa é feito de fracassos comunicativos, até que seja lograda a comunicação e a reparação se dê. Dito de outro modo, onde houver justiça há um pareamento entre espaço e oportunidade de um lado – fracasso e potencialidade de outro. A insistência em ofertar espaços se contrapõe à ausência de sentidos e significados que faz a vítima permanecer vítima. A fluência comunicativa se estabelece quando emerge *um* vínculo justo e então o processo da justiça se desloca para estabelecer um outro laço, o próximo. O que nos resta saber é: fluência comunicativa de quê? Em nossa experiência com círculos restaurativos, mais do que comunicar o dano material, a comunicação esbarra em conteúdos mais profundos e difíceis de reconhecer.

¹⁹⁴ Apostila de formação de facilitadores em práticas de Justiça Restaurativa, CDHEP, 2012b.

Para exemplificarmos essa insistência, recentemente introduzimos uma nova dinâmica vinda dos cursos em CNV da equipe. Ela funciona da seguinte maneira: quatro cadeiras dispostas lado a lado (1 a 4) e uma disposta a frente delas. Nesta última senta-se um voluntário que dirige uma fala violenta à pessoa que irá se deslocar pelas quatro primeiras.

Um educando ou facilitador já mais experiente em CNV senta-se na primeira cadeira. Ele deverá responder também violentamente à fala violenta que ouvir. É de fácil visualização que a comunicação não se estabelece ou rapidamente se encaminharia para a violência física. O educando então deve levantar-se da primeira e sentar-se na segunda cadeira. Ouvindo a mesma fala violenta o educando deve vitimizar-se, ou seja, dizer algo como “você tem toda razão, eu sou isso mesmo, sempre fui, ouço isso o tempo todo, mas não adianta, faço tudo errado e não consigo aprender, me desculpe por ser assim...” e assim por diante. Entendemos que esta “cadeira” opera com o estigma do ser desviante, o culpado, o penalizado ou ainda, o mártir. A comunicação também não se estabelece pois ainda que consiga retornar a fala violenta contra si mesmo e evitar o conflito, o educando pouco o transforma, mas antes se identifica com o agressor, internaliza a fala e a reproduz contra si mesmo.

A terceira cadeira é a que queremos exemplificar como a que pode operar uma alternância entre potência e ausência. Ele ouvirá a fala violenta e devolverá uma escuta ativa, repetindo o que ouviu do outro usando as suas próprias palavras e inserindo uma leitura de sentimentos, necessidades ou ambos. Por exemplo, a fala violenta: “você está sempre chegando atrasado e não se importa com o que eu faço”. Uma possibilidade de escuta ativa talvez fosse “estou entendendo que você está com raiva por esperar que eu cumpra com os horários que combinamos, é isso?”. Por esta razão o educando deve ser mais experiente em CN. Queremos trazer a relativização das ideias de sucesso-fracasso para a insistência da oferta de escuta. Ela nos foi aproximada por Boonen numa informação verbal que viu a semelhança desta posição de ouvir uma fala violenta e insistir na comunicação com o “dar a outra face” vinda dos ensinamentos de Jesus Cristo.

Esse oferecimento de empatia é muito poderoso e quanto maior a habilidade do facilitador/educando maior as chances de conseguir estabelecer um elemento de justiça na comunicação que desmonte a fala agressiva e abra caminho para a quarta cadeira, a que aproveitará dos laços estabelecidos na comunicação para propor trocas com *Eu mensagens*: Eu me sinto frustrado por fazer você se sentir e gostaria de consertar as coisas; acha que podemos discutir isso?

Esses exemplos mostram a mudança de “cadeira” da JR para a justiça tradicional. É neste ponto que muito ainda se pode refletir entorno da restauração por conta de um entendimento que esta faz da importância do protagonismo. Ao radicalizar a retomada e (re)instauração de valores não se torna raro que danos materiais percam larga fatia do palco para a entrada dos danos emocionais decorrentes de uma ofensa. Enquanto os danos materiais são descomplicados de encontrar e se afirmarem, pois em última instância são apenas *coisas*, os prejuízos psíquicos decorrentes da ofensa, sejam eles pequenos ou grandes, são mais exigentes em se mostrar e demandam maior treino comunicativo, algo que não nos ensinam nas escolas¹⁹⁵.

Por entender que os danos emocionais fluem por baixo e sob as aparências de normalidade, grande parte da preocupação dos trabalhos restaurativos repousa sobre a enorme tensão que faz antagonizar *segurança do círculo*, seu sigilo, respeito e cuidado, com a agressividade, raiva, dor, medo, insegurança e vergonha que ali se convida à expressão.

A importância de abordar e lidar com o fracasso dos círculos nos parece ponto de destaque fundamental, sob a hipótese de ser o mais complexo porém mais significativo, e que portanto devemos atentar para os sinais de sua manifestação. Um destes sinais o qual podemos identificar durante os círculos é o que sugerimos chamar de *experiência de abismo*. Encara-se esta experiência pelo silêncio ou a repetição de contribuições que são pouco relevantes ou que praticamente inalteram o quadro de desenvolvimento, a tensão ou as histórias do círculo. Estes momentos são talvez aqueles que antecedem as maiores “curvas de rio” dos círculos, i.e., a emergência de necessidades mais profundas.

Nestes momentos é a sensibilidade do facilitador que deverá sustentar o momento como crise e talvez traduzi-la em uma boa pergunta. Um exemplo desses fenômenos se deu enquanto facilitava um *Círculo de paz* com um grupo de adolescentes de um Centro de Juventude no bairro do Jd. Comercial, zona sul de São Paulo. Estávamos no último dia de formação de ESPERE para eles, um momento de despedida que costuma mobilizar emoções mais fortes mas também bastante escondidas. As perguntas preparadas haviam sido respondidas em menos da metade do tempo reservado ao círculo, muito rapidamente e de maneira sensivelmente descompromissadas, sem qualquer semelhança com o encantamento e idealização das potencialidades do círculo e o processo restaurativo. Com muitos silêncios e dificuldade em obter outras respostas com outras perguntas, mais significativas, desisti da

¹⁹⁵ Algumas das avaliações finais da ESPERE lamentam essa carência de aprendizado.

tentativa de tornar o círculo interessante com as perguntas preparadas. Como ainda restava algum tempo, arrisquei-me a pôr fim àquela experiência enfadonha de espaço de expressão inutilizado ao enunciar apenas o que estava observando: “pessoal, estou fazendo perguntas porque queria ouvir de vocês como foi esse período do curso, dos nossos 10 encontros que hoje chegam ao fim, mas dentro deste formato, podemos falar de qualquer coisa. Talvez eu esteja fazendo perguntas ruins. No entanto vocês continuam aqui, continuam pensando e circulando a peça de fala. Então acho que não tenho uma boa pergunta para fazer pra vocês. Algum de vocês poderia me ajudar, teria uma pergunta a fazer ao grupo para aproveitá-lo melhor?”.

O resultado foi que os jovens passaram da gratidão à formação a agradecimentos que gostariam de fazer às pessoas daquele Centro de Juventude onde passavam várias tardes por semana. Começaram a agradecer os anos de amizades que tinham uns com os outros e a convidar educadores das salas vizinhas para sentarem-se e ouvirem a gratidão que tinham para com eles.

5. 7- Uma história e uma consideração

Ter passado pelo perdão e o nomeado como tal, seguindo em direção a uma restauração possível, isso faz com que subjetiva e minimamente cada facilitador formado pelo CDHEP seja um multiplicador em potencial dessa experiência. Quando se fala em democracia, para a qual a voluntariedade funciona como catalizador, o facilitador passa a concorrer para sua execução. Seu empenho crítico e criativo parte em busca das demandas dos participantes de modo a vinculá-las ao processo. Se este ato de persuasão e negociação puder transmitir e com-prometer as vantagens do método restaurativo para aqueles, a voluntariedade estaria finalmente a disposição do processo.

Penso que a radicalidade do protagonismo que vemos no paradigma restaurativo tem sido cumprido institucionalmente pelo CDHEP. Os casos e pedidos de facilitação que chegam por vários caminhos ao nosso conhecimento são discutidos sob a perspectiva de mantê-los nas comunidades para que elas mesmas possam fazer o processo restaurativo por sua própria conta. A ideia é evitar que os conflitos continuem trocando de mãos, cumprindo uma mera substituição de gerenciamento e administração dos conflitos. O CDHEP assim se mantém como ator político que entende que a radicalidade do protagonismo deve ser exercida em se preservar desse papel centralizador e organizador, optando por fortalecer e instrumentalizar os

equipamentos da rede de garantia de direitos para a prática restaurativa.

No entanto isso não tem encontrado fluidez prática, pois a prioridade em manter os conflitos nos núcleos assistenciais regionais tem nos alertado para algumas dificuldades: apesar de existirem comunidades e equipamentos com facilitadores capacitados e prontos para assumir casos, poucos deles se desenvolvem e evoluem. Apesar do curso ESPERE e o de Práticas Restaurativas formarem estes mesmos facilitadores há anos, notadamente profissionais que trabalham nas comunidades da região em equipamentos de assistência social e saúde, poucas práticas tem sido de fato iniciadas. Com os interesses do CDHEP voltando-se mais para os bastidores das práticas restaurativas, incluindo formações, acompanhamento dos casos e supervisão, para o investimento depositado eram esperados resultados mais significativos.

Não vejo equívocos na estratégia de não assumir casos que já estejam sob os cuidados de profissionais já capacitados, mas ao mesmo tempo é urgente uma resposta a este dado de realidade: apesar da profunda identificação dos facilitadores com a proposta restaurativa e a cultura de paz, isto não tem sido suficiente para alastrar a prática nos serviços. Também em resposta a esta realidade este trabalho traz nossas contribuições reflexivas. Acreditamos que a flexibilização do papel dos educadores para que cumpram também a função de facilitadores diretos dos casos que chegam até o CDHEP, algo que tem sido feito no último ano possa, mais pra frente, dar mais segurança às formações, tendo a instituição maiores experiências sob as quais se sustentar.

5.8 - Para pensarmos em ideias

Se podemos aproximar os avanços trazidos pela teoria psicanalítica àqueles vindos da JR não é possível admitir que a opressão punitiva seja via principal da justiça. Em matéria de conquistas advindas da vida em comunidade a justiça deve perseguir a elaboração e transformação de seus conflitos em direção à integração e à inclusão. O resultado esperado não é outro senão a conquista de fronteiras de conflitos mais complexos, notadamente aqueles os quais a JR vem em socorro: o da reparação simbólica, subjetiva e emocional.

Não se pode esperar que a JR alternativa, mas via principal, uma vez que não há na penas alternativas, mas punições e punições amenizadas. O campo das possibilidades se abre tão somente na recusa ao caminho reto e unilateral da punição. No campo aberto do conflito,

das necessidades não atendidas, a pena pretende a igualdade de direitos, mas não iguala nem direitos ou tampouco a perda deles. Se alguém diz que a dominação e a imposição de sofrimento flui mais responsabilidade que a liberdade e a auto-determinação levaríamos o questionamento do por que ainda não obtiveram sucesso com essa prática, se quando do surgimento da JR toda responsabilização que era objeto almejado da justiça retributiva começa a efetivamente surgir? Ainda que reconheçamos a intenção retributiva de identificar e reconhecer publicamente quem foi vítima e que foi ofensor, e que isso se dê a contento – o que, objetivamente e é preciso que se diga, não corresponde à realidade¹⁹⁶ – em matéria de necessidades isso passa a ser pouco. Tão pouco que após séculos de hegemonia de um tipo de sistema vendido como ciência, de encarceramento em massa, ascendente, de estados policiais, de genocídio de minorias, torturas e guerra às drogas de povos civilizados, temos que nos inspirar em técnicas simples de comunicação, de escuta, de negação daquilo que em última instância nos diferencia enquanto espécie: reconhecemo-nos. A falta de reconhecimento faz negar a própria condição de seres que só existem enquanto seres que partilham de uma linguagem, condição única para se criar possibilidades de vida em sociedade e distinguindo-nos da traumática, individualista e disruptiva condição de sobreviventes.

Não acredito que haja punição que supere os inúmeros benefícios da voluntariedade da reparação. A gravidade do crime pode ser contrabalanceada com a gravidade do empenho insistente da criação de espaços de linguagem e na tentativa de superar perdas. Se há erros irreparáveis por que não torná-los centrais na disputa por justiça, sem distinção de personagens? Talvez assim o tempo poderia correr em favor daqueles que apostam na liberdade. A discussão deve seguir pelos limites da reparação, do empenho e da voluntariedade do ofensor, da vítima, comunidade e Estado, cada um a seu modo, de se responsabilizarem pela instauração de um novo equilíbrio social, fruto de uma repactuação. Para concluir, deixamos em aberto uma indagação feita por Ricardo Timm de Souza, em uma exposição sobre o tema. Timm afirmava que restaurativa talvez não fosse o melhor termo para dizer dessa proposta¹⁹⁷, e propõe um outro adjetivo, quiçá mais próprio: o de Justiça Instaurativa. Instaurativa de quê? Instaurativa de um espaço, instaurativa de uma abertura,

¹⁹⁶ Inserir índice brasileiro de confiança pública no poder judiciário.

¹⁹⁷ Esse termo aliás, não é consenso. Segundo Zehr (2008), talvez a tradução mais *correta* para o termo “restorative justice” fosse, em português, *justiça restauradora*, porém não foi essa a forma que teve maior difusão. Outras expressões, tais como *justiça transformadora*, *justiça relacional*, *justiça comunal*, *justiça recuperativa* ou *justiça participativa* também foram utilizadas por alguns autores. Optou-se aqui pela utilização do termo *Restaurativa* tão somente por ser considerado o mais difundido.

instaurativa de um encontro. E, podemos acrescentar: instaurativa de uma utopia. (Sousa, 2011)

Talvez esta não seja a hora de afirmar a premência utópica não da JR, mas do próprio processo de justiça buscando um lugar, assim como sua tendência a não se misturar ao sistema tradicional? Não é necessário afirmar já que quando a punição entra pela porta da frente, a responsabilização sai pela porta de trás? De que punição e responsabilização, da maneira inclusiva como temos visto durante as formações, são incompatíveis? Alertamos para a emergência de uma situação esquizofrênica em que se atesta o óbito político do poder punitivo ao passo em que se teme uma pretensa falta de controle, responsabilidade e respeito à lei, sintomas todos constatáveis no sistema atual mas que são projetados sobre a proposta restaurativa como se esta não exibisse dados completamente opostos a tal quadro de descontrole.

Se observarmos o quadro da justiça no Brasil iremos constatar que ela pouco transforma a realidade de justiça social; antes, reproduz a desigualdade. O exercício da justiça em seu sentido formal ocupado pelo poder judiciário proveniente das ciências normativas do Direito exerce a influência de retenção e repressão, nosso anseio autoritário de segurança. O diferencial de se observar as ESPERE pelo olhar da psicologia resultou em vê-la como uma formação que se aproxima ao mundos dos jogos, brincadeiras e atividades plásticas, possivelmente porque as necessidades não atendidas são de ordem mais sensorial e emocional, campos muitas vezes enrijecidos pelos adultos mas subjetivamente constituídos em sua infância.

O campo do aprendizado das ESPERE nos parece antes o de uma criança que precisa ser orientada e educada para poder lidar com seus conflitos sem que isso implique uma disputa. A JR não é a justiça que queremos justamente por ir ao encontro de uma justiça idealizada. Em momentos de conflito somos comumente levados à regressão do embate pela sobrevivência, da disputa e do medo da derrota, onde a permanência de qualquer alteridade emerge como obstáculo a esta finalidade individual. Quando o princípio de realidade é regido pela opressão, violência e disputas, não deixando espaço (tempo) para o pensamento, para interdição dos instintos mais primitivos e emergência da linguagem, único campo de trânsito do simbólico, da arguição, da persuasão e da política, será a sobrevivência individual a comandar a ação e o mais forte e violento a vencer.

Essa justiça de ideal realizável poderá advir do encontro e do trato com o mal-tratado, com o não-querer, com o que não há diálogo possível; se nos aproximarmos do psicanalista Pierre Fédida¹⁹⁸, assim como o analista, a justiça também poderá se dirigir por onde não houve linguagem, assim como o perdão.

Acho importante afirmar que a proposta restaurativa vista em perspectiva dinâmica entende radicalmente o fenômeno da linguagem como construtora de realidade¹⁹⁹, ainda que isso não a difira do método penal. Também com ele a linguagem que condena e humilha o ofensor (re)produz sua leitura como efeito. A linguagem restaurativa pode mimetizar a realidade do conflito ao mantê-la viva, mas em segurança, alimentando-a de *justificativas* que a sustentem no tempo. A radicalidade da JR se dá no entendimento de que a linguagem constrói a realidade presente e futura, e que para isso é necessário compreender a natureza do conflito a fim de interrompê-la em suas repetições. É preciso ofertar espaços que sejam, primeiramente, de negação da violência.

Em última instância, é afirmar que a realidade sempre está ligada a sua leitura e a subsequente resposta. O tecido das relações sociais só é capaz de interromper os elementos de violência se os puder discernir como violentos. A ação política produtora de responsabilidade deve se respaldar em linguagem que se conhece como criadora de realidade. Por essa razão a linguagem penal é irresponsável enquanto se furtar dos efeitos que produz ao assujeitar vítimas e ofensores a um procedimento não participativo.

¹⁹⁸ Pierre Fédida, Clínica Psicanalítica, anox

¹⁹⁹ Vilém Flusser, op.cit.

Considerações finais

Sinto neste encerramento uma grande falta de não ter tido oportunidade de falar e explorar com maior dedicação ao tema do perdão e auto-perdão. Este é um tema muito complexo mesmo durante as formações e que tomam vários encontros e questionamentos para serem apenas introduzidos. A formação, no entanto, é toda voltada para esta finalidade sublime de encaramento da dor, de despedidas de sonhos destruídos, de acolhimento e celebração que marcam cada um dos pontos de intersubjetividade cuidada entre os educandos. Para traumas e vitimizações bastante grandes, essa é uma tarefa de uma vida toda. O que nos provoca semelhança com o processo restaurativo e formativo das ESPERE é a provocação que a abordagem franca do perdão nos suscita. Se conseguimos produzir pequenos deslocamentos subjetivos em lugares paralisados no tempo, é porque o perdão já pôde se instalar de alguma forma. Ao fornecer subsídios para alguma mudança poder se desenvolver já basta para que as pessoas encarem seus medos de modo diferente, propondo mais perguntas que respostas repetidas.

Quero poder encerrar meu trabalho com uma história que, apesar de muito violência, me marcou muito em mostrar a capacidade de recuperação de um jovem ofensor. Nosso encontro foi mais fruto de um atendimento clínico do que propriamente de um círculo restaurativo, mas mostra o poder dos vínculos afetivos na recuperação de um agressor.

Quando fomos a Irmã Petronella Boonen e eu para uma casa de recuperação para dependentes químicos em Humaitá – AM na ocasião de um curso ESPERE para agentes da Pastoral Carcerária Nacional da região norte do país tive diversas oportunidades de conversar com os adolescentes e jovens ali cuidados. Foi uma experiência realmente intensa de trabalho de formação (curso de uma semana) numa chácara isolada da cidade, alguns quilômetros pela estrada transamazônica. A área da chácara era bastante grande e muito organizada pelos próprios jovens moradores, que se revezavam nas tarefas de cuidado e manutenção. Como as refeições eram feitas entre todos, moradores e educandos, todos os dias sentei afastado destas que participavam da formação para sentar-me próximo dos rapazes. Da segunda à quinta-feira conversei com vários deles que me perguntavam da formação com o interesse de uma novidade acontecendo na rotina da chácara e falavam de suas vidas com oportuna liberdade.

No último dia eu estava mais isolado e nenhuma conversa foi iniciada com os garotos ao redor. Então um dos garotos que outro dia havia conversado comigo sobre suas dificuldades em se recuperar do abuso de álcool chegou até mim e, com maior discrição e voz

baixa, disse algo assim: “Oi, tudo bem? Um amigo meu do outro quarto ouviu dizer que você troca ideia de boa com os rapazes e queria saber se você poderia trocar com ele também”. Respondi que sim, que só teria que terminar de jantar, perguntando também quem era o rapaz. Ele então virou-se para um jovem negro parado na porta do refeitório, olhando para mim. Não me lembro do nome dele, mas de notar que não havia visto ele antes. Vou chamá-lo de Carlos.

Ele me esperou na saída do refeitório. Cumprimentei-o e perguntei se ele sugeriria algum lugar mais reservado para conversarmos. Sentados num banco ao lado de um dos quartos ele me contou que não estava conseguindo dormir e tinha muitos pesadelos com uma moça que ele havia, junto com um amigo, mandado assassinar. Pedi para que contasse a história toda. Ele estava preso em Goiás e era amigo e “braço direito” do chefe do grupo de condenados que controlava o presídio. Após saber que a namorada deste chefe estava abusando do crack e maltratando sua filha, ambos dão a ordem, sabendo que a criança ficaria sob a guarda da avó. O crime é cometido no dia seguinte e até então nada teria mudado na rotina prisional dos dois.

No entanto, no dia seguinte ao enterro da moça, e peço perdão pelo relato do horror que se segue, eles ficam sabendo que um homem havia desenterrado o corpo da moça e praticado necrofilia com ele. Carlos me chama a atenção para o reconhecimento trágico deste acontecimento mais especificamente no desencadeamento de seus sonhos traumáticos, em que a moça voltava para acordá-lo e assombrá-lo. Após uma longa conversa tentando desvendar as razões para tal descompasso da culpa entre o assassinato cometido por ele e o ato cometido por outro, perguntei sobre sua relação, por mim até então não percebida, com a namorada do amigo. Por que ele havia participado da ordem do assassinato, ou ao menos assim se considerava?

Foi quando ele me contou que havia tido um caso com ela quando estava fora da prisão. Quando o questionei, contou sua história com ela. Quando dei espaço para que falasse dos sentimentos, ficou claro que ele a amava. Debruçados um pouco sobre estes sentimentos, Carlos ficou espantado com esta descoberta, se perguntando se era isso que provocava os pesadelos e noites mal dormidas.

Esta história me mostrou um quadro inesperado da capacidade restaurativa dos espaços de escuta e cuidado incondicional ao sofrimento do outro. Carlos era um jovem de seus 18 anos e tinha um rosto realmente assustador quando o vi pela primeira vez na porta do refeitório. Ali já me preparava para um processo de escuta a um sofrimento grave. Momentos

depois me vejo sentado ao lado de um assassino sem reagir comumente a tal nível de atrocidades. A escuta clínica tal como a escuta ativa e respeitosa dos círculos cumprem este espaço para a emergência das histórias mais graves, podendo ir a fundo no descobrimento de sentimentos protegidos dos ataques internos e externos da culpa e da vergonha. Carlos conseguiu deixar nossa conversa tendo uma pequena amostra do que guardava e escondia de si mesmo. Para a magnitude dos traumas por ele relatados naquelas horas de encontro, para o isolamento e terror que devia sofrer, acho que nosso encontro lhe rendeu algum alívio. Apesar de achar difícil que seus pesadelos tenham se dissolvido, acredito que foi um encontro possível, um desvelamento possível e uma responsabilização possível.

Gostaria de encerrar este percurso apontando para o que nos traz Hannah Arendt quando diz que “a punição é a alternativa do perdão, mas de modo algum seu oposto” e poder pensar que isto faz do perdão a via principal, relativizando a descrição de naturalidade do ciclo da vingança de Bothcarova. Para nós do CDHEP se trata, antes, de oferecer espaços de linguagem e escuta com empatia e respeito. Quando Arendt afirma que é significativo que os homens não podem perdoar aquilo que não podem punir, nem tampouco punir o que é imperdoável, queremos pensar que a tarefa última da JR é alcançar as responsabilidades da ofensa até o ponto em que possa ser punida, para que esta punição possa ser, então, negada. Ao menos este me parece o ponto de liberdade de escolha do perdão e de abertura para as possibilidades que as ESPERE querem transmitir.

Se só o amor tem o poder de perdoar, então é o que as ESPERE procuraram resgatar. A fim de conduzir um facilitador de práticas restaurativas em direção ao fundo esmagador e doloroso do oceano das relações de sua história, quer-se buscar mais uma peça de fala, e reconstruir aos poucos um mosaico de fala inteira em seu mais íntimo memorial. Lá ele deve poder estar e então voltar com segurança, tendo em mãos algo significativo para guardar, para se lembrar e conter os efeitos de uma injustiça ocorrida do passado.

Contudo, este objeto só pode ser resgatado do encontro amoroso com um eu esquecido, descoberto na ajuda do encontro com o outro. Me parece que o perdão se expande num livre e seguro mergulho pelo imperdoável até onde consegue trazer, de lá, sob altíssima pressão, as memórias e os significados possíveis de serem trazidos naquele momento.

Em matéria de memória possível, a JR parece me perguntar: o que faremos para que o perdão tenha maior chance de mergulhar e trazê-la? E minha mente, hoje, antecipa, e me nega um caminho: *Não acho que seja para cima, lançando o outro para um espaço vazio.*

Referências

- AGUINSKY, B. G. et al. A invisibilidade das necessidades das vítimas no Sistema de Justiça da Infância e Juventude: achados preliminares do Observatório de Vitimização e Direitos Humanos. In: BRANCHER, L.; SILVA, S. **Justiça para o Século 21: Semeando Justiça e Pacificando Violências – Três anos da experiência da Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=263&pg=0>>. Acesso em: 2014 Fevereiro 07.
- Celso ANTUNES. *Inteligências múltiplas e emocionais*. Rio de Janeiro, 2009.
- BIANCHINI, E. H. **Justiça Restaurativa: Um desafio à práxis jurídica**. São Paulo: Servanda, 2012.
- BLANEY, J.; BOONEN, P. M. **Uma arte de viver e conviver**. São Paulo: CDHEP. 2009.
- BOONEN, P. M. **Justiça Restaurativa, um desafio para a educação**. 2011. 261p. Tese de Doutorado (Educação) – Faculdade de Educação da USP, São Paulo, 2011..
- BOONEN, P. M., GUGELMIN, E. M. Defendendo os direitos, construindo a cidadania. In: BOONEN, P. M.; CYMBALISTA, C.; PUPPIM, A. S. **30 anos de luta por direitos humanos**. CDHEP, São Paulo: [s.n.], 2011. p. 133-143.
- BOTCHAROVA, O. Implementation of Track Two Diplomacy Developing a Model. Religion, Public Policy & Conflict Transformation. In: HELMICK, R. G. S. J.; PETERSON, R. **Forgiveness and Reconciliation**. Philadelphia: The Templeton Foundation Press, 2001. p. 269-294.
- BROWN, M. **Fórmula Mágica da Paz**. [Gravado por Racionais MC's]. Em *Sobrevivendo no inferno*. São Paulo: Cosa Nostra, 1998. Disco compacto.
- CAPITAO, L.; ROSA, L. C. A trajetória da FASE em sua conexão com a Justiça Restaurativa. In: BRANCHER, L.; SILVA, S. **Justiça para o Século 21: Semeando Justiça e Pacificando Violências – Três anos da experiência da Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. Disponível em: <<http://www.justica21.org.br/j21.php?id=369&pg=0>>. Acesso em: 07 Fereiro 2014.
- CASARJIAN, R. **O livro do Perdão**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

CDHEP. **Escola de Perdão e Reconciliação ESPERE**: Apostila, coletânea de artigos e atividades de formação. São Paulo, 2012a.

_____. **Escola de Perdão e Reconciliação ESPERE**: Formação e Prática em Justiça Restaurativa. São Paulo, 2012b.

_____. **Tecendo Redes de cuidados**. Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente e Práticas de Justiça Restaurativa. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH, São Paulo, 2013.

DOUZINAS, C. **O fim dos direitos humanos**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

ENDO, P. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

FUNDACIÓN PARA LARECONCILIACIÓN. Escuelas de perdón y reconciliación, 2014. Disponível em:

<<http://www.fundacionparalareconciliacion.org/escuelas.php>>. Acesso em 04 Fevereiro, 2014.

GONZALES, M., LAENDNER, F. **Módulos ESPERE: Fundamentos em práticas de Justiça Restaurativa**. CDHEP, São Paulo, 2013.

KONZEN, A. A. Justiça Restaurativa e Alteridade – Limites e Frestas para os Porquês da justiça juvenil. **Revista IOB de Direito Penal e Processual**, Porto Alegre, 49, abr/maio 2008. 178-198.

FUNDACIÓN PARA LA RECONCILIACIÓN Sobre la propuesta ES.PE.RE. **Website da Fundación**. Acesso em 07 de Fevereiro 2014. Disponível em:

<http://www.fundacionparalareconciliacion.org/documentos/Que_Hacemos.pdf>.

MAXWELL, G., LIU, J. H. **Restorative Justice and Practices in New Zealand**: towards a Restorative Society. Nova Zelândia Institute of Policy Studies, 2007.

MELO, E. R.; EDNIR, M.; YAZBEK, V. C. **Justiça Restaurativa em São Caetano do Sul**: Aprendendo com os conflitos a respeitar direitos e promover cidadania. Rio de Janeiro: CECIP, 2008.

MORRISON, B. School bullying and restorative justice: Toward a theoretical understanding of the role of respect, pride, and shame. **Journal of social issues**, 62, n. 2, 2006. 371--392.

NETO, P. S. (2004) *Por uma Justiça Restaurativa 'real e possível'*. Seminário internacional 'Justiça Restaurativa. Um caminho para os Direitos Humanos?'. Instituto de acesso à Justiça (Brasil)/ Justice (Inglaterra). Porto Alegre, 29-30 de out.. Disponível em

<<http://www.nest.org.br/colab.pedro.scuro.neto/por.uma.justica.restaurativa.real.e.possivel.pdf>

> Acesso em 07 de Fevereiro, 2014

PRANIS, K. **Processos circulares**. São Paulo: Palas Athena, 2010.

RAMOS, C. G. M. Breves linhas sobre complexidade & círculos. In: BRANCHER, L.; SILVA, S. **Justiça para o Século 21: Semeando Justiça e Pacificando Violências – Três anos da experiência da Justiça Restaurativa na Capital Gaúcha**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

RACIONAIS MC's. (2002) *Nada Como um Dia Após o Outro Dia*. Cosa Nostra Fonográfica.

ROMÃO, D. M. M. **Jornalismo Policial: indústria cultura e violência**. 2013. 207p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia da USP, São Paulo, 2013.

RUDNICKI, R. Uma perspectiva sobre a justiça (restaurativa) e a memória das vítimas do nazismo às ditaduras latino-americanas. In: RUIZ, C. M. M. B. **Justiça e Memória – para uma crítica ética da violência**. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema nacional de atendimento socioeducativo (SINASE)**. Brasília: SDH, 2006.

SICA, L. Bases para o modelo brasileiro de Justiça Restaurativa. In: SLAKMON, C.; MACHADO, M. R.; BOTTINI, P. C. **Novas direções na governança da justiça e da segurança**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria da Reforma do Judiciário, 2006. Disponível em:

<http://bdjur.stj.jus.br/xmlui/bitstream/handle/2011/25549/Novas_Dire%C3%A7%C3%B5es_Governan%C3%A7a_Justi%C3%A7a.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 Fevereiro 2014

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

ANEXOS

Relato do preso

...Porque hoje a sociedade, vocês vem com alguma coisa pra gente, a gente quer aprender, a gente faz e a gente vai pro dia a dia, mas a sociedade acaba empurrando a gente pro círculo [círculo da Botcharova], que se a gente não agir com violência, não ir pra cima, a gente vai reivindicar nossos direitos como? Se a gente for falar que a gente não vai comer, a gente vai morrer de fome. Se a gente for falar que não vai usar a água, não vai tomar banho, pra eles é lucro porque tá fazendo economia. Eles não veem a nossa situação. Tem uns cara aí quando eu cheguei que os cara fala: to há cinco anos aqui dentro, já to pra ir pro semi-aberto faz dois. O cara já tá injuriado. Teve um irmãozinho aí que saiu da igreja esses dias, foi pra rua e morreu. Porque que a justiça pra ele aqui dentro, ia ser condenado por uma coisa que ele fez, chegou muitas vezes, ele chega aqui, é agredido. Chega na um [ala um] é agredido. Chega ali os caras não batem não, mas chega na um é agredido, chega na delegacia é agredido. Chega aqui [ala quatro] é a mesma coisa. Pra mim o que eu vejo é isso aí. Talvez se a gente tivesse feito alguma coisa, pegasse alguém, tirasse a vida de alguém, talvez eles comessem a olhar pra gente como gente, é o que eles querem. Toda cadeia, como um irmão falou, tem violência. Tem morte, tem rebelião. Os caras manda o quê? Manda lasagnha pra comer, manda visita, visita no sábado e domingo, tem várias coisa dentro da cadeia lá que aqui não tem. Isso aqui não rola, por quê? Porque aqui tira o quê, quem tira aqui... vou falar pra você e ser bem sincero, tira aqui como cadeia de lixo, como homens que não tem reconciliação. Pra muitos aqui, policiais aqui ou lá fora, quando a gente se pegar na rua – vou falar a verdadeira palavra – mata a gente só porque a gente tirou cadeia aqui. Não quer saber se é pastor, se é homem de Deus ou trabalhador, eles matam. Vou ser bem real pra vocês, todo mundo sabe, eu to chorando não é porque eu to triste, é por desgosto. De saber que a gente fez coisa errada, muitos queriam ter o perdão das pessoas que tirou a vida da família, mas não vai ter. Porque mesmo se for pedir perdão pra pessoa, a pessoa vem aqui dentro e o único desejo que a pessoa vai ter é de matar. A sociedade vê a gente como lixo. Quer a nossa morte. São poucos, Victor, como vocês, que vem aqui falar pra gente pra gente melhorar. Muitos aqui querem melhorar verdadeiramente, mas a cadeia que a gente vive hoje é de opressão. Aqui dentro é de opressão, por quê? Porque aqui tem muita gente com artigo que tirou a vida de outra pessoa, que abusou sexualmente, que agrediu, agrediu a mulher; pra eles a gente não tem mais perdão. Nosso

perdão a gente busca força em Deus. Porque mesmo eu quando eu cheguei aqui dentro eu queria me matar. Eu fui pular; quando eu fui pular de cabeça o irmão falou assim: *ó, Deus te ama*. Eu já fiquei sem saber o que fazer. Por isso que eu falei, quando me chamaram pra fazer o curso eu vi uma grande oportunidade na minha vida, pra quê? Oportunidade pra aprender alguma coisa também. Mas pra mim aprender a perdoar pelo que eu fiz, como ele diz, ele agrediu o filho dele. Eu vi meu filho nascer, mas perdi meu emprego. Eu vejo meu filho? Não vejo, faz mais de quatro meses que eu não vejo meu filho. Tem o mesmo nome que eu mas não sei como anda. Mando carta pra minha esposa – eu tirei a vida da irmã dela... – a minha sogra pega as minhas cartas e rasga. Pode ter perdão pra uma pessoa dessa? Falo que vou buscar ela lá fora, mas quando ve a minha foto me chama de ordinário, de várias coisas. Muitas vezes a gente quer, a gente quer fazer o caminho aí, mas a sociedade empurra a gente a ir pro *círculo*, empurra porque tratam a gente como lixo. [outro preso] *A própria justiça*. A própria justiça! A gente vai no fórum, que neguinho que não foi no fórum? Muitos aqui já foram no fórum, na humilhação. E se você falar algum “Ah” os caras te quebram, te batem sem massagem. Sua família vem aqui, maior humilhação. Fazem isso direto. [outro] *Eles te colocam até separado no fórum*. Colocado separado! E se você falar um “Ah”... você tá ali, você já tá ali, sem nada, o cara fala: *desce e agacha três vezes aí*, se você desce errado toma uma bicuda. Eles faz isso com os bandidos da cadeia lá do outro? não faz. Por que os caras são do crime... eu perdi minha casa...

[Outro, virando-se para mim]: Então o que a justiça quer de nós realmente? Ressocializar? Ou que todos nós morra nesse lugar?

(...)

Porque eu vou ser real pra vocês. Eu perdi minha casa, não posso voltar pra onde minha mãe morava, não posso voltar pra onde eu morava, porque a família da minha sogra mora perto, os filho dela é tudo da facção, se eu voltar lá os caras me matam. A minha esposa vem aqui me visitar, não pega na minha mão porque tem vergonha de mim, não sei se ela vai estar comigo. Quando eu sair lá fora sem dinheiro sem nada eu vou morar onde?